



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Thamara Luciana da Silva Profilo

**Trabalhar é pertencer? Um estudo sobre o processo de socialização e a  
inclusão social de refugiados venezuelanos no Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2022

Thamara Luciana da Silva Profilo

**Trabalhar é pertencer? Um estudo sobre o processo de socialização e a inclusão social de refugiados venezuelanos no Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Regina Gloria Nunes Andrade

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Heloisa Helena Ferraz Ayres

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

P964      Profilo, Thamara Luciana da Silva.  
            Trabalhar é pertencer? Um estudo sobre o processo de socialização social de refugiados venezuelanos no Rio de Janeiro / Thamara Luciana da Silva Profilo. – 2022.  
            109 f.

            Orientadora: Regina Gloria Nunes Andrade.  
            Coorientadora: Heloisa Helena Ferraz Ayres  
            Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
            Instituto de Psicologia.

            1. Identidade social – Teses. 2. Trabalho – Teses. 3. Migração – Teses. I. Andrade, Regina Gloria Nunes. II. Ayres, Heloisa Helena Ferraz. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. VI. Título.

bs

CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Thamara Luciana da Silva Profilo

**Trabalhar é pertencer? Um estudo sobre o processo de socialização e a inclusão social de refugiados venezuelanos no Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 10 de junho de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Regina Andrade (Orientadora)

Instituto de Psicologia - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Heloisa Helena Ferraz Ayres (Coorientadora)

Instituto de Psicologia - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Laura Cristina de Toledo Quadros

Instituto de Psicologia - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Denise Osório Severo

Universidade de Brasília - UNB

Rio de Janeiro

2022

## **DEDICATÓRIA**

A todos aqueles que foram forçados a migrar e estão em busca de um novo lar.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, primeiramente, pelo privilégio da vida, pelo relacionamento de amor, pela força para suportar os momentos difíceis e concluir este e outros tantos desafios da vida.

Aos meus pais, por todos os ensinamentos e valores que ajudaram a moldar minha identidade e por todo apoio e investimento que me permitiram realizar tantos sonhos. Sem vocês eu nada seria.

Aos meus avós (*in memoriam*), Jeanete e Sebastião, pelo amor, cuidado e proteção enquanto pude tê-los ao meu lado. Queria tanto que vocês estivessem aqui e pudessem compartilhar este momento comigo.

Aos meus irmãos, Bernardo e Fabrício. Vocês são minha alegria e inspiração. Obrigada, Bricinho, pela ajuda na análise dos dados.

À minha família, por todo carinho e incentivo. Obrigada por todos os almoços e jantares tão alegres e estimuladores.

Ao meu namorado, Pablo Andrade, por todo apoio, palavras de ânimo e participação ativa na realização desta dissertação. Me sinto grata por compartilhar a vida com você.

Aos amigos da vida, obrigada por existirem e por tornarem o dia a dia mais leve.

À amiga Gabriella Santiago, que foi minha companheira de percurso, que tanto me apoiou nos momentos de angústia e ajudou na construção desse trabalho.

Aos amigos que o PPGPS me apresentou, Carolina Guerreiro e Adriano Figueiredo, pelas trocas, conselhos, choros, fofocas, e alegrias compartilhadas.

À minha orientadora Regina Andrade, por aceitar o desafio de me guiar em um subtema diferente de suas pesquisas e por todo aprendizado ao longo do caminho.

À minha coorientadora Heloisa Helena Ferraz Ayres, que é mais que uma professora, é uma amiga e incentivadora.

À professora Luciana Mourão e ao Núcleo de Estudos em Trajetória e Desenvolvimento Profissional (APRIMORA), pelo acolhimento e pela colaboração no desenvolvimento da Escala de Socialização.

Às professoras Laura Quadros e Érica Sarmiento, por aceitarem o convite para comporem minha banca de qualificação e agregarem tamanho conhecimento e, também, pela colaboração na validação da Escala de Socialização.

Ao pesquisador Lucas Bassolli, pela ajuda na análise dos dados deste estudo.

A todos os professores que perpassaram a minha vida acadêmica até o final do mestrado. Obrigada pelos ensinamentos, pelas grandes contribuições teóricas e culturais e por me permitirem desenvolver senso crítico, quebrar tantos preconceitos, me tornar mais humana e dona de uma fala própria.

À equipe que ajudou na realização deste estudo: Ana Carollina Sousa, Marcelly Oliveira Coelho, Maria Beatriz Angelim Magalhães da Silva, Mariana de Andrade Fernades, Lucía Rodríguez González e Regina Leal. Obrigada pela disponibilidade e pelo empenho na coleta dos dados dessa pesquisa.

Às ONGs PARES Cáritas RJ, Aldeias Infantis SOS do Itanhangá (RJ), Casa do Menor São Miguel Arcanjo (Nova Iguaçu), Centro de Atendimento aos Refugiados da Associação São Vicente de Paulo (ASVP), ao Supermercado Carrefour (Barra da Tijuca) e à empresa Porto do Sabor que abriram as portas para a realização desta pesquisa.

Aos participantes deste estudo, pela colaboração e pela disponibilidade.

À cada pessoa que passou pela minha vida e contribuiu, direta ou indiretamente, para construção deste trabalho. A vida vai tomando sentido por causa desses encontros.

À CAPES. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

No human being is illegal  
(Nenhum ser humano é ilegal - tradução livre)

*Elie Wiesel - Nobel Peace Prize*

## RESUMO

PROFILO, T. L. S. **Trabalhar é pertencer? Um estudo sobre o processo de socialização e a inclusão social de refugiados venezuelanos no Rio de Janeiro.** 2022. 109f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Os deslocamentos forçados apresentam um quadro desafiador a ser enfrentado pelas sociedades contemporâneas, alcançando marcas inéditas desde a criação do ACNUR em 1950. Segundo o mais recente relatório do ACNUR, estima-se que até meados de 2021, cerca de 84 milhões de pessoas foram forçadas a fugir por motivos de perseguições, conflitos, violações dos Direitos Humanos ou eventos que prejudicam a ordem pública. Esse panorama se intensificou com a grave crise humanitária na Venezuela e aproximadamente 5,7 milhões de pessoas deixaram o país em busca de proteção em outros Estados, principalmente no Brasil. Os refugiados se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade, pois a saída de seu país representa muitas perdas, como o trabalho, a família, a identidade social. Essas transformações também geram mudanças na identidade individual desses refugiados, pois há uma alteração no modo como eles veem a si próprios, como sujeitos integrados, gerando uma instabilidade na ideia de si mesmo. Ao chegarem em um novo país, vivenciam muitas dificuldades para começarem suas vidas do zero e se inserirem nesse novo contexto social. O “trabalho”, enquanto facilitador da inclusão social e constituinte da identidade social do indivíduo, aparece nesse cenário como um dispositivo facilitador do processo de socialização. Com esse intenso deslocamento em direção ao Brasil, surgem questões voltadas para o bem-estar e a inclusão social desses sujeitos. Assim, em uma perspectiva da Psicologia Social, mediante os estudos sobre identidade e a relação com o processo de socialização dos refugiados, e da Psicologia do Trabalho e das Organizações, propomos pensar uma das questões que englobam o tema do refúgio: o trabalho. Dessa forma, a partir da pesquisa de campo e com a aplicação de questionário, o objetivo deste estudo foi investigar se o trabalho (ato de trabalhar), opera como um dispositivo facilitador para o processo de socialização e para a inclusão social de refugiados de origem venezuelana na cidade do Rio de Janeiro. As análises sugerem que, apesar dessa amostra estar há quase três anos no Brasil, ainda se encontra em uma fase relacionada à subsistência. A literatura nos mostra que de fato, sim, o trabalho é um facilitador para o processo de socialização, mas a complexidade que o fenômeno do refúgio apresenta, juntamente aos resultados apresentados, é possível supor que esses refugiados ainda percebem o trabalho como apenas um dispositivo de sobrevivência.

Palavras-chave: Refúgio. Identidade Social. Trabalho. Processo de Socialização. Inclusão Social. Migração Forçada

## ABSTRACT

PROFILO, T. L. S. **Does working mean belonging? A study about the socialization process and social inclusion of Venezuelan refugees in Rio de Janeiro.** 2022. 109f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Forced displacement presents a challenging scenario to be faced by contemporary societies, reaching unprecedented levels since the creation of UNHCR in 1950. According to UNHCR's most recent report, it is estimated that by mid-2021, around 84 million people were forced to flee for reasons of persecution, conflicts, violations of Human Rights or events that harm public order. This scenario intensified with the serious humanitarian crisis in Venezuela and approximately 5.7 million people left the country looking for protection in other states, mainly in Brazil. Refugees are in a situation of extreme vulnerability, because leaving their country represents many losses, such as work, family, social identity. These transformations also generate changes in the individual identity of these refugees, because there is a change in the way they see themselves as integrated subjects, generating an instability in the idea of themselves. Upon arriving in a new country, they experience many difficulties to start their lives from scratch and insert themselves in this new social context. "Work", as a facilitator of social inclusion and a constituent of the individual's social identity, appears in this scenario as a device that facilitates the socialization process. With this intense shift towards Brazil, questions arise regarding the welfare and social inclusion of these people. Thus, from a perspective of Social Psychology, through studies on identity and the relationship with the process of socialization of refugees, and Psychology of Work and Organizations, we propose to think about one of the issues that encompass the theme of refuge: work. Therefore, based at field research and with the application of a questionnaire, the objective of this study was to investigate if "work" (the act of working) operates as a facilitating device for the socialization process and for the social inclusion of Venezuelan's refugees in the city of Rio de Janeiro. The analyzes suggest that, although this sample has been in Brazil for almost three years, it is still in a subsistence-related phase. The literature shows us that in fact, yes, work is a facilitator for the socialization process, but the complexity that the refugee phenomenon presents, together with the results presented, it is possible to assume these refugees still perceive work as just a device of survival.

Keywords: Refuge. Social Identity. Work. Socialization Process. Social Inclusion. Forced Migration

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Fluxo do Programa de Interiorização.....	42
Figura 2 -	Mapa de distribuição populacional (amostra 2018).....	82
Figura 3 -	Mapa de distribuição populacional (amostra 2022).....	84

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Classificações clássicas que englobam o refúgio.....	24
Tabela 2 -	Perfil socioeconômico da amostra (2018).....	78
Tabela 3 -	Perfil socioeconômico da amostra (2022).....	79
Tabela 4 -	Características da trajetória de refúgio da amostra (2022).....	86
Tabela 5 -	Escores brutos e transformados da Escala de Socialização .....	87
Tabela 6 -	Correlação entre o escore Identidade Social e as questões balizadoras a partir da estatística descritiva .....	87
Tabela 7 -	Correlação entre o escore Identidade Cultural e as questões balizadoras a partir da estatística descritiva.....	88
Tabela 8 -	Correlação entre as categorias de trabalho e a avaliação do fator trabalho a partir da estatística descritiva .....	89

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Locais de moradia (amostra 2018).....	83
Gráfico 2 -	Locais de moradia (amostra 2022).....	85
Gráfico 3 -	Nuvem de palavras sobre o sentimento da vivência no Brasil.....	90

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMNR	Associação de Apoio à Mulher Portadora de Neoplasia e Refugiada
ACESSUAS	Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ANUAR	Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento
ASVP	Associação São Vicente de Paulo
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CASDH	Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos
CCE	Comissão das Comunidades Europeias
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CSVM	Cátedra Sérgio Vieira de Mello
DUDH	Declaração Universal de Direitos Humanos
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getulio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IP	Instituto de Psicologia
LaTIS	Laboratório Trabalho, Inclusão Social e Sustentabilidade – movimento dos grupos sociais
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OIR	Organização Internacional para Refugiados
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PARES	Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio
PF	Polícia Federal
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGPS	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
PVPM	Projeto Vidas Paralelas Migrantes CAPES-COFECUB
R4V	Plataforma Regional de Coordenação Interagencial
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SPA	Serviço de Psicologia Aplicada

SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUBDH	Subsecretaria de Direitos Humanos
TAC	Teoria da Ação Comunicativa
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNHCR	<i>United Nations High Commissioner for Refugees</i>
UNRWA	<i>United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East</i> (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UVA	Universidade Veiga de Almeida

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
1	<b>O CONTEXTO HISTÓRICO INTERNACIONAL E NACIONAL DA PROTEÇÃO AOS REFUGIADOS</b> .....	22
1.1	<b>Marcos históricos e jurídicos do refúgio</b> .....	23
1.2	<b>O estabelecimento do estatuto do refúgio</b> .....	26
1.2.1	<u>Fase 1 - coletiva (1921-1939)</u> .....	29
1.2.2	<u>Fase 2 - individual (1938-1951)</u> .....	32
1.3	<b>América Latina e Brasil</b> .....	35
1.4	<b>Direitos básicos dos solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil</b> .....	38
1.5	<b>Situação venezuelana</b> .....	40
1.6	<b>A história recente do refúgio no Rio de Janeiro</b> .....	43
2	<b>PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO, IDENTIDADE E TRABALHO</b> .....	47
2.1	<b>Perspectivas teóricas sobre Processo de Socialização e Construção da Identidade</b> .....	48
2.2	<b>Globalização, multiculturalidade e identidade cultural</b> .....	56
2.3	<b>O trabalho como produtor da identidade e facilitador dos processos de socialização e inclusão social</b> .....	64
3	<b>ESTUDO</b> .....	70
3.1	<b>Objetivo do estudo e questões de investigação</b> .....	70
3.2	<b>Metodologia</b> .....	71
3.2.1	<u>Unidades de análise</u> .....	71
3.2.1.1	Definição da população e seleção da amostra.....	71
3.2.1.2	Caracterização.....	71
3.3	<b>Técnica de coleta de dados</b> .....	72
3.3.1	<u>Questionário</u> .....	72
3.3.1.1	Estruturação do Questionário.....	73
3.4	<b>Procedimento</b> .....	75
3.5	<b>Técnica de análise de dados</b> .....	76
4	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	77
4.1	<b>Mapeamento sociodemográfico e de trajetória de refúgio</b> .....	77
4.1.1	<u>Perfis sociodemográficos das pesquisas (2018/2022)</u> .....	77

4.1.1.1	Perfil socioeconômico da amostra (2028).....	77
4.1.1.2	Perfil socioeconômico da amostra (2022).....	78
4.1.1.3	Comparação entre os perfis socioeconômicos das amostras (2018/2022) .....	80
4.1.2	<u>Dados demográficos</u> .....	81
4.2	<b>Análise dos dados a partir da perspectiva do trabalho, inserção no mercado de trabalho e inclusão social</b> .....	86
4.3	<b>Limitações do estudo</b> .....	90
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	91
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	97
	<b>APÊNDICE A</b> .....	105

## INTRODUÇÃO

Deixa eu me apresentar  
Que eu acabei de chegar  
Depois que me escutar  
Você vai lembrar meu nome  
É que eu sou dum lugar  
Onde o céu molha o chão  
Céu e chão gruda no pé  
*Amarelo, azul e branco – ANAVITÓRIA*

O encontro com o tema que fundamenta esta dissertação, o refúgio, se deu em meados da minha graduação em Psicologia na UERJ, em 2017, quando comecei a ser voluntária do Curso de Português para refugiados oferecido pelo Programa de Atendimento a Refugiados e solicitantes de Refúgio (PARES) da Cáritas RJ. O objetivo desse curso, além de ensinar a língua portuguesa, era também possibilitar a integração e o contato desses sujeitos com a cultura brasileira.

No mesmo período em que trabalhava como voluntária, participei, como observadora junto com outros estudantes do Projeto de Extensão Socialização e Inclusão Social: movimento dos grupos sociais, das oficinas com refugiados desenvolvidas pelo Projeto de Pesquisa Vidas Paralelas Migrantes (PVPM). Em 2018, o Projeto de Socialização e Inclusão Social, um dos projetos que integram, atualmente, o Laboratório Trabalho, Inclusão Social e Sustentabilidade - movimento dos grupos sociais (LaTIS)<sup>1</sup> constituiu uma parceria com o PARES Cáritas para o desenvolvimento de ações voltadas para a temática do “trabalho”. Seu objetivo é oferecer aos refugiados um espaço que possibilite o autoconhecimento e a ampliação dos recursos culturais e sociais, através da vivência orientada do processo grupal, onde os participantes possam partilhar experiências, sentimentos, considerando o trabalho como um dispositivo facilitador da inclusão social, propiciando condições para pensar e (re)pensar seu processo de socialização.

A partir desta experiência, integrei o Projeto como bolsista, tendo desenvolvido minha monografia de conclusão de curso sobre o tema. Desde então, o refúgio tem sido o foco dos

---

<sup>1</sup> O LaTIS está cadastrado e aprovado pelo Departamento de Extensão (DEPEXT) da UERJ.

meus estudos e vem crescendo nos noticiários nacionais e internacionais e se tornando parte do dia a dia da humanidade.

Desde a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em 1950, estamos assistindo a um intenso deslocamento forçado de pessoas no mundo, que vem crescendo em um cenário preocupante para os Estados, a Academia e as Organizações Não Governamentais (ONGs). O ACNUR é a agência da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável por proteger e dar assistência a pessoas em situação de refúgio. A sociedade globalizada do século XXI se depara com um cenário de crise econômica, política e social, em que há um aumento do número de refugiados fugindo de seus lares para sobreviver.

Segundo o mais recente relatório do ACNUR (2021), estima-se que, até meados de 2021, o número de pessoas deslocadas no mundo ultrapassou 84 milhões. Ao se examinarem estes dados, verifica-se a existência de 26,6 milhões de refugiados, sendo que 20,8 milhões dessas pessoas estão sob o mandato do ACNUR e 5,7 milhões são palestinos sob o mandato do UNRWA<sup>2</sup> (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente); 4,4 milhões são solicitantes de refúgio e, até o final de 2020, existiam 48 milhões de deslocados internos. Isso quer dizer que 1 em cada 95 pessoas na Terra foi forçada a fugir por motivos de perseguições, conflitos, graves violações dos Direitos Humanos ou eventos que prejudiquem a ordem pública.

Mais de dois terços (68%) de todos esses refugiados vieram de apenas cinco países: República Árabe Síria (6,8 milhões); Venezuela (4,1 milhões); Afeganistão (2,6 milhões); Sudão do Sul (2,3 milhões); Mianmar (1,1 milhão). Um dos motivos desse quadro é resultante dos deslocamentos de venezuelanos causados pela grave crise humanitária decorrente em seu país. Aproximadamente 5,7 milhões de pessoas (este número inclui venezuelanos refugiados, migrantes e requerentes de asilo) deixaram a Venezuela em busca de acolhimento em outro país (ACNUR, 2021).

Os números descritos, ainda que significativos, são considerados aproximados, pois não contemplam os deslocamentos de ucranianos causados pela guerra decorrente em seu país. Em aproximadamente 2 meses, mais de 3,7 milhões de pessoas foram obrigadas a fugirem da Ucrânia (ACNUR, 2022).

O Brasil é considerado mundialmente como um país de acolhimento e proteção aos refugiados, possuindo uma legislação vista como moderna e inovadora, por ter uma

---

<sup>2</sup> Do inglês *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*

conceituação de refugiado abrangente. Na última década (2011-2020) houve um significativo aumento do número de solicitações de refúgio no Brasil, segundo dados da Polícia Federal (PF). Os haitianos e os venezuelanos se destacam, representando juntos 72,2% do total de solicitações ao longo desses 10 anos (SILVA; CAVALCANTI; OLIVEIRA; COSTA; MACEDO, 2021).

Os últimos quatro anos ganharam relevância neste cenário, pois foram registrados 84,0% do total de solicitações desta década. A partir de 2016, o cenário geográfico e étnico do refúgio no Brasil se modificou, devido à quantidade expressiva de venezuelanos solicitando acolhimento no nosso país, alcançando seu pico histórico no ano de 2018, com 61.391 solicitações, 76,9% do total das solicitações de refúgio registradas em 2018, sobretudo em Roraima, no norte do país (SILVA *et al*, 2021). Dados do ACNUR (2020) apontam que 73% dos refugiados se deslocam para regiões e países fronteiriços, isso explica o porquê de o Brasil ser um dos principais destinos dos refugiados venezuelanos.

Por trás desses números preocupantes existem trajetórias de sofrimento e perseguições. Uma pessoa que se encontra em situação de refúgio não possui escolha, ela é forçada a largar tudo e ir para outra região para sobreviver. Muitas vezes não é possível ao menos levar seus pertences, fugindo apenas com a roupa do corpo. Para diversos refugiados, todo o processo de deslocamento é bastante penoso e violento.

A saída de seu país de forma abrupta representa o rompimento de seus vínculos emocionais, sociais e territoriais. Muitos deles não possuem recursos para atravessar as fronteiras de forma segura e legal e acabam arriscando suas vidas em barcos superlotados, escondidos em navios, percorrendo distâncias enormes em situações precárias e até mesmo a pé. A chegada em um outro país, com uma cultura e um idioma diferente, tendo que reconstruir sua vida, também gera grandes tensões nesses sujeitos.

De acordo com Ayres *et al* (2018, p. 2) “a saída do seu país, determina a perda do seu trabalho, da sua família, da sua identidade social, o que talvez retrate a perda mais importante da vida dessas pessoas e que tendem a se traduzir em perdas futuras e afetar sua estrutura psíquica”. Tais transformações geram mudanças nas identidades sociais e também individuais desses sujeitos, pois há uma alteração no modo como eles veem a si próprios, como sujeitos integrados, gerando uma instabilidade na ideia de si mesmo (HALL, 2001).

Entendemos a identidade social como produto dos processos de socialização que os indivíduos passam ao longo de sua vida e a maneira como cada um se percebe dentro de uma sociedade a qual está inserido e como ele percebe o outro. A construção da identidade social de um sujeito abrange uma dimensão construcionista entre o indivíduo e a sociedade e está em

constante transformação, sujeita às mudanças das relações sociais, culturais, temporais e geográficas em que o sujeito está inserido (DUBAR, 1997). Isso quer dizer que a identidade social não é definida biologicamente e imutável, ela é produto das diversas relações sociais experienciadas ao longo da vida e se insere dentro de um determinado meio social, de uma cultura, de um grupo.

O mundo vive majoritariamente em um sistema capitalista onde o trabalho ocupa um lugar central na produção da riqueza e uma dimensão essencial na identidade do sujeito dentro de uma sociedade. O trabalho é visto como “operador fundamental da própria construção do sujeito” (DEJOURS, 2008, p. 32). É no espaço do trabalho que se promove a construção da identidade individual e social a partir das trocas cotidianas. Dessa maneira, o trabalho desempenha um fator fundamental para o processo de socialização dos sujeitos refugiados, na tentativa de se estabilizarem novamente, serem incluídos socialmente, criarem novos sentidos e papéis dentro desse novo país.

Ao ingressar em um novo país, dentro de uma nova cultura, o refugiado inicia um processo de socialização. Martín-Baró (1982, p. 115) entende socialização como “... processos psicossociais através dos quais o indivíduo se desenvolve historicamente como pessoa e como membro de uma sociedade”, ou seja, a construção da identidade individual e social se dá de forma conjunta e não podem ser dissociadas. A identidade é produto dos processos de socialização do sujeito a partir de uma “construção lenta e gradual de um código simbólico” (DUBAR, 1997, p. 24), código este que constituirá a maneira como, através da representação e atribuição de significados, o indivíduo enxerga a si próprio e ao outro.

Porém, as circunstâncias às quais os refugiados saem de seu país representam um contexto de vulnerabilidade. “Enquanto recém-chegados, vivenciam o desemprego com muito sofrimento” (AYRES *et al*, 2018, p. 7), pois, em sua maioria, possuíam uma carreira e uma vida estável antes de fugir de seu país de origem. Ao chegarem no Brasil, encontram diversas dificuldades para conseguir um emprego, como, por exemplo: a pouca oferta no mercado de trabalho, a dificuldade para se contratar um estrangeiro, seja por desconhecimento por parte dos empregadores dos direitos trabalhistas de um solicitante de refúgio ou por eles não conseguirem comprovar sua formação e experiência, entre outros (PROFILO, 2019). Assim, como uma tentativa de se estabilizar novamente, o trabalho aparece nessa conjuntura como um dispositivo facilitador desse processo de socialização.

O Rio de Janeiro é um dos principais destinos dos refugiados venezuelanos, ocupando, até agosto de 2019, a quarta posição entre os estados que mais receberam esses sujeitos (POLÍCIA FEDERAL, 2019). Esse dado demonstra a importância do estado fluminense para

as políticas de acolhimento no Brasil. O PARES Cáritas RJ é um dos principais centros de assistência a essa população, possuindo parcerias com o ACNUR, com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e com outras instituições públicas e privadas.

No campo da Psicologia, pode-se constatar uma produção científica importante sobre os temas: Processo de Socialização, Identidade, Trabalho e Inclusão Social, porém com poucos trabalhos relacionados ao tema Refúgio. Apesar de ser um tema que demonstra relevância social na contemporaneidade, após uma extensa revisão bibliográfica feita nos principais periódicos eletrônicos em Psicologia, como Web of Science, Scopus, Scientific Electronic Library Online (Scielo), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic), PubMed, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando as seguintes palavras-chaves: “refúgio/refuge”; “socialização/socializacion”; “identidade/identity”; “trabalho/work” e “inclusão social/social inclusion”, nenhum estudo foi encontrado.

Foram encontrados apenas estudos descritivos, em sua maioria na área jurídica e relações internacionais, apontando a importância do trabalho para sobrevivência do refugiado. Tais estudos não abordam o ato de trabalhar para a constituição da identidade do sujeito e sua inclusão social. Mediante esta verificação, esta dissertação busca apresentar uma perspectiva inovadora para o campo da Psicologia Social e do Trabalho.

Dessa forma, a proposta desta investigação é pensar a situação do refúgio em uma perspectiva da Psicologia Social, mediante os estudos sobre identidade e a relação com o processo de socialização dos refugiados, e da Psicologia do Trabalho e das Organizações, considerando o ingresso no mercado de trabalho como um dispositivo preponderante para a socialização e facilitador da inclusão social desses sujeitos no Brasil.

Em uma perspectiva dos processos grupais (AYRES, 2012), todo sujeito enfrenta situações semelhantes ao ingressar em um novo grupo, uma instituição ou em uma cultura, sendo geralmente um período marcado por tensões e dúvidas sobre um ambiente até então desconhecido. Quando o indivíduo é bem acolhido pelo grupo que acabou de ingressar e tem suas necessidades atendidas, ocorre o estabelecimento de relações de confiança e a sua socialização se torna mais eficaz, proporcionando uma identificação e um sentimento de pertencimento do sujeito àquele grupo.

Assim, o objetivo do presente estudo é investigar se o trabalho (ato de trabalhar), opera como um dispositivo facilitador para o processo de socialização e para a inclusão social de refugiados de origem venezuelana na cidade do Rio de Janeiro, a partir do seguinte percurso (objetivos específicos): (1) Realizar uma revisão bibliográfica acerca das temáticas

tratadas e explorar a relação entre elas: refúgio, processo de socialização, inclusão social, identidade social e trabalho; (2) Analisar os dados sociodemográficos coletados na pesquisa piloto em 2018 realizada pelo Projeto de Extensão “Socialização e Inclusão Social - movimento dos grupos sociais”; (3) Fazer a aplicação do questionário reformulado em sujeitos venezuelanos que estejam em situação de refúgio; (4) Fazer o levantamento do perfil sociodemográfico desta amostra e compará-la com os dados da pesquisa piloto de 2018; (5) Analisar os dados relacionados ao mercado de trabalho, à identidade social e cultural, e à sensação de pertença desses refugiados e, conseqüentemente, sua inclusão social.

Assim sendo, contribuir para a discussão, a reflexão e o levantamento de ações que venham a auxiliar na construção de políticas públicas, visando a inclusão social desses refugiados. Viabilizando, também, uma discussão e revisão das políticas públicas atuais, com o objetivo de auxiliar na construção de novas alternativas e soluções duradouras.

## 1 O CONTEXTO HISTÓRICO INTERNACIONAL E NACIONAL DA PROTEÇÃO AOS REFUGIADOS

Eu não sei (não sei), não sei (não sei)

Não sei diferenciar você de mim

Não sei (não sei), não sei (não sei)

Não sei diferenciar

*Amarelo, azul e branco – ANAVITÓRIA*

No século XXI, vêm acontecendo diversos desastres humanitários. Destacamos 5 notícias que eclodiram no mundo nos últimos anos. A primeira foi no primeiro trimestre de 2020, com a grave crise sanitária da Covid-19 (Sars-CoVi-2), que acabou se tornando uma pandemia, motivando a muitos países a fecharem completamente suas fronteiras e a decretarem *lockdown* em seu território na tentativa de conter a disseminação do vírus, ou seja, ninguém entrava e ninguém saía.

Tais medidas sanitárias inviabilizaram o acesso legal de refugiados a esses países, obrigando-os a permanecerem em risco nos seus lares ou a arriscarem travessias clandestinas e perigosas para entrarem de forma ilegal em outros Estados. Como por exemplo os venezuelanos que andam centenas de quilômetros e contratam coiotes (atravessadores) para atravessarem a fronteira brasileira no estado de Roraima.

Em agosto de 2021, uma outra notícia que afligiu a humanidade foi o desespero dos afegãos com a retirada dos Estados Unidos da América (EUA) do país, após 20 anos de guerra, e a retomada do Talibã ao poder. A situação dúbia e instável do Afeganistão, aumenta a crise humanitária no país. Cenários de violência, deterioração das liberdades civis, ameaças contra os direitos das mulheres, pessoas aterrorizadas correndo para o aeroporto de Cabul, principal aeroporto do Afeganistão, se pendurando nos aviões estadunidenses e despencando no ar ao decolarem.

Há milhares de quilômetros dali, na fronteira entre o México e os EUA, mais de 10.000 pessoas, em sua maioria haitianos, acampam debaixo de uma ponte na tentativa de entrar ilegalmente no país norte-americano. A ponte se tornou um local de parada temporária diante do forte calor local, onde os imigrantes dormem ao ar livre e não têm acesso a serviços básicos de saúde e higiene (ESTADO DE MINAS, 2021). O Haiti é a nação mais pobre do continente americano e, desde 2010, sofre com desastres naturais, instabilidade política,

escassez de comida e altas taxas de violência, provocando ondas de pessoas fugindo do país em busca de ajuda em outros territórios, como Brasil, Chile e EUA.

Em janeiro de 2022, em um dos bairros mais caros da cidade do Rio de Janeiro, um refugiado congolês foi brutalmente assassinado a pauladas na frente do quiosque em que trabalhava, após cobrar dois dias de pagamento atrasado. Seu corpo foi achado amarrado em uma escada. Moïse Kabagambe tinha 24 anos e veio para o Brasil como refugiado político em 2014 com a mãe e os irmãos. A mãe do refugiado acredita que o crime foi motivado por racismo e conta que veio para o Brasil por conta da guerra civil tribal que assola seu país e que aqui eles tinham esperança. Ela diz que fugiu do Congo para não matarem seu filho, mas o mataram aqui como matam em meu país (SOUZA, 2022).

Um mês após esse crime bárbaro, no leste da Europa, a Rússia começou uma investida militar contra a Ucrânia provocando uma onda migratória de pessoas dentro do país e para outros países europeus na tentativa de fugirem da guerra. Segundo o ACNUR (2022), desde 24 de fevereiro de 2022, mais de 10 milhões de pessoas foram obrigadas a fugir para salvar suas vidas, mais de 6,5 milhões de pessoas estão deslocadas dentro da Ucrânia e 3,7 milhões de pessoas foram forçadas a abandonar seu país. E este número de refugiados e suas necessidades continuam a crescer de forma exponencialmente.

Cenas como estas e muitas outras vêm marcando o século XXI. Essas pessoas em situação de refúgio se encontram em completo desespero e desamparo, então preferem arriscar suas vidas ou se amontoarem em fronteiras estrangeiras a continuarem em seus países. Porém, para compreender o contexto do refúgio é preciso levar em consideração que a crise de refugiados não é um problema só dos dias atuais.

### **1.1 Marcos históricos e jurídicos do refúgio**

A questão do refúgio está presente na história humana assim como a migração espontânea (BARRETO, 2010). O ser humano possui um instinto de preservação inerente e ao passar por situações de perigo e morte, tem o impulso de fugir em busca de um local que lhe ofereça proteção e que resguarde sua integridade física (SANCHES, 2013). Ao abordarmos o tema “refúgio”, primeiramente, devemos distinguir o que é migração e o que é refúgio, além de definir as classificações clássicas que englobam o assunto:

Tabela 1 - Classificações clássicas que englobam o refúgio

<b>Migrantes</b>	São pessoas que optaram “por viver no exterior principalmente por motivações econômicas ou educacionais, podendo voltar com segurança ao seu país de origem se assim desejarem” (ACNUR, 2019, p. 8)
<b>Refugiados</b>	São pessoas que “estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.” (ACNUR, 2019, p. 8).
<b>Deslocados internos</b>	São pessoas que estão deslocadas internamente no seu próprio país “por motivos similares aos de um refugiado (perseguições, conflito armado, violência generalizada, grave violação dos direitos humanos), mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção. Mesmo tendo sido forçadas a deixar seus lares, os deslocados internos permanecem legalmente sob proteção de seu próprio país – mesmo que agentes estatais sejam a causa de sua fuga. Como cidadãos, eles têm seus direitos previstos nos tratados internacionais de Direitos Humanos e do Direito Humanitário” (ACNUR, 2019, p. 8).
<b>Solicitantes de refúgio</b>	“alguém que solicita às autoridades competentes ser reconhecido como refugiado em outro país, mas que ainda não teve seu pedido avaliado definitivamente pelos sistemas nacionais de proteção e refúgio” (ACNUR, 2019, p. 8).
<b>Apátridas</b>	“São pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, como discriminação contra minorias em legislações nacionais, falha em reconhecer todos os residentes de um país como cidadãos quando este se torna independente (secessão de Estados) ou conflitos de leis entre países” (ACNUR, 2019, p. 8).
<b>Retornados</b>	“São pessoas que tiveram o status de refugiados e/ou solicitantes de refúgio, mas que retornaram voluntariamente a seus países de origem, muitas vezes porque as circunstâncias que ensejaram o fundado temor de perseguição ou conflitos deixaram de existir (ACNUR, 2019, p. 8)

A migração é comumente vista como um fenômeno econômico, caracterizada por motivações individuais para encontrar melhores condições de vida em outra localidade, fora de sua casa, ou como um processo induzido pelo capitalismo (ZOLBERG, 1983). Ou seja, por ter essas características sociais e econômicas, a migração se torna passível de certa regularidade, pois está ligada ao desenvolvimento econômico de um país. Uma pessoa que tem uma situação econômica propícia e seus direitos fundamentais providos, dificilmente irá migrar.

O refúgio possui um movimento que não detém regras, pois está intimamente ligado a processos considerados imprevisíveis e singulares, como “conflitos civis, mudanças abruptas de regime, decisões governamentais arbitrárias, ou guerras internacionais” (ZOLBERG, 1983, p. 25, tradução própria).

Desde a Grécia antiga, Roma, Egito e Mesopotâmia (Idade Antiga - 3500 a.C. a 476 d.C) são encontradas regras que determinavam a proteção de pessoas que fugiam de seu país em busca de acolhimento em outra nação. O teor do refúgio nessa época era marcado pelo caráter religioso e geralmente era concedido asilo nos templos, considerado local sagrado, o que impedia que perseguidores capturassem essas pessoas (BARRETO, 2010). A palavra asilo tem origem no termo grego *ásilon* e no termo latim *asylum*, que significa lugar inviolável, templo, local de proteção e refúgio (RAMOS, 2011).

Na Europa da Idade Média (476-1453), houve o fortalecimento do cristianismo e o refúgio religioso continuou sendo aplicado, dessa vez nas igrejas e mosteiros, tendo como princípio fundamental a piedade divina vinculada ao arrependimento desse sujeito. Porém, como nessa época era inadmissível a proteção a dissidentes políticos, pois constituía uma afronta a outro governo, podendo até gerar guerras, os criminosos comuns acabavam sendo beneficiados dessas normas (BARRETO, 2010; RAMOS, 2011).

Essa perspectiva entra em oposição ao que acontece nos dias atuais, pois a partir da Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), com a disseminação dos ideais de liberdade e com a consolidação do Estado de Direito, o asilo passou a ser um importante instrumento de garantia a livre expressão e participação política. Assim, em concordância com os princípios em vigor, os perseguidos políticos começaram a ser acolhidos, por sofrerem violações desses direitos individuais, e os criminosos comuns ficaram passíveis de extradição para serem julgados por seus crimes em seu país de origem (BARRETO, 2010; RAMOS, 2011).

Dessa forma, o preceito do refúgio religioso vai sendo suprimido, pois a responsabilidade de conceder asilo a uma pessoa perseguida passa a ser do Estado,

constituindo, assim, “mais uma garantia essencial à promoção de direitos, pois impede a violação da liberdade de expressão e direitos de participação política” (RAMOS, 2011, p. 16). Essa modalidade de asilo é largamente conhecida como asilo político.

Cabe aqui ressaltar que, apesar de apresentarem circunstâncias comuns (pessoas em situação de perseguição e que precisam fugir de seus lares), asilo e refúgio possuem conceituações diferentes. O refúgio é um instrumento jurídico utilizado pela comunidade internacional, sem distinção de pessoas, ou seja, tem caráter universal, além de ser constituído por medidas essencialmente humanitárias; já o asilo tem caráter regional, difundido na América Latina e tendo um teor político (PIOVESAN, 2006). Na América Latina, desenvolveu-se o conceito de asilo diplomático (RAMOS, 2011). Este desdobramento em particular, devido a sua importância, será tratado mais detalhadamente em um tópico específico (1.3).

## 1.2 O estabelecimento do estatuto do refúgio

Apesar do refúgio estar presente na trajetória da humanidade desde as civilizações antigas, ele só ganha um enfoque na comunidade internacional com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando os países da Europa, Ásia Menor, Ásia Central e Oriental tiveram que lidar com uma quantidade enorme de refugiados produzidos pelo conflito e, também, pela Guerra dos Balcãs (1912-1913), pela Campanha do Cáucaso (1918-1921) e pela Guerra Greco-Turca (1919-1922) (JAEGGER, 2001). Até então, não existiam regras jurídicas específicas em esfera internacional para casos de refúgio e as pessoas que buscavam proteção fora de seu país, ficavam à mercê das leis locais para a autorização de asilo (ANDRADE, 1996).

A Primeira Grande Guerra provocou consequências desastrosas sem precedentes nos países europeus. A inflação e o desemprego assolaram os trabalhadores e as guerras civis subsequentes ocasionaram grandes fluxos migratórios. A modificação da geopolítica europeia, com as quedas dos impérios russo (1917), austro-húngaro (1918) e otomano (1922), e o surgimento de novos Estados-Nação (Iugoslávia, Tchecoslováquia, Turquia, Letônia, Lituânia, etc.) criados a partir dos Tratados de Paz estabelecidos, foram outros fatores que ampliaram esse panorama de caos migratório (AGAMBEN, 1998; ARENDT, 2020).

A Rússia e a Turquia foram os países que mais contribuíram para este quadro, gerando um grupo de vítimas apátridas, que não eram mais bem-vindos em seu país de origem e não podiam ser acolhidos por outros Estados (ARENDT, 2020). A Rússia, foi a nação que mais

produziu refugiados naquele momento e estima-se que o número de pessoas deslocadas foi de 1.500.000 russos brancos, além de 700.000 armênios, 500.000 búlgaros, 1.000.000 de gregos, centenas de milhares de alemães, húngaros e romenos (AGAMBEN, 1998).

É fundamental destacar que os refugiados russos enfrentaram uma desnaturalização em massa por motivos políticos, instituída em 1921 pelo governo em exercício, onde, cidadãos russos que estavam há mais de 5 anos no exterior e até a data de 22 de junho de 1922 não obtiveram o novo passaporte ou, ainda, abandonaram a Rússia por discordância do novo regime, perderam sua nacionalidade (ANDRADE, 1996). A desnaturalização foi um importante recurso utilizado por governos totalitários, que preferiam perder seus cidadãos a tolerar opiniões que divergiam de sua ideologia (ARENDR, 2020).

Outro produto da formação desses novos Estados foi o surgimento de minorias dentro desses territórios, pois os Tratados de Paz não levaram em consideração princípios básicos, como a homogeneidade da população e a fixação no território (ARENDR, 2020). Ou seja, um Estado-Nação pressupõe a junção desses dois princípios, sendo o Estado definido como uma entidade política e geopolítica e a Nação uma entidade étnico e cultural.

Várias etnias foram reunidas em um só Estado-Nação e a algumas foram dadas a regência do país. Como diz Arendt, o *status* de “povos estatais”. Acreditava-se, ingenuamente, que esses povos minoritários iriam cooperar com os governos, porém tal cenário não se consolidou. Na tentativa de solucionar os problemas enfrentados pelas minorias, foram implementados diversos tratados internacionais, chamados Tratados das Minorias (ARENDR, 2020).

Essa formação de minorias representava uma bomba-relógio, pois a lógica de um Estados-Nação recém-criado era que a população étnica minoritária seria assimilada ou exterminada. A Comunidade Europeia se viu diante do surgimento de novos grupos de apátridas, pois ficou evidente que os Tratados das Minorias não constituíam necessariamente uma proteção, mas um potencial instrumento a ser utilizado pelos governos dos Estados-Nação a fim de promover uma expulsão coletiva dos grupos minoritários de seus territórios (ARENDR, 2020).

Para tentar resolver essa grande crise instaurada na Europa de refugiados e apátridas<sup>3</sup>, difundiu-se a ideia da repatriação e da naturalização, o que não se consolidou na prática, visto a exemplo dos russos e dos armênios. Muitos dos países não queriam o regresso desses cidadãos ou eles mesmo não queriam regressar e os países acolhedores se viram incapacitados

---

<sup>3</sup> Apesar dos esforços legislativos de separar os conceitos de refugiados e apátridas, Simpson (1938) diz que para fins práticos, todos os refugiados são apátridas.

de receberem grandes massas de refugiados. Assim como as minorias, os apátridas não gozavam de um governo que os acolhesse e os representasse, e estavam privados de seus direitos fundamentais como ser humano (ARENDDT, 2020). Dessa forma, era improrrogável a criação de normas de proteção para as pessoas que se encontrassem nesta situação de vulnerabilidade.

De acordo com Jaeger (2001), o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) foi a instituição responsável por iniciar o conjunto de sistemas de proteção internacional a refugiados juntamente a Liga das Nações (1919-1946), uma organização internacional criada após o fim da Primeira Grande Guerra, a fim de manter a paz e a resolução de conflitos no mundo. A Liga foi idealizada durante a Conferência de Paz de Paris, sendo considerada o precedente histórico e jurídico para a ONU.

Ao ser criada, a Liga das Nações não tinha como propósito o envolvimento com a questão do refúgio, porém uma das resoluções do Pacto assinado entre os Estados-membros era a cooperação com a Cruz Vermelha. Dessa forma, foi possível desenvolver medidas em conjunto e em âmbito internacional em prol dos refugiados (ANDRADE, 1996).

Para fins de estudos, Andrade (1996) divide o período relativo ao desenvolvimento de medidas internacionais de proteção a refugiados, que a maior parte do tempo esteve sob a liderança da Liga das Nações (1921 a 1951), em duas fases: a coletiva (1921-1939) e a individual (1938-1951).

Em um primeiro momento, a definição do termo refugiado ficou sujeita a determinado grupo étnico ou nacional, dessa forma, para serem considerados refugiados, esses sujeitos deveriam estar fora de seu país natal e sem a sua proteção. Essa conceituação estava fortemente ligada a guerras e tinha um teor temporário, assim, com o fim dos conflitos, não eram mais necessárias tais medidas (ANDRADE, 1996).

Tal princípio vai ser suprimido na década de 1950, pois as autoridades responsáveis perceberam que os fluxos de refugiados se tornaram constantes e permanentes. Diversos grupos foram beneficiados pelas medidas criadas nesta época, como: russos, armênios, assírios, assírios-caudeus e, posteriormente, alemães e austríacos (ANDRADE, 1996).

No segundo momento, caracteriza-se pela perspectiva individualista daquele que buscava proteção. Houve uma reformulação do termo refugiado, na qual as razões para a partida daquele sujeito foram postas como determinantes, colocando a perseguição a partir de um evento político ou social como um fator determinante para a análise da situação de refugiado. Apesar desta mudança na perspectiva da definição de refugiado para a

individualista, a qualificação coletiva não foi abandonada e é utilizada até os dias atuais (ANDRADE, 1996).

### 1.2.1 Fase 1 - coletiva (1921-1939)

Com um contingente enorme de pessoas fugindo da Rússia em decorrência da sua guerra civil, o CICV iniciou, juntamente com instituições de caridade, o auxílio a esses sujeitos (JAEGER, 2001). Porém, apesar de seus esforços, a Cruz Vermelha apenas assistiu a população russa de forma material e esses recursos estavam por esgotar, além de não existir um órgão central de coordenação dessa atuação (SIMPSON, 1938).

Existiam “problemas de ordem política, econômica e social, como desemprego e restrições imigratórias” (BELELLI; BORGES, 2016, p. 20). Era urgente a necessidade de se criar mecanismos jurídicos para auxiliar esses sujeitos e solucionar de forma mais consistente essa problemática humanitária, então, em 1921, o CICV solicitou à Liga das Nações que fosse feita uma conferência para tratar das necessidades desses refugiados russos (SIMPSON, 1938).

Atendendo à solicitação da Cruz Vermelha, a Liga nomeou um Alto Comissário<sup>4</sup> (1921-1930) para definir um estatuto dos refugiados russos, garantir seu assentamento fora da Rússia ou sua repatriação e para coordenar medidas para sua assistência, tendo Fridtjof Wedel-Jarlsberg Nansen<sup>5</sup> como o primeiro Alto Comissário em nome da Liga das Nações para tratar dos problemas dos refugiados russos na Europa (SIMPSON, 1938).

A fim de solucionar um dos principais problemas desses refugiados russos, a falta de documentação internacionalmente reconhecida, que, conseqüentemente, dificultava a entrada desses sujeitos em outros países, Nansen idealizou o Certificado de Identidade para Refugiados Russos, mais conhecido como Passaporte Nansen. Ele foi instituído através de um acordo (*Arrangement With Regard to the Issue of Certificates to Russian Refugees*) em Genebra, em 5 de julho de 1922, com a adesão de 52 países (LEAGUE OF NATIONS, 1922; ANDRADE, 1996).

---

<sup>4</sup> Para executar as tarefas do Alto Comissariado para Refugiados, a Liga das Nações criou diversos dispositivos institucionais, como: o Escritório Nansen (1930-1938), o Escritório do Alto Comissariado para Refugiados vindos da Alemanha (1933-1938), o Gabinete do Alto Comissário da Liga das Nações para Refugiados (1939-1946) e o Comitê Intergovernamental para Refugiados (1938-1947). (JAEGER, 2001).

<sup>5</sup> Fridtjof Nansen (1861-1930) foi um cientista, explorador polar, ativista político e diplomata norueguês. Recebeu seu PhD em zoologia em 1888. Foi delegado da Noruega na Liga das Nações e recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1922 "por seu papel de liderança na repatriação de prisioneiros de guerra, no trabalho de ajuda internacional e como Alto Comissário da Liga das Nações para os refugiados." (THE NOBEL PRIZE, 2021)

Em 31 de maio de 1924, esse documento foi estendido aos refugiados armênios, uma minoria étnica que sofreu um massacre sistemático do Império Otomano e, em seguida, da República Turca, criando o Certificado de Identidade para os Refugiados Armênios. O holocausto armênio ficou conhecido como o primeiro grande genocídio do século XX (ANDRADE, 1996).

Devemos ratificar que, nesta época, a condição de refugiado era designada a determinado grupo nacional ou a determinada etnia. Esta definição foi oficializada no Acordo de 12 de maio de 1926 relativo à emissão de certificados de identidade para refugiados russos e armênios (*Arrangement of 12 May 1926 relating to the Issue of Identity Certificates to Russian and Armenian Refugees*), que diz:

A Conferência adota as seguintes definições do termo “refugiados”:

"Russo: Qualquer pessoa de origem russa que não desfrute ou que já não desfrute da proteção de o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e que não adquiriu outra nacionalidade.

"Armênio: qualquer pessoa de origem armênia que já foi súdito do Império Otomano e que não gosta ou que não goza mais da proteção do Governo da República Turca e que não tem adquiriu outra nacionalidade (LEAGUE OF NATIONS, 1926, p. 1, tradução própria).

O Acordo de 30 de junho de 1928 relativo ao Estatuto Jurídico dos Refugiados Russos e Armênios (*Arrangements relating to the legal status of Russian and Armenian refugees of 30 June 1928*), entra para a história, pois, pela primeira vez, um documento recomenda a não-expulsão de refugiados, mesmo se esses sujeitos não reunirem condições para adentrar o país de forma legal. Foi o princípio do desenvolvimento do conceito de *non-refoulement* (“não-devolução”) como um instrumento jurídico internacional (ANDRADE, 1996).

Todos esses dispositivos de proteção culminaram na Convenção de Genebra Relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados, em 1933 (*Convention of 28 October, 1933 relating to the International Status of Refugees*). Ela foi aplicada a refugiados russos, armênios e, ampliando sua abrangência, para o que chamou de: “assimilados”.

O objetivo da Convenção de 1933 era complementar e consolidar os trabalhos em favor dos refugiados realizados pela Liga das Nações. Foram fortalecidas as medidas adotadas nos acordos anteriores (1922, 1924, 1926 e 1928) e concedidos maiores direitos a esses refugiados dentro dos países acolhedores. Os países que aderiram a Convenção se comprometeram com medidas administrativas, como a emissão do Passaporte Nansen e o princípio de *non-refoulement*, medidas jurídicas, trabalhistas, de assistência social, de educação e na criação de comitês de refugiados (LEAGUE OF NATIONS, 1933).

Apesar de a Convenção de 1933 ter sido um grande avanço nas políticas de proteção a refugiados na esfera internacional, houve pouca aderência dos Estados que assumiram emitir o Passaporte Nansen. Dos 56 países, apenas 8 assinaram a Convenção (ANDRADE, 2006). Seu sucesso se apresenta através do seu legado, representado pela adição do termo “assimilados” à definição de refugiados, expandindo sua conceituação para outros povos; e a consolidação e expansão do princípio de *non-refoulement* (LEAGUE OF NATIONS, 1933)

E, também, por servir como base para a elaboração da Convenção de 1951, juntamente com os acordos de 12 de maio de 1926 e de 30 de junho de 1928, da Convenção de 10 de fevereiro de 1938, do Protocolo de 14 de setembro de 1939 e da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados (ONU, 1951).

Em 30 de janeiro de 1933, Adolf Hitler sobe ao poder na Alemanha. O país estava arrasado pela Primeira Guerra e humilhado pelo Tratado de Paz de Versalhes, com altos índices de desemprego e inflação, o que levou a população a apoiar a extrema-direita, representada pelo Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, mais conhecido como Partido Nazista.

Hitler adotou uma política bárbara antisemita, promovendo quantidades exorbitantes de desnaturalizações, a partir de 1933, e uma emigração em massa de judeus alemães em busca de proteção em outros países (AGAMBEN, 1998). Havia uma lei no Terceiro Reich que instituía que todo judeu que deixasse voluntariamente o território alemão ou, se fosse deportado, perdia sua nacionalidade automaticamente (ARENDDT, 2020).

Diante dessa demanda, o Alto Comissariado da Liga das Nações definiu um tratado em favor desses refugiados, o Arranjo Provisório de 4 de 1936 sobre o Estatuto dos Refugiados vindos da Alemanha (*The Provisional Arrangement concerning the Status of Refugees coming from Germany*), assinado em Genebra em 4 de julho de 1936, e que definiu o termo “refugiado vindo da Alemanha” (LEAGUE OF NATIONS, 1936). Posteriormente, formulou a Convenção Relativa aos Refugiados Provenientes da Alemanha (*The Convention concerning the Status of Refugees coming from German*), assinado em Genebra em 10 de fevereiro de 1938, a fim de complementar e consolidar o trabalho realizado pela Liga das Nações. (JAEGER, 2001; LEAGUE OF NATIONS, 1938).

Ainda que esses tratados buscassem socorrer esses refugiados e, até o presente momento, diversos dispositivos jurídicos internacionais tenham sido postos em vigor objetivando um acolhimento mais consistente, esses refugiados alemães não tiveram direito ao Passaporte Nansen, sendo criado um outro certificado de identificação. O princípio da não-devolução foi contemplado, podendo ser revogado apenas em situações de segurança nacional

ou ordem pública. Os países assinantes também se comprometeram em não conduzirem os refugiados de volta ao Reich, a menos que tenham sido comunicados e tenham se recusado, sem motivos plausíveis, a aceitarem medidas para recolocação em outro país (LEAGUE OF NATIONS, 1936; LEAGUE OF NATIONS, 1938). Apenas 3 Estados assinaram a Convenção de 1938 (ANDRADE, 2006).

O declínio da Liga das Nações era iminente, diante das dificuldades enfrentadas externamente e, principalmente, internamente, pois ela não obtinha um poder executivo forte (nem a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas [URSS] e nem os EUA possuíam representantes). Na década de 30, a capacidade da Liga em lidar com os confrontos internacionais entrou em decadência e a depressão econômica comprometeu a oferta de empregos aos refugiados. Dentro da organização, os problemas eram atribuídos às tentativas de evitar conflitos entre os Estados-membros, pois a decisão de proteger determinado grupo poderia resultar em desentendimento entre os governos.

À vista disso, as políticas da Liga em favor dos refugiados não foram suficientes para resolver a crise migratória. A organização era apenas responsável por elaborar as medidas jurídicas de proteção, enquanto o financiamento e acolhimento desses sujeitos ficavam por parte de cada Estado ou organizações voluntárias. Os Estados, por sua vez, em grande maioria não aderiram às convenções e tratados, como citado anteriormente (ANDRADE, 2006).

Perante o caos nas fronteiras, com um acúmulo enorme de refugiados pela Europa afora, com o fracasso das conferências internacionais apoiadas em políticas de naturalização e repatriação, a única saída encontrada pelos Estados foram os campos de internamento (ARENDR, 2020).

### 1.2.2 Fase 2 - individual (1938-1951)

Até então, a condição de refugiado era definida a partir de condições grupais, determinadas por nacionalidade ou etnia, como o caso dos russos e armênios. Com a ascensão do Nazismo começa a entrar em cena um novo critério para a caracterização de refugiados: a perseguição. Essas pessoas eram perseguidas por motivos políticos, como os comunistas, por motivos étnicos, como os judeus e ciganos, por se oporem ao governo, por serem homossexuais, entre outros.

Durante a Segunda Guerra, os países aliados já estavam preocupados com os números expressivos de refugiados existentes na Europa, então, em 9 de novembro de 1943, assinaram um acordo de criação da Administração das Nações Unidas para o Auxílio e

Restabelecimento (ANUAR - 1943-1947). Pode-se destacar que suas atribuições estavam mais voltadas para a assistência aos territórios reconquistados pelos Aliados, como: contribuir com ajuda humanitária (comida, vestimenta e remédios) e o repatriamento dos deslocados de guerra<sup>6</sup> (CASTRO; SILVA; VALLIM; NAKAMURA, 2009). Em substituição a fracassada Liga das Nações, após a devastação provocada pela Segunda Guerra Mundial, em 24 de outubro de 1945 foi criada a ONU, uma organização intergovernamental com o objetivo de assegurar a segurança internacional e manter a paz, proteger os direitos humanos, oferecer ajuda humanitária, promover desenvolvimento sustentável e manter a lei internacional (ONU, s.d.).

Com o fim da guerra, calcula-se que havia mais de 40 milhões de refugiados, atingindo dimensões inéditas para a época. A comunidade internacional teve que lidar com: (1) soldados alemães fugindo do exército da URSS; (2) milhares de prisioneiros em campos de concentração; (3) pessoas forçadas a se deslocarem da Grécia e da Iugoslávia, em decorrência das guerras civis instauradas após a desocupação do exército nazista; (4) refugiados soviéticos fugindo do regime stalinista; (5) além do grande número de refugiados na China e na Índia (CASTRO *et al*, 2009).

A UNUAR se tornou ineficaz, então foi substituída pela Organização Internacional para Refugiados (Organização Internacional para Refugiados (OIR - 1947-1952), que “estava mais bem preparada para lidar com o problema, dando assistência jurídica, transporte, identificação e procurando asilo em países terceiros para enviar essas pessoas.” (CASTRO *et al*, 2009, p. 4).

No período pós-guerra, se tornaram explícitos para o mundo inteiro a crueldade e os crimes cometidos contra os seres humanos pelos governos totalitários, sendo o Nazismo o mais emblemático deles. Horrorizada com o produto desses sistemas, que pôs abaixo todas as conquistas acerca dos direitos humanos, a comunidade internacional, através da Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), em 1948, que prevê em seu artigo XIV que

Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países; 2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas”, o que é consequência natural do artigo

---

<sup>6</sup> No período logo após o fim da guerra começou a ser utilizado o termo “deslocado de guerra”, que muitas vezes era utilizado de forma sinônima ao termo “refugiado”, porém possuem atribuições diferentes. Os deslocados de guerra eram as pessoas que foram expulsas de seus lares em decorrência da guerra, mas que queriam ser repatriadas. Aqueles que não podiam ou não queriam ser repatriados eram chamados de refugiados (ANDRADE, 2006)

anterior, XIII, que, em seu numeral 2 dispõe que “Todo homem tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar (ONU, 1948)

Assim como a ANUAR, a OIR foi uma agência de caráter temporário, com prazo de mandato até 1950. Como o grande fluxo de refugiados não cessava, foi preciso criar outra agência em âmbito internacional para lidar com esta questão que assombrava o continente europeu. Então, em dezembro de 1950, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ANDRADE, 2006). Os princípios da OIR serviram de base para a criação do ACNUR (CASTRO *et al*, 2009, p. 4).

Paralelamente à criação do ACNUR, ocorreu a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, adotada em 28 de julho de 1951. Em conformidade com a DUDH, a Convenção instituiu o Estatuto dos Refugiados e definiu o termo refugiado como qualquer pessoa:

Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ONU, 1951, p. 2).

O advento da Convenção de 1951 é importantíssimo em função das modificações feitas no conceito de refúgio. Os antigos instrumentos legais eram aplicados somente a determinados grupos, como os refugiados russos, armênios e alemães; com a nova designação, houve a ampliação para um grupo maior de pessoas, além de definir seus direitos e deveres (RAMOS, 2011).

Ainda neste período a questão do refúgio era vista como momentânea, então o ACNUR nasceu como uma agência temporária e com perspectivas eurocêntricas, com mandato de três anos, para ajudar as pessoas deslocadas pela guerra a encontrar um novo lar seguro para, assim, recomeçar suas vidas (ANDRADE, 2011). Porém seu mandato precisou ser estendido temporalmente e geograficamente para contribuir com as diversas crises de refugiados para além do continente europeu, pois a Convenção de 1951 só abrangia eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951.

Então, em 1967 foi implementado o Protocolo de 1967, onde houve a reformulação dos preceitos do Estatuto dos Refugiados e do ACNUR, possibilitando assim que pessoas não oriundas da Europa pudessem ser reconhecidas como refugiadas. Em 2003, a cláusula que obrigava a renovação do mandato do ACNUR a cada três anos foi anulada. O trabalho do

ACNUR se baseia na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967, que fundamentam a proteção e o estabelecimento de princípios legais sobre pessoas refugiadas, a fim de buscar soluções duradouras para essas pessoas, sendo algumas delas: a integração local, o reassentamento e a repatriação voluntária.

Outros esforços de expansão das definições de 1951 para além do continente europeu também foram implementados, fundamentados em experiências regionais, como a Convenção Africana de 1969 e a Declaração de Cartagena de 1984 na América Latina. Os Estados Membros da União Africana foram pioneiros ao implementar uma definição ampliada de refugiado, englobando

qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o seu lugar de residência habitual para procurar refúgio em outro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade (ACNUR, 2018, p. 8).

Dessa forma, o cenário internacional de proteção a refugiados foi sendo construído a partir de adequações jurídicas e de políticas internacionais a fim de proporcionar um melhor acolhimento a essa população. Apesar de o ACNUR trabalhar para assegurar que qualquer pessoa carente de direitos humanos básicos possa solicitar ou receber refúgio em qualquer país, ele não pode substituir o Estado em medidas protetivas, ou seja, cada país é responsável por elaborar leis e mecanismos protetivos e integrativos (ONU, 1951). É importante frisar que a questão do refúgio ultrapassa as normativas jurídicas de um Estado, sendo uma questão internacional, pois denota uma falha no sistema de proteção do Estado a seu cidadão, que se expressa na fuga do território para outro país.

Assim, é preciso existir uma cooperação internacional para apoiar esses fluxos de pessoas. Atualmente, são signatários da Convenção de 1951 e/ou do Protocolo de 1967 quase 150 países e a equipe do ACNUR está presente em 135 países ao redor do mundo.

### 1.3 América Latina e Brasil

Ao longo da história humana, uma pessoa que sofria perseguição em seu país de nascimento fugia para outra localidade e solicitava ali asilo e proteção para viver. Porém, a América Latina desenvolveu um conceito de asilo não territorial, chamado de asilo diplomático. Este tipo de proteção não necessariamente permite a concessão de asilo

territorial, mas acolhe um perseguido político dentro das instalações da Missão Diplomática de um país (BARRETO, 2010).

O asilo diplomático tem sua origem marcada no Tratado de Direito Penal Internacional de Montevidéu de 1889 e foi discutido em diversas outras convenções nos países latino-americanos ao longo da primeira metade do século 20 (RAMOS, 2011). Tal vertente de asilo sempre foi amplamente praticada nessa região, provavelmente pela instabilidade política desses países com golpes de estados e sucessivas revoluções, havendo, assim, a necessidade de abrigar um grande contingente de criminosos políticos fugindo de perseguições (BARRETO, 2010).

No Brasil, não foi diferente. O instrumento de proteção utilizado era o asilo político. O país sempre esteve envolvido com pautas relacionadas ao refúgio, porém se tornou signatário da Convenção de 1951 apenas em 1960 e logo depois passou por um período ditatorial entre os anos de 1964 e 1985, tendo uma atuação pequena no panorama internacional de proteção a migrantes forçados. Somente após a redemocratização, e no ano de 1997, que o país desenvolveu uma legislação própria para refugiados (ANDRADE, 1996).

Diante desse costume latino-americano de utilizar o asilo político, as iniciativas do ACNUR ficaram restritas a apenas auxiliar a recepção e a integração dos refugiados europeus nos países latinos, sem a aplicação do *status* de refugiado. No Brasil, houve uma colaboração entre o ACNUR e a Igreja Católica, através da Cáritas do Rio de Janeiro e da Cáritas de São Paulo, com o objetivo de assistir perseguidos políticos de países vizinhos que fugiam dos regimes ditatoriais. Como o Brasil também estava vivenciando uma ditadura militar, esses estados serviam apenas como passagem para o continente europeu. A partir desse acolhimento sistematizado entre ACNUR e Cáritas, os rumos da política brasileira sobre o refúgio começaram a mudar (BARRETO, 2010).

Consoante a esse contexto vivido pela América-Latina, mais o aumento de refugiados na América Central e com o intuito de ampliar os direitos dos refugiados nessa região, em 1984 foi assinada a Declaração de Cartagena. Suas definições foram inspiradas na Convenção Africana e reiteram a Convenção das Nações Unidas de 1951 e o Protocolo de 1967, a saber: (1) a necessidade de os Estados definirem normas para fazer cumprir tais deliberações e trabalharem junto ao ACNUR; (2) o compromisso com os Direitos Humanos; (3) a aplicação do princípio *non-refoulement*, incluindo a proibição da rejeição nas fronteiras; (4) e inovam,

por exemplo, com a cláusula de reunião familiar<sup>7</sup>. A Convenção foi responsável por ampliar a conceituação do termo refugiado, considerando também

como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (DECLARAÇÃO DE CARTAGENA, 1984, p. 3).

A partir da adesão dessas recomendações pelos países latino-americanos, o asilo praticamente não é mais utilizado na América Latina. A instituição do refúgio como uma regra possibilitou a ampla atuação do ACNUR em prol dos refugiados no continente (ANDRADE, 1996).

O Brasil sempre esteve atento à evolução das diretrizes internacionais em favor dos refugiados, porém foi só após o fim da ditadura militar e com a Constituição de 1988 que o país começou, de fato, a pensar em leis e políticas públicas para os refugiados. Esse movimento está intimamente ligado ao momento político vivido pela sociedade brasileira após longos anos de repressões e graves violações dos direitos humanos no país e no surgimento de novos atores sociais e políticos, como sindicatos, organizações em prol dos direitos humanos, movimentos populares, etc.

É nesse contexto de reabertura democrática, de definições constitucionais na direção dos direitos fundamentais dos seres humanos e inspirados pela Declaração de Cartagena que houve as discussões sobre o Estatuto do Refúgio no Congresso Nacional, com a participação do ACNUR e da sociedade civil. Tal representação foi fundamental para que as leis brasileiras fossem formuladas de acordo com os termos de legislação e políticas para refúgio mais modernas que existiam (MILESI; ANDRADE, 2010).

O compromisso do Brasil com as questões dos refugiados desde sua adesão à Convenção de 1951 resultou na Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997 (BRASIL, 1997), um marco histórico na proteção aos refugiados no país. Essa legislação amplia a definição de refugiado, estabelecendo que:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

<sup>7</sup> A reunião familiar é o recurso que garante que membros da família de um refugiado reconhecido que se encontrem fora do território nacional possam se encontrar com ele no país de refúgio.

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

É no âmbito da Lei nº 9.474 (BRASIL, 1997) que o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) foi criado, com o objetivo de regular e deliberar as solicitações sobre refúgio no Brasil. Este órgão colegiado tem âmbito interministerial no qual participam o governo, a sociedade civil e o ACNUR. Ele é composto pelo: Ministério da Justiça e Segurança Pública (que o preside), Ministério de Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Departamento de PF, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, como representante da sociedade civil organizada, e a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, como suplente e o ACNUR, como membro consultivo com direito a voz, porém sem voto (ACNUR, 2019).

O panorama político e social que o Brasil passava no final do século XX foi fundamental para definir as regras que compõem o Estatuto dos Refugiados (BRASIL, 1997). Para além da definição de órgãos reguladores e de controle, a legislação brasileira define parâmetros para construir soluções duradouras para a inclusão social desses sujeitos, e políticas públicas de proteção e integração.

O ACNUR trabalha juntamente ao Estado brasileiro, em parceria com centenas de organizações não governamentais, além de fomentar estudos e pesquisas ligadas ao tema do refúgio. Em 2003, foi implementada a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), nomeada em homenagem ao diplomata brasileiro que atuou em favor dos refugiados nas Nações Unidas, como funcionário do ACNUR, e morreu em decorrência de um ataque terrorista à sede da ONU de Bagdá naquele ano.

A CSVM foi estabelecida a partir da cooperação entre o ACNUR, centros universitários nacionais e o CONARE. Sua atividade está voltada para o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo a formação acadêmica de professores e alunos para temas sobre o refúgio, além de difundir o ensino universitário para o tema. Pode-se destacar, também, que as iniciativas das Cátedras nas universidades brasileiras vêm promovendo discussões, que têm possibilitado a construção de políticas públicas relacionadas a essa população, favorecendo a inclusão social. Entre suas prioridades, está também o trabalho direto com refugiados, incentivando o acesso e a permanência ao ensino, cursos de português para refugiados e revalidação de diplomas.

#### 1.4 Direitos básicos dos solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil<sup>8</sup>

Segundo a legislação brasileira (BRASIL, 1997), o Estado não pode se recusar a receber uma pessoa que manifeste o interesse em pedir refúgio. Toda e qualquer pessoa que chegue ao Brasil e solicite o direito ao refúgio não pode ser devolvida a seu país de origem ou a qualquer outro país que possa comprometer sua integridade física ou atentar contra seus direitos básicos estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Da mesma forma que o governo não pode punir essas pessoas caso entrem no país de forma ilegal, se essa era a única maneira que elas encontraram para ter acesso ao pedido de refúgio.

O pedido de refúgio no Brasil pode ser feito a qualquer momento, não necessariamente na entrada no país, e não existe um prazo para o direito de solicitar essa condição de refugiado. Este pedido pode ser feito em qualquer delegacia da PF, através de um formulário encontrado no site da Justiça Federal ou na própria unidade da PF. Depois de solicitado, esse processo é encaminhado para deliberação do CONARE, sendo o solicitante convocado para uma entrevista e todas essas etapas gratuitas.

Assim que solicitam o refúgio, essas pessoas recebem o Protocolo de Permanência Provisório, que é o documento de identificação do refugiado no Brasil. Com este Protocolo já é dado o direito a esse solicitante de refúgio trabalhar legalmente no país. Munido deste documento, é possível solicitar outros documentos brasileiros, como a carteira de trabalho e o CPF, e, por exemplo, fazer um contrato de aluguel ou abrir uma conta no banco. Enquanto solicitante de refúgio, esses sujeitos têm direito a permanecer no país até que se alcance uma decisão final sobre seu procedimento.

Este documento também concede o direito a usufruir de todos os serviços públicos do país, como saúde, educação, assistência social, judiciário e defensoria pública. Todo solicitante de refúgio ou refugiado possui os mesmos direitos básicos que qualquer brasileiro, além de ser conferido o direito à livre escolha de culto, expressão sexual, livre trânsito por todo o território nacional e liberdade de pensamento.

O protocolo tem validade de um ano e deve sempre ser renovado durante o processo de solicitação de refúgio. Quando o CONARE delibera o *status* de refugiado para um

---

<sup>8</sup> Este tópico foi construído a partir da série de vídeos “Cáritas Explica”, feitos pelo PARES Cáritas RJ a fim de esclarecer dúvidas sobre o refúgio no Brasil. Podendo ser encontrado no canal do PARES Cáritas RJ no YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCRjpDhKzan8GEoxKcIxFPzQ/featured>>. Acesso em: 29 jan. 2021. Este tópico também faz parte da monografia da autora, apresentada, como requisito para finalização da Graduação, ao Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), intitulada: Refúgio, trabalho e processo de socialização: um olhar para a inclusão social de refugiados e solicitantes de refúgio de origem venezuelana.

solicitante, essa pessoa terá direito a uma carteira de identidade própria como residente e sem prazo de validade, poderá emitir um passaporte brasileiro, caso não possua um do seu país de origem, e terá mais facilidade na revalidação de diploma. Ela também poderá solicitar a reunificação familiar, estendendo o seu *status* de refugiado a familiares e dependentes econômicos.

Foram vários os fatores que contribuíram para que o nosso país desenvolvesse uma legislação tão moderna e em harmonia com as pautas humanitárias. A Igreja Católica e o ACNUR tiveram papéis importantíssimos na discussão e na elaboração do Estatuto dos Refugiados a partir da sua experiência diretamente com o acolhimento de refugiados. A abertura política e o movimento da sociedade em direção ao debate sobre os direitos fundamentais do homem também contribuíram para a construção desse cenário.

Apesar da legislação brasileira ser receptível a refugiados, “a indefinição do agente perseguidor e do tipo de perseguição se tornam um empecilho para que o reconhecimento do refúgio seja defendido” (WALDELY; DAS VIRGENS; ALMEIDA, 2014, p. 118). Existe um limbo jurídico, em que pessoas que foram obrigadas a sair do seu país não são consideradas refugiadas.

Existe uma crise humanitária global e os deslocamentos não se restringem a um problema local. Diante desses desafios impostos à comunidade internacional, é possível observar que a definição atual de “refúgio” não está em adequação com os diferentes problemas que levam uma pessoa a ser forçada a deixar seu país, como, por exemplo, a miséria extrema ou razões ambientais.

Sendo assim, é preciso considerar que este conceito não pode ser considerado como estático. Evidencia-se a necessidade de maior flexibilização e adequação à realidade atual e da análise de caso a caso para melhor interpretação e implementação do *status* de refugiado, levando em consideração que a vida desses indivíduos está em jogo e que muitos ficam fora das classificações clássicas, logo, ficam desprotegidas (WALDELY; DAS VIRGENS; ALMEIDA, 2014).

### 1.5 Situação Venezuelana

Segundo dados do ACNUR, cerca de 1% da população mundial está em situação de refúgio como consequência de perseguições e situações de conflito. E um dos países que vem contribuindo com esse conturbado cenário é a Venezuela. Até a metade de 2021,

aproximadamente 5,7 milhões de pessoas deixaram o país (ACNUR, 2021), que vive uma grave crise política, econômica e social.

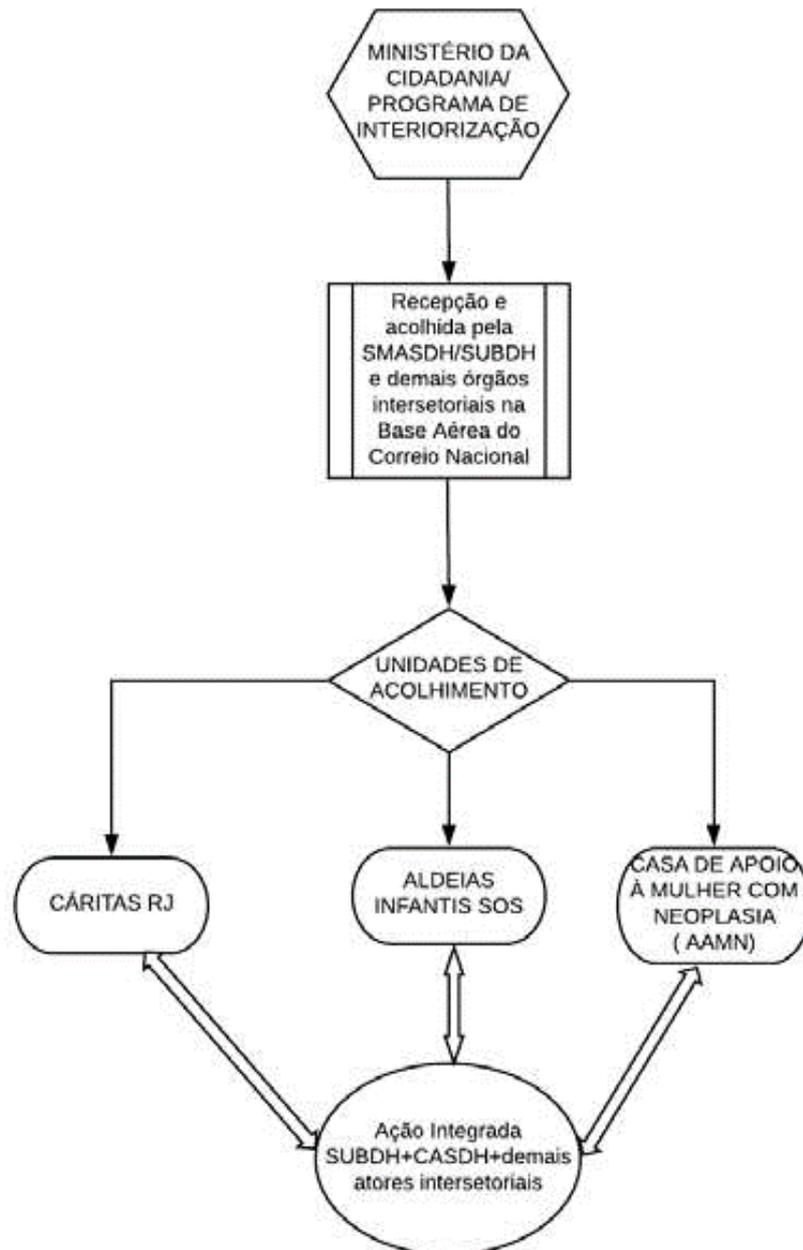
O movimento da Anistia Internacional considera a difícil situação da Venezuela como uma crise humanitária, pelas graves violações dos seus Direitos Humanos. A população vem sofrendo com a insuficiência de comida e remédios, violência e repressão por parte do Estado, desemprego, entre outros aspectos que tornam a vida insustentável no país (ANISTIA INTERNACIONAL, 2019).

O Brasil é um dos principais destinos desses venezuelanos. Segundo dados de fevereiro de 2022, 325.763 venezuelanos vivem no país atualmente. Dessa população, 49.045 foram reconhecidos como refugiados, 184.594 possuem autorização de residência e existem 93.997 solicitações de refúgio ainda em andamento (PLATAFORMA REGIONAL DE COORDENAÇÃO INTERAGENCIAL [R4V], 2022).

Apesar do Brasil ser uma referência mundial em normas legislativas para o amparo aos refugiados, o país ainda carece de políticas públicas concretas nos estados e municípios, como mostra a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): apenas 215 dos 3.876 municípios que apresentam pessoas em situação de refúgio possuem algum serviço de acolhimento.

Diante do aumento no fluxo de refugiados venezuelanos no norte do país e o despreparo dos estados de Roraima e Amazonas para receber tantas pessoas procurando abrigo, acabou se instaurando uma grave crise sociodemográfica e humanitária nesses locais. Para lidar com tal problemática, comprometido com os instrumentos internacionais de proteção de direitos humanos e em conformidade com o Estatuto dos Refugiados de 1997, o Brasil começou uma operação de dimensão nacional para atendimento a essa população, chamada Operação Acolhida (BRASIL, s.d.). O objetivo da operação é organizar a chegada desses indivíduos, promovendo ações para emissão de documentação e vacinação; oferecer acolhimento, através da oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde; e interiorização, viabilizando o deslocamento voluntário desses refugiados para outras Unidades da Federação a fim de garantir sua inclusão social.

Figura 1 - Fluxo do Programa de Interiorização<sup>9</sup>



Fonte: (RIO DE JANEIRO, 2019, p. 56)

Milhares de refugiados estão em abrigos ou campos de refugiados no norte do país, transformando a situação em um desafio para o Estado e para a sociedade civil, pois é preciso pensar em soluções para questões como: emprego, saúde, educação. Assim, pensada como

<sup>9</sup> SMASDH (Secretaria Municipal Assistência Social e Direitos Humanos);  
SUBDH (Subsecretaria de Direitos Humanos);  
AAMNR (Associação de Apoio à Mulher Portadora de Neoplasia e Refugiada);  
CASDH (Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos).

uma solução duradoura, a interiorização promove a realocação voluntária desses venezuelanos para outros municípios brasileiros, com completa assistência do Estado durante todo o processo de saída e chegada ao local de destino. Até 11 de maio de 2020, já foram interiorizadas 35.567 pessoas para mais de 376 cidades em 24 estados brasileiros (BRASIL, s.d.).

Em relação a medidas jurídicas, o CONARE reconheceu a grave e generalizada situação de violação dos direitos humanos na Venezuela que acarretou o grande êxodo dessa população em direção ao Brasil. Dessa forma, por questões de ordem prática e de urgência, com o intuito de acelerar o processamento das deliberações do reconhecimento de refugiado, passou a adotar o reconhecimento coletivo. Este procedimento beneficiou até agosto de 2020 cerca de 46 mil refugiados venezuelanos, tornando o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina (ACNUR, 2022b)

## **1.6 A história recente do refúgio no Rio de Janeiro**

O Rio de Janeiro é o foco deste estudo e um dos principais destinos desses refugiados, tanto como um local de entrada no território nacional, como destino final desses sujeitos. Reiteramos que o estado ocupava, até agosto de 2019, a quarta posição entre os estados que mais receberam refugiados venezuelanos, somando 3.971 indivíduos (POLÍCIA FEDERAL, 2019). Possivelmente, por possuir um dos maiores aeroportos internacionais do país, a cidade possui esta característica de porta de entrada (RIO DE JANEIRO, 2014). Tais informações demonstram a importância do estado fluminense para as políticas de acolhimento no Brasil.

Em 2014, o Município carioca estabeleceu o Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio de Janeiro - Decreto nº 44.924/14 (RIO DE JANEIRO, 2014), traçando diretrizes e objetivos, por meio de 4 eixos temáticos (documentação, educação, emprego e renda e moradia), para o acolhimento de refugiados na cidade.

A partir de uma iniciativa da administração municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), em conformidade com este decreto, com os Tratados Internacionais aos quais o Brasil é signatário, e a Constituição Federal Brasileira/88, expressa na Lei de Refúgio nº 9.474/97 e na Lei da Migração nº 13.445/17, criou-se o MigraRio: Protocolo de Atendimento no Âmbito do SUAS aos Refugiados, Solicitantes de Refúgio e Migrantes no Município do Rio de Janeiro. Esta cartilha visa orientar as equipes da SMASDH do município no atendimento dessa população, promovendo

todos os serviços socioassistenciais previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) almejando a promoção, garantia e defesa dos direitos humanos.

Esses serviços são: Bolsa Família, Vaga Social, Cadastro único, Minha Casa Minha Vida, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Programa ACESSUAS (Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho), Acolhimento em Abrigos (RIO DE JANEIRO, 2019).

Além de o Rio de Janeiro estar caminhando no desenvolvimento de políticas públicas de assistência aos refugiados, o município possui uma ligação histórica com a problemática do refúgio. Em 1976, a Arquidiocese do Rio de Janeiro, através da Cáritas RJ, com o apoio do ACNUR, foi responsável pelo “primeiro trabalho sistematizado de atendimento a refugiados no Brasil” (PARES CÁRITAS RJ, s.d.).

Durante o período em que a América Latina foi assombrada pelos regimes ditatoriais, o Vicariato da Solidariedade do Chile mandou uma carta ao então Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio de Araújo Sales, pedindo proteção a cinco chilenos que estavam sendo perseguidos em seu país natal. Nesse momento, o Arcebispo apenas comunicou ao governo militar que a Cáritas do Rio de Janeiro iria, a partir daquele momento, dar proteção a perseguidos políticos do Chile, Argentina e Uruguai (BARRETO, 2010).

Desde então, a Cáritas, com o apoio do ACNUR, se estabeleceu como a principal instituição da sociedade civil que atua no sistema de proteção a refugiados na cidade do Rio de Janeiro, sob o nome de Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio (PARES). Hoje o PARES Cáritas RJ conta com o apoio de diversas instituições civis, públicas, privadas e sem fins lucrativos.

Sua atuação consiste em três instâncias para garantir o acolhimento e os direitos legais dos refugiados: acolhimento, proteção legal e integração local. O acolhimento é feito no momento que o refugiado chega ao PARES Cáritas RJ, suprindo suas necessidades mais urgentes, sejam elas roupas, abrigo, alimentação, entre outras.

O serviço de proteção é prestado pela equipe jurídica da Cáritas RJ, auxiliando e acompanhando todo o processo legal para solicitação de refúgio, ajudando na obtenção de documentos brasileiros e também esclarecendo qualquer dúvida que esses solicitantes possam ter sobre as leis de migração brasileira ou outras questões jurídicas.

A integração tem o objetivo de criar condições para incluir socialmente o refugiado, propiciando sua autossuficiência para uma vida nova e segura. Para isso, o PARES conta com uma equipe de psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, além de parcerias com instituições

públicas e privadas em diversas áreas, a fim de proporcionar a essa comunidade serviços de assistência social e saúde mental, aulas de português em quatro línguas diferentes (Inglês, Francês, Espanhol e Árabe), formação educacional e acesso ao mercado de trabalho.

Recentemente, em 2018, com o grande êxodo de venezuelanos para o Brasil, a organização, em parceria com o ACNUR, o Colégio Santo Inácio e a Paróquia Imaculada Conceição do Recreio, fundou a Casa de Acolhida Papa Francisco. A casa é destinada a mulheres venezuelanas que estão em Roraima e desejam participar do projeto de interiorização da Operação Acolhida. Ela tem a função de ser um abrigo temporário para essas venezuelanas que estão solicitando refúgio em extrema vulnerabilidade. Na casa, as mulheres têm acesso a todos os serviços prestados pelo PARES Cáritas RJ.

Para além dos serviços prestados diretamente com os refugiados, o PARES Cáritas RJ passou a realizar um projeto de conscientização da comunidade com o objetivo de criar uma rede de apoio e melhorar a integração desses sujeitos. Suas ações são pautadas em informar, sensibilizar e mobilizar a população sobre o tema e sobre a realidade dos refugiados.

Segundo dados do município do Rio, além do PARES Cáritas RJ, na cidade encontram-se duas outras instituições que recebem esses refugiados e oferecem locais de moradia: (1) a ONG Aldeias Infantis SOS, que está localizada no bairro Itanhangá, Zona Oeste. Esta instituição é apoiada pelo ACNUR e recebe refugiados venezuelanos interiorizados pela Operação Acolhida. Ela foi fundada no Rio na década de 90 e tem o propósito de oferecer serviços de cuidado infantil e fortalecimento familiar, porém, a partir de 2018, ela mudou seu foco de atendimento e passou a oferecer serviços de acolhimento e moradia para famílias venezuelanas. Porém, são estadias temporárias, de até 3 meses, para que eles possam conseguir um emprego, e, minimamente, conquistar uma autonomia e alcançar uma vida, plenamente integrada, social e financeiramente; (2) e a ONG AAMNR que fica localizada no bairro da freguesia, na Zona Oeste, e seu objetivo é fornecer gratuitamente hospedagem, alimentação, transporte e assistência psicológica para pacientes, durante o período de tratamento.

Existem diversas outras iniciativas no Rio de Janeiro que apoiam esses refugiados e ajudam na sua socialização e inclusão social, algumas delas são: (1) Abraço Cultural, uma ONG que emprega refugiados e migrantes para dar aula de idiomas e compartilhar sua cultura; (2) a ONG Mawon, que tem por objetivo construir pontes e fortalecer a geração de renda dos refugiados no cenário brasileiro; (3) o Centro de Apoio Aos Refugiados da Associação São Vicente de Paulo (ASVP) que recebe e promove a inclusão social e laboral desses refugiados, viabilizando direitos e garantindo um local de integração; (4) a ONG

Escambo de Cultura, que nasceu seguindo a ideia de troca, com o objetivo de contribuir na geração de renda e promover um intercâmbio de culturas entre os refugiados e a população brasileira.

## 2 PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO, IDENTIDADE E TRABALHO

Ao meu passado  
 Eu devo o meu saber e a minha ignorância  
 As minhas necessidades, as minhas relações  
 A minha cultura e o meu corpo  
 Que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje?  
 Não sou escrava dele

*Rita Lee recita Simone de Beauvoir em Amarelo, azul e branco – ANAVITÓRIA*

O sistema de proteção mundial a refugiados que conhecemos hoje é fruto de um longo processo histórico, alicerçado em crises econômicas, sociais, culturais, políticas, ideológicas, ambientais e grandes guerras. Por trás dos números alarmantes existem trajetórias de sofrimento e perseguições. Diferente do migrante, que escolhe se deslocar para outro local em busca de melhores condições de vida, o refugiado não possui esta escolha, ele é forçado a fugir. Muitas vezes não é possível nem levar seus pertences, escapando apenas com a roupa do corpo.

Para muitos desses refugiados, todo o processo de deslocamento é bastante penoso e violento. A saída de seu país de forma abrupta representa uma quebra de pertencimento, assim como a chegada em um país diferente, com uma cultura diferente, um idioma diferente e tendo que reconstruir do zero sua vida, também gera uma grande tensão nesses sujeitos.

Além de todas essas dificuldades, ainda existe o medo de serem mandados de volta a seu país, onde já sofreram tantos abusos. O programa de televisão, chamado “Aeroporto: São Paulo”, transmitido no Brasil pelo canal National Geographic, mostra bem a situação em que alguns refugiados chegam ao Brasil. A dificuldade em se comunicar com os agentes da PF, o temor paralisante de serem proibidos de entrar no país e terem que retornar (desconhecem a legislação brasileira de não devolução). Muitos mentem sua nacionalidade ou dizem que vêm a turismo, e quando descobertos, entram em choque e não conseguem falar, choram, tentam argumentar que, se voltarem, serão mortos.

É fundamental traçar o caminho histórico e as adversidades encontradas por esses sujeitos para entender o contexto em que o refúgio está alicerçado e como o mundo chegou a proporções tão grandes de pessoas obrigadas a viverem longe de sua casa. Os fatores geradores da migração forçada vêm desagregando sociedades e culturas. Então, se torna importante entender como essa entrada em um novo país, esse processo de socialização,

impacta diretamente a vida, a inclusão local e a sensação de pertencimento e, conseqüentemente, a construção identitária desses sujeitos.

Entendemos que a identidade é formada através dos processos de socialização que o indivíduo constrói ao longo de sua vida. O ser humano possui uma identidade, um nome, características singulares que o identificam como um ser único, ao mesmo tempo que compreendem a sua participação em um todo, em uma sociedade (MARTÍN-BARÓ, 1982). Essa sensação de pertencimento possui sentidos diferentes para cada um, pois cada pessoa possui um eu-próprio que se diferencia do outro. Estes dois aspectos da personalidade humana, a singularidade e o vínculo social comum, nos tornam membros de uma mesma comunidade e são resultado dos processos de socialização.

Então, quando olhamos para o fenômeno do refúgio, no qual há uma ruptura de pertencimento nacional, social e cultural, observamos uma modificação da representação que os refugiados têm de si e em relação ao outro, impactando e transformando a sua identidade individual e social.

## **2.1 Perspectivas teóricas sobre Processo de Socialização e Construção da Identidade**

Todos nós algum dia já ouvimos a seguinte pergunta: Quem é você? Essa é uma reflexão um tanto quanto complexa e muitas vezes difícil de ser respondida. A primeira resposta que vem à nossa cabeça é dizer nosso nome: “Eu sou fulana”; e depois alguns dos papéis que exercemos dentro do nosso meio social: nossa filiação, nossa profissão, nossa religião, etc. Todos esses papéis sociais fazem parte da nossa identidade individual e social. Mas será que sempre fomos a mesma pessoa desde que nascemos? E será que seremos as mesmas pessoas que descrevemos?

Ao nos debruçarmos sobre os estudos acerca da identidade do sujeito, encontramos diversos teóricos que abordam tal tema, abrangendo diversas linhas de pensamento e em diferentes áreas do conhecimento, como filosofia, sociologia e psicologia. Dessa forma, reconhecendo a complexidade e a complementaridade dos fenômenos a serem estudados (refúgio, processo de socialização, identidade, trabalho e inclusão social) iremos adotar uma perspectiva sócio-psicológica nesta investigação.

Primeiramente, para compreendermos a concepção da identidade, precisamos nos atentar para como a ideia de indivíduo foi sendo construída ao longo do desenvolvimento das sociedades humanas, pois somente na Modernidade que o indivíduo passa a se perceber como um sujeito dotado de particularidade, e não em uma esfera de coletividade. É só durante os

séculos XVII e XVIII que a noção de indivíduo foi posta como central no pensamento moderno (DOMINGUES, 2014). Partindo deste princípio, Hall (2001) desenvolve três concepções de sujeito em relação a construção da identidade e ao longo do tempo: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo está imerso em um contexto social e econômico em declínio, onde a ordem religiosa medieval é totalmente abalada pela Reforma Protestante, conferindo ao indivíduo maior responsabilidade e individualidade pela sua fé. Há o surgimento das idéias do Iluminismo e do Humanismo e uma nova concepção de sujeito dotado de racionalidade e sendo o centro do universo. Dessa forma, Hall (2001, p. 10) diz que esse sujeito é “um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação”. Ou seja, cada pessoa nascia com um certo núcleo interior, uma essência, que se configuraria na identidade do sujeito e ela se perpetuava até sua morte.

O sujeito sociológico espelha o mundo moderno e complexo da primeira metade do século XX, onde a sociedade se tornava mais coletiva e social. Hall (2001) explica que o núcleo central e intrínseco do sujeito do Iluminismo não nascia com o indivíduo, mas era formado a partir das suas relações sociais, “que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura dos mundos que ele/ela habitava” (HALL, 2001, p. 11). O indivíduo passou a ser visto como mais definido e localizado dentro das grandes estruturas formadas pelo sistema capitalista moderno.

Quando Hall (2001) fala de um sujeito pós-moderno, está falando de um indivíduo que vive em uma sociedade globalizada, caracterizada pelo encontro entre diferenças. “O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto, não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2001, p. 13). Esse processo da construção identitária é definido pela história de vida do sujeito e não biologicamente. A identidade do sujeito da pós-modernidade é formada através do pertencimento a uma cultura nacional e a identificação com conjuntos de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, etc.

O conceito de identidade vem sendo amplamente estudado nas últimas décadas e constantemente é utilizado para compreender a relação do “eu” com o social. Na vanguarda das ciências sociais, temos o filósofo George Herbert Mead (1863-1931) como um dos principais teóricos que contribuíram como base para o desenvolvimento de teorias sobre a construção identitária. Seus estudos abordam o interacionismo social, a importância da linguagem para a formação social do *self* e da construção da identidade do indivíduo.

Os estudos de Mead basearam um movimento chamado de Interacionismo Simbólico, termo cunhado para designar os estudos sobre os processos de interação social. Tal perspectiva teórica “possibilita a compreensão do modo como os indivíduos interpretam os objetos e as outras pessoas com as quais interagem e como tal processo de interpretação conduz o comportamento individual em situações específicas” (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010, p. 148).

Segundo Mead (1934) a interação social só é possível, principalmente, através da linguagem. Ele diz que ao desconsiderarmos que o indivíduo nasce com uma essência inata, admitimos que o desenvolvimento do *self* do indivíduo e de sua auto-consciência se constitui a partir da sua experiência coletivamente e está intimamente ligado ao desenvolvimento da linguagem.

Mas o que seria o *self* de um indivíduo? Na teoria de Mead (1934), *self* significa si mesmo, e é uma estrutura mental, de natureza dinâmica, ou seja, está em constante construção, formado a partir da interação social. Ele é constituído a partir da linguagem que é composta de símbolos significativos. É só partir do processo social que o indivíduo consegue refletir sobre si mesmo e se perceber, e também consegue perceber o outro. O *self* é uma estrutura social e cognitiva.

Segundo Mead (1934) o *self* se expressa através de duas formas diversas e complementares: do *eu* e do *mim*.

Este último representa a atitude adaptativa que temos perante o mundo organizado incorporado à nossa conduta social, ou seja, representa a pessoa que tem consciência de pertencimento a um grupo social e age dentro das normas deste grupo. O eu, por sua vez, funciona como processo de representação imaginativa que temos de nós mesmos; pode ser entendido pela figura do sujeito que age e, só depois de ter atuado, toma consciência de sua ação. Isto é, o eu age e provoca a reflexão por parte do mim que, por sua vez, reage na forma de eu novamente. O eu representa a consciência espontânea da individualidade. Já o mim representa a parte da individualidade que foi configurada ou moldada pela sociedade (ZANATTA, 2011, p. 44).

Através dessas duas expressões do *self* e por meio da linguagem que o indivíduo se manifesta socialmente, criando um ambiente reflexivo de interação e expressão dos atos sociais (BAZILLI; RENTERÍA; DUARTE; FRANCISCATTI; ANDRADE; RALA, 1998). Só é possível se compreender e se reconhecer como eu, desde que o indivíduo reconheça o outro na relação com ele mesmo. Temos então aqui dois processos: o de interação e o de reconhecimento. Mead (1934) também fala sobre o “outro generalizado”, definido como uma

ação social, um grupo, agindo sobre o indivíduo. O comportamento de uma pessoa é influenciado a partir dos processos sociais representados por esse “outro generalizado”.

As conceituações de Mead influenciaram diversos autores subsequentes e estudiosos da construção social interacionista da identidade. Autores como Strauss (1999), Goffman (1985, 1988), Berger e Luckmann (2002), Dubar (1997), Hall (2001) partem dessa mesma noção: a identidade é produto dos processos de socialização e esta construção acontece de forma conjunta e indissociável, porém cada qual tem sua maneira de expor e articular tais conceitos.

Claude Lévi-Strauss (1999), antropólogo francês, explica que não há como desvencilhar as identidades individuais das identidades sociais, pois elas são produzidas conjuntamente. Para estudar as identidades individuais é preciso entender seu contexto social, seu nível macrossocial, pois é através da interação produzida no meio social que o indivíduo produz papéis. Ou seja, as identidades do *self* não são fixas, o “eu” se manifesta a partir de uma identificação com o ambiente apresentado, em um reconhecimento no outro. E este processo é constituído através de constantes autoavaliações do presente, passado e futuro que o indivíduo faz através da linguagem.

Nesta mesma linha de pensamento, Erving Goffman (1922-1982), sociólogo canadense, amparou seus estudos sobre identidade na dramaturgia para fazer uma metáfora sobre o teatro social, ou seja, como as pessoas representam papéis ao longo da vida. O indivíduo representa papéis de acordo com o ambiente em que se encontra, isso quer dizer que a interação com outro determinará o tipo de papel que aquele indivíduo irá utilizar (GOFFMAN, 1985).

Para o autor, isso acontece, pois a sociedade naturalmente categoriza as pessoas, atribuindo categorias normativas ao papel que deve ser representado. Sendo assim, cria-se uma expectativa sobre o comportamento do indivíduo diante de determinada interação e ambiente. Podemos entender tal fenômeno quando chegamos a um local que não estamos habituados e não conhecemos ninguém, nosso comportamento começa a ser pautado a partir da observação do que os outros ao redor estão fazendo e a maneira como estão se comportando. Há assim um controle da imagem a fim de alcançar determinados objetivos. Estes mecanismos de categorização estabelecem as identidades sociais aos indivíduos.

Isso significa que uma pessoa adquire os papéis sociais representados por cada instituição a qual participa. Por exemplo, eu sou uma brasileira, dentista, heterossexual, cristã, filha, irmã, etc. Cada papel social que adquirimos ao longo da vida se expressa a partir das

relações, do ambiente a qual participamos e faz parte da nossa identidade social. O indivíduo é resultado das interações sociais ao longo da sua vida e da representação que faz dele mesmo.

Já Dubar (1997) faz referência a diversos estudos sobre a socialização para traçar o caminho de desenvolvimento de sua teoria. Não iremos aqui expor todas essas teorias, pois não temos o objetivo de apresentar este trabalho, mas iremos destacar alguns dos pontos que consideramos mais relevantes para a compreensão do pensamento do autor. Claude Dubar (1945-2015) é um sociólogo francês que estuda as formações identitárias como consequência dos processos de socialização ocorridos ao longo de toda a vida de um indivíduo, mais especificamente a formação da identidade profissional.

O Funcionalismo da década de 50 afirma que só é possível a manutenção das sociedades e perpetuação das culturas a partir dos processos de socialização. A primeira socialização das crianças, enquanto aprendizagem, possibilitam a reprodução das culturas e da estrutura social a qual estão inseridas. Esse processo só se torna viável a partir da interiorização dessas regras sociais, a partir da família, escola e, depois, o mercado de trabalho. Esses agentes socializadores agem de forma a conseguirem uma maior interiorização das funções sociais pelas crianças, para quando adulto, ela se torne também um socializador (DUBAR, 1997).

Porém, essa teoria entra em crise em consequência dos movimentos sociais, culturais e políticos das décadas de 60 e 70, que questionavam os modelos educacionais que perpetuavam as desigualdades sociais. Nos anos 80, a partir de uma retomada a autores como Weber, Simmel e Mead, surgem novos conceitos sobre socialização, que Dubar (1997) irá nomear de "construção social da realidade". Essa nova corrente influencia os estudos de Peter Berger e Thomas Lückmann, na obra de nome "A construção social da realidade" (1966), abordando esse processo de forma construtivista.

Berger e Luckmann (2002, p. 157) afirmam que "a realidade é socialmente construída" e que essa sociedade é ao mesmo tempo subjetiva e objetiva. A organização social é um produto da construção histórica humana e se modifica a partir das ações concretas dos seres humanos. Partindo da concepção de que o sujeito é um ser social e que a sua relação com a sociedade se dá de forma bilateral, dinâmica e construtivista, o sujeito, enquanto membro do meio social, externaliza seu modo de ser, ao mesmo tempo que interioriza a realidade, por meio de processos de socialização (BERGER; LUCKMANN, 2002).

A construção identitária só é possível através desses processos de socialização, onde os indivíduos participam ativamente e se tornam membros de determinada sociedade e cultura. O indivíduo não nasce socialmente instituído, ele nasce com uma propensão para a

sociabilidade, dessa forma, a sua inserção ocorrerá a partir dessa dialética de interiorização e externalização (BERGER; LUCKMANN, 2002).

A primeira fase desse processo é a interiorização dos processos subjetivos de outra pessoa, passando antes por um processo de significação, a fim de se tornar subjetivamente significativo para este indivíduo. Ou seja, por mais que um indivíduo compreenda o outro e acesse a sua subjetividade objetivamente, esse entendimento pode ser falho, porém sempre terá um sentido para esse indivíduo, convergindo ou não com os processos subjetivos do outro.

A partir desse processo de interiorização e da “compreensão” dos processos subjetivos do outro que o indivíduo “compreende” o mundo em que vive e esse mundo passa a ser seu próprio mundo. É só depois dessa interiorização e desse entendimento de pertença ao mundo que o sujeito se torna um membro social. A esse processo, Berger e Luckmann (1966, p. 175) chamam socialização, “que pode ser definida como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela”.

Esses processos de socialização dizem respeito a essa construção dialética do sujeito ao longo do tempo e podem ser divididos em dois: primário e secundário. “A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 175). Já a socialização secundária tem início no momento em que um indivíduo ingressa em um novo ambiente, que geralmente é marcado por um período de tensão. Em suas palavras, “a socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado (socialização primária) em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 175).

Dessa forma, se a socialização já não pode ser interpretada como meramente a instrução da criança e perpetuação da cultura e estruturas sociais, então deve ser concebida como uma construção de um mundo vivido.

Então esse mundo também pode ser desconstruído e reconstruído ao longo da existência. A socialização se torna um processo de construção, desconstrução e reconstrução de identidades ligadas às diversas esferas de atividade (principalmente profissional) que cada um encontra durante sua vida e das quais deve aprender a tornar-se ator (DUBAR, 1997, p. 17).

Assim, a socialização é um mecanismo que produz a identificação do sujeito, ou seja, a construção da sua identidade. Diante dos processos de socialização, uma pessoa passa a pertencer a determinado grupo e a se comportar de forma semelhante a esse grupo, ao ponto

de definirem e orientarem as condutas do indivíduo sem ele perceber. Assim, a identidade social está alicerçada na representação construída da realidade social, em que as pessoas, através de uma conscientização de semelhança, se identificam como um grupo, e também por uma diferenciação do outro (DUBAR, 1996). A identidade de um sujeito não é estática, mas está em constante construção.

Isto é, o processo de construção da identidade é demasiadamente complexo, pois não existe uma única identificação, mas os diversos processos de socialização introduzem o indivíduo a diversos grupos de pertença. E também existe uma dimensão incerta, onde o indivíduo passa por diferentes processos subjetivos onde há o desejo de pertencer a um grupo, de ser aceito, o discernimento das diferenças, atividades essas positivas ou negativas que irão compor esse processo de identificação e formação da identidade do sujeito. E, assim como Mead descreve, esse processo só é possível através da linguagem e da formação de símbolos e significados que determinam uma relação social.

A identidade é dotada de antagonismos, ao mesmo tempo que é estável, é provisória; é subjetiva, mas também é objetiva; é individual e social (DUBAR, 1997). Esta multiplicidade de sentidos, concepções e representações que compõem a identidade de um sujeito são produzidas ao longo de sua vida, através dos vínculos sociais e afetivos. Ou seja, todos nós somos vinculados, por exemplo, a uma classe social, uma cultura, uma religião, uma profissão, e todos esses vínculos identitários constituem cada sujeito. E essas identidades estão sempre em movimento, se desestruturando e se reestruturando durante a vida do sujeito. É um processo inacabado.

Para Dubar (1997), portanto, as formações identitárias são fruto de dois processos independentes e correlacionados que Goffman (1988) vai chamar “identidade social virtual” ou relacional e “identidade social real” ou biográfico. O processo relacional, que corresponde a identidade para o outro, está relacionado ao tipo de pessoa que você é e ao que os outros dizem sobre você, isso significa que são atos de atribuição. Já o processo biográfico, corresponde à identidade para si, e diz sobre o tipo de pessoa que você quer ser e ao nível de identificação que você possui ao que o outro atribui a você, ou seja, são atos de pertença.

O processo relacional assume uma característica mais objetiva e genérica, e é resultado de uma rotulagem, como diz Goffman, isso significa que a identidade é produzida a partir das atribuições conferidas pelo outro. Esse processo “concerne ao reconhecimento, em um momento dado e no interior de um espaço determinado de legitimação, das identidades associadas aos saberes, competências e imagens de si propostos e expressos pelos indivíduos nos sistemas de ação” (DUBAR, 1997, p. 156).

Já o processo biográfico é subjetivo, “é a construção no tempo, pelos indivíduos, de identidades sociais e profissionais a partir das categorias oferecidas pelas instituições sucessivas (família, escola, mercado de trabalho, empresa...) (DUBAR, 1997, p. 156). Ou seja, é o caminho percorrido pelo sujeito entre as identidades “herdadas” e as identidades visadas, sua trajetória de vida, seu sentimento de pertença. É alicerçado nesses dois processos, de rotulação a partir do outro e das instituições e do processo subjetivo do sujeito, em um sistema de negociação identitária, que Dubar (1997) diz que se constituem as identidades sociais.

Apesar desses dois processos heterogêneos e complementares, existe também neste conjunto um mecanismo em comum na formação identitária: a tipificação (BERGER; LUCKMANN, 2002). A tipificação é um instrumento que o indivíduo utiliza para categorizar (identificar) o outro ou a si mesmo de acordo com os espaços sociais a qual está inserido ou de acordo com sua trajetória biográfica (DUBAR, 1997) sendo uma forma de interação com outro no cotidiano (BERGER; LUCKMANN, 2002). Como, por exemplo, ser de esquerda ou ser de direita (campo político), ser católico, protestante, judeu ou mulçumano (campo religioso), ser psicólogo, advogado, médico (campo profissional).

É importante frisar que esse processo de tipificação não necessariamente será permanente, mas está sujeito às fases da vida de uma pessoa, assim como diz a Teoria dos Papéis: a dispersão das identidades subjetivas (para si) acontecerá de acordo com espaço social. Dubar também atenta para o fato de que não é possível renunciar à noção de identidade social em favor da tipificação, pois esse mecanismo influencia no processo da construção das identidades, porém não é estável.

Assim, o processo identitário é expresso da seguinte forma:

os indivíduos de cada geração devem reconstruir suas identidades sociais "reais" a partir: 1) das identidades sociais herdadas da geração anterior [...]; 2) das identidades virtuais (escolares...) adquiridas durante a socialização inicial ("primária"); 3) das identidades possíveis (profissionais...) acessíveis no decorrer da socialização "secundária" (DUBAR, 1997, p. 145).

A construção identitária não é meramente situacional, como declaram Goffman e Strauss, mas para Dubar é um produto dos processos de socialização nos quais as pessoas dão significados às ações relacionais da sua vivência, ou seja, a identidade social é resultado “da articulação das nossas respostas de como percebemos, sentimos, vivenciamos e aceitamos a sociedade a nossa volta” (ZANATTA, 2011, p. 52). Portanto, as identidades podem ser observadas a partir da conexão entre “transação objetiva e transação subjetiva, como

resultados de compromissos ‘internos’ entre identidade herdada e identidade visada, mas também de negociações ‘externas’ entre identidade atribuída por outrem e identidade incorporada por si” (DUBAR, 1997, p. 325).

Em síntese, o indivíduo se constitui como pessoa e como membro de uma sociedade ao longo da sua história, desde seu nascimento até sua morte, e estas construções identitárias (individual e social) acontecem simultaneamente, através dos processos de socialização. Ou seja, a socialização é expressa a partir do Interacionismo Simbólico e do construtivismo social.

Por fim, por se tratar de uma dissertação fundamentada na Psicologia Social e como será considerada a Escala psicométrica de Socialização, que está em processo de validação pela pesquisadora Gabriella Santiago Wolfram, adotaremos o construto definido em sua tese de doutorado: “o processo de socialização é compreendido como um movimento do indivíduo para ingressar em um grupo, organização ou sociedade, considerando que os indivíduos são sujeitos/protagonistas do processo. Envolve processos de interação, o sentimento de pertencimento e a percepção de ser o agente de seu processo no estabelecimento de vínculos sociais, afetivos e institucionais” (SANTIAGO, 2021).

Esta definição compreende de forma mais completa todos os mecanismos que englobam o processo de socialização de um sujeito, abarcando as dimensões sociais e psicológicas. Para a psicologia, esta socialização está ligada também à capacidade que do sujeito em se adaptar e evoluir em um determinado ambiente, uma determinada sociedade. Dessa forma, a mudança é um fator essencial para o desenvolvimento do ser humano, pois é através das transformações e ajustamentos que nós sobrevivemos e subsistimos dentro dos sistemas sociais (MARTÍN-BARÓ, 1982).

## **2.2 Globalização, multiculturalidade e identidade cultural**

Nos estudos de Jürgen Habermas (18 de junho de 1929), filósofo e sociólogo alemão, os fluxos migratórios são inerentes à ação desintegradora da globalização, pois, para ele, ela destrói a solidariedade e o ambiente necessário para a construção das identidades culturais (ANGÉLICO; POKER, 2017). A globalização é um fenômeno que acirra a integração internacional no campo social, econômico, cultural e político, diminuindo as distâncias e a comunicação entre os países do globo a partir do desenvolvimento tecnológico.

A exemplo da pandemia de Covid-19, a globalização se mostrou na prática, atingindo o mundo inteiro e todos os estratos sociais, sem distinção. Apesar de todos terem sido

atingidos, nem todos a estão vivenciando da mesma forma. Enquanto os mais pobres, sem auxílio do governo, têm que arriscar suas vidas e continuar trabalhando para sobreviverem, milionários se isolam em seus iates ou em suas mansões. Enquanto os países mais ricos têm doses excedentes de vacina, países periféricos lutam para adquirir imunizantes. Tal emergência sanitária desnudou a grave desigualdade social que a globalização impulsiona.

Habermas (2001, 2002) faz duras críticas ao processo de globalização, argumentando que ela impacta de diferentes maneiras negativas as sociedades modernas. Segundo o autor, a economia é o motor determinante e condutor das sociedades no século XXI, o que acaba enfraquecendo o papel dos Estados-nacionais. As fronteiras nacionais tendem a desaparecer, em função das empresas se tornarem cada vez mais transnacionais, formando novas relações espaciais, culturais (multiculturalismo) e econômicas.

De acordo com o antropólogo contemporâneo argentino Néstor Canclini (1 de dezembro de 1939) as transformações impostas pela globalização, as relações econômicas e midiáticas, e o grande fluxo migratório entre os países, aproximam pessoas e culturas que, talvez, não estejam preparadas para coexistirem, tamanha suas diferenças. Conseqüentemente, os Estados demonstram uma inadequação nas suas leis e de suas políticas públicas frente ao desafio de cidades cada vez mais interculturais (CANCLINI, 2009).

Os resultados são:

cidades onde se falam mais de cinquenta linguas, tráfico ilegal entre os países, circuitos de comércios travados porque o Norte se entrincheira em barreiras agrícolas e culturais, enquanto se despoja o Sul. As conseqüências mais trágicas: guerras “preventivas” entre países dentro de cada nação e também no interior das megacidades. Militarizam-se as fronteiras e os aeroportos, os meios de comunicação e os bairros (CANCLINI, 2009, p. 16).

O mundo multicultural sempre existiu, pois sempre houve a justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação (supondo aceitação do heterogêneo, o que muitas vezes causa a segregação), porém passamos a vivenciar um ambiente de interculturalidade, que “implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos” (CANCLINI, 2009, p. 17), ou seja, não há (ou não deveria existir) a necessidade de “aceitar” ou o famoso “tolerância” aos diferentes, mas apenas as relações entre grupos diferentes de forma natural. Tais conceitos são bastante difundidos no novo século e debatidos pelos estudiosos da área, pois esbarram na difícil questão: o que é cultura?

Existe um labirinto de sentidos e diversos paradigmas científicos envoltos nos estudos sobre cultura. Em meados do século XX, surge uma forma dualista para explicar a cultura:

sociedade x cultura (CANCLINI, 2009). “A sociedade é concebida como o conjunto de estruturas mais ou menos objetivas que organizam a distribuição dos meios de produção e do poder entre os indivíduos e os grupos sociais, e que determinam as práticas sociais, econômicas e políticas” (CANCLINI, 2009, p. 39). E a cultura seria tudo que excede essas estruturas e práticas sociais: línguas, rituais, valor sobre objetos.

Segundo Canclini (2009), para Baudrillard existem quatro formas de valor: de uso, de troca, signo e simbólico e esta classificação de valores permite diferenciar o socioeconômico do cultural. Tomando como exemplo uma geladeira: valor de uso: refrigerar alimentos; valor de troca: preço; valor signo: importada x nacional, design simples x design sofisticado; valor simbólico: foi um presente de casamento. Os dois primeiros tipos de valor se referem à materialidade do objeto, os dois últimos referem-se à cultura, aos processos de significação.

Esta diferença entre Cultura e Sociedade aparece de forma mais consistente na obra de Bourdieu, onde ele afirma que a sociedade está estruturada em dois tipos de relações: de força (valor de uso e de troca) e sentido (relações de significação). Baseado nessas concepções, Canclini apresenta uma definição operacional de cultura: “A cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social” (CANCLINI, 2009, p. 41).

O autor continua sua explicação dizendo que um mesmo objeto pode ser transformado através de diferentes usos e reapropriações culturais. Esta perspectiva possui pontos positivos, como: nas sociedades globalizadas aprendemos a ser interculturais; não há perda do significado do objeto, há uma transformação; e negativas, como: a relação de poder que surge entre os grupos que possuem maior força para modificar a significação dos objetos e a apropriação cultural.

Com os deslocamentos de função dos objetos, cria-se a necessidade de uma definição sociosemiótica (abordagem que tenta explicar a criação de significados a partir da prática social) da cultura abarcando o processo de produção, circulação e consumo de significações. Na contemporaneidade, existem 4 vertentes: (1) a cultura como instância em que cada grupo organiza sua identidade (produtora de identidade), as cidades, cada vez mais multiculturais, são cenários de identificação, de produção e reprodução cultural; podemos comprar no supermercado produtos vindos de diferentes lugares do mundo, nos apropriando de diversos repertórios culturais; (2) a cultura é vista como uma instância simbólica da produção e reprodução da sociedade, ou seja, a cultura não é um penduricalho, um adereço, mas é parte constituinte das interações sociais. Para Bourdieu, cultura é vista como um espaço de

reprodução social e organização das diferenças. (3) A cultura como uma instância de conformação do consenso e da hegemonia, ou seja, o uso restrito da palavra cultura como um meio de legitimar relações de poder, de diferenças e desigualdades (valorizando ou desqualificando uma determinada cultura). (4) A cultura como dramatização eufemizada dos conflitos sociais, utilizando as artes para atenuar os conflitos sociais.

Essas 4 vertentes são formas com as quais narramos o que acontece com a cultura na sociedade. A globalização exige uma última reflexão para a construção de uma definição de cultura, pois “os processos de globalização exigem transcender o alcance nacional ou étnico do termo a fim de abarcar as relações interculturais” (CANCLINI, 2009, p. 48). Portanto, existe a necessidade de uma mudança do objeto de estudo, analisando a cultura não como um sistema de significados (Geertz), mas como um adjetivo, não como substantivo. Ou seja, a cultura não deve ser vista como uma essência, uma propriedade dos indivíduos, mas como “o subconjunto de diferenças que foram selecionadas e mobilizadas com o objetivo de articular as fronteiras da diferença” (APPADURAI, 1996, p. 29 apud CANCLINI, 2009).

Na Era Contemporânea, a questão do refúgio está intimamente ligada ao processo socioeconômico mundial na forma do capitalismo e da globalização, e ao tratamento dado pelos Estados-nacionais aos milhares de deslocados. Ao passo que as fronteiras políticas desaparecem, as barreiras humanitárias se tornam cada vez mais inflexíveis para aqueles que procuram proteção e meios para sobreviver em outra nação, formando campos gigantescos de refugiados em suas fronteiras (SARMIENTO, 2021).

Dessa forma, a globalização e a submissão do Estado à economia mundial abalam o entendimento clássico de Estado-território que conhecemos, enfraquecendo-o e reduzindo a sua soberania também, pois acaba existindo uma dependência muito forte das nações ao cenário e acontecimentos mundiais. O liberalismo econômico acaba favorecendo os países desenvolvidos que detêm o capital e as transnacionais, obrigando os países periféricos a abrirem suas fronteiras e seus mercados às suas mercadorias e, conseqüentemente, a sua influência. Os países periféricos acabam ficando subordinados ao capital estrangeiro das potências mundiais.

Com a globalização e as cidades cada vez mais multiculturais, pensava-se que este processo poderia tornar as sociedades mais tolerantes e acolhedoras, mas o que se vê é um aumento no acirramento das diferenças (SARMIENTO, 2021). A globalização e o capitalismo, expressos no liberalismo, vêm abalando o Estado de Bem Estar Social e desestabilizando o mercado de trabalho, causando problemas sociais graves como desemprego, violência, pobreza, distribuição desigual da renda, ou seja, uma desintegração

social. Podemos juntar a este cenário a crise humanitária do refúgio causadas por guerras, perseguições políticas e religiosas, desastres naturais, etc.

Todos os fatores mencionados, juntos, produzem um contexto para grandes fluxos migratórios de pessoas em busca de melhores condições de vida ou em fuga por motivos de perseguições. A economia global promove processos de exclusão, expulsando milhares de indivíduos de seus territórios, de seus lares, e ao mesmo tempo, os impedem de entrar em outras nações (SARMIENTO, 2021). E mesmo aqueles que conseguem adentrar os países para quais fogem, em sua grande maioria acabam marginalizados, ocupando espaços periféricos das cidades, em guetos ou em bairros de imigrantes. Sendo assim, o Estado perde sua autonomia para lidar com seus problemas internos, pois tais dificuldades ultrapassam suas capacidades ou suas fronteiras territoriais, sendo subjugado ao cenário mundial.

A globalização também produz uma conjuntura que torna cada vez mais possível uma universalização cultural, pois causa uma uniformização das pessoas em volta da produção e do consumo de mercadorias materiais e simbólicas em todo o mundo (HABERMAS, 2001; 2002). Ao passo que uniformiza as culturas, a globalização também causa uma diferenciação nas sociedades por conta dos processos migratórios e da multiculturalidade imposta por eles (ANGÉLICO; POKER, 2017).

Por isso, Habermas (2001, 2002) discute sobre os problemas sociais, políticos e econômicos causados pela globalização, demonstrando a necessidade da busca por uma coexistência em igualdade de direitos nas sociedades plurais. Sua argumentação vai ao encontro da necessidade de pensar em complexas soluções para os complexos problemas causados pela exigência do convívio entre pessoas de diferentes culturas. Quando falamos sobre as migrações forçadas, os refugiados ao chegarem em um novo país, se deparam justamente com esse grande desafio: superar as diferenças culturais. À vista disso, o autor sugere duas medidas, uma externa e outra interna aos Estados.

Como medida externa, Habermas (2001) aponta a necessidade da adoção de instituições políticas supranacionais, como os exemplos da União Européia e o Bloco do Mercosul, como soluções para os problemas causados pela globalização e pelo capitalismo, que acabam se tornando problemas em escala mundial e imanente a todas as nações. Esses espaços devem refletir uma democracia alicerçada nos Direitos Humanos e no reconhecimento das diferenças. Habermas (2001) diz que essas instituições supranacionais devem ser diferentes do padrão da ONU, pois ela não reflete um espaço de debate e de deliberações democráticas (ANGÉLICO; POKER, 2017).

Já como medida interna dos Estados, Habermas (2001) sugere ações pautadas em sua Teoria da Ação Comunicativa (TAC). Esta teoria tem por objetivo estabelecer uma racionalidade nas ações dos indivíduos tendo a comunicação como base, a fim de alcançar um mundo vital ampliado e integrado. Dessa forma, a linguagem ocupa um importante lugar nesta teoria, tendo função de transformação. A partir da ação comunicativa é possível construir espaços para o exercício da cidadania, integrando as duas esferas que se veem defrontadas pelo multiculturalismo e a globalização: a população nacional (nação) e todos cidadãos de um Estado-nacional (povo).

Em vista disto, para além do multiculturalismo e da “tolerância” requerida pela interculturalidade, é preciso pensar o papel do Estado diante dessa interação sinérgica produzida pela globalização e que busca pela convivência pacífica entre seus cidadãos culturalmente diferentes. Segundo Angélico e Poker (2017), Habermas afirma que é fundamental a construção de espaços públicos nos Estados onde as pessoas das mais variadas culturas, através dos múltiplos discursos, possam debater e formular soluções pautadas nos direitos fundamentais universais, com o objetivo de fornecer um convívio igualitário de direitos e uma convivência guiada pelo respeito mútuo. Para Habermas (2002), tais fundamentos só serão postos em prática, a partir da criação de ambientes igualitários, onde todas as referências culturais possam ser legitimadas, sem a ocorrência de discriminações e inferiorização.

Hall (2001) também expõe o fenômeno do multiculturalismo no seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade”. Ele afirma que com a intensificação da globalização, são produzidas sociedades cada vez mais multiculturais. Como já explicitado, segundo o autor, a identidade do sujeito da pós-modernidade é formada através do pertencimento a uma cultura nacional e a identificação com conjuntos de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, etc. Dessa forma, o dilema contemporâneo das sociedades é saber lidar justamente com essa pluralidade e reconhecer essas diferenças.

Como consequência da globalização sobre as identidades culturais, Hall (2001) afirma que existem três: o deslocamento, a tradição e a tradução. "O efeito geral desses processos globais tem sido o de enfraquecer ou solapar formas nacionais de identidade cultural. [...] existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional, e um reforçamento de outros laços e lealdades culturais, acima e abaixo do nível do estado-nação" (p.73).

O deslocamento das identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional a qual Hall faz menção ilustra-se pelo sujeito pós-moderno, um sujeito dotado, não de uma

identidade, mas de múltiplas identidades que se deslocam ou se descentralizam. Laclau (1990) diz que estar deslocado não significa dizer que o indivíduo possui um único centro articulador, mas possui vários centros de poder que são deslocados constantemente por forças que estão fora de si mesmo.

A esse processo de deslocamento, o autor Kevin Robins (1991) diz que podem acarretar dois efeitos: a tradição, na forma de um fortalecimento das identidades locais por meio da assimilação ou da homogeneização, em que os indivíduos de uma nação preferem "recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas" (HALL, 2001, p. 87); e, como uma produção de novas identidades, nas quais as pessoas "aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou ““puras””; e essas, conseqüentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins (seguindo Homi Bhabha) chama de tradução” (HALL, 2001, p. 87).

Sendo assim, no século XXI, inundado pela complexidade da globalização, o multiculturalismo e a questão do refúgio, surgem questões como: a globalização irá homogeneizar as culturas ou acirrar as diferenças? Como enfrentar as dificuldades que persistem quando se quer articular diferenças, desigualdades, procedimentos de inclusão-exclusão e as formas atuais de exploração?

As nações pós-modernas coexistem no constante dilema de manter tradições ou transformá-las. Assim, Hall (2001) afirma que a melhor maneira de sobrevivência é através da tradução, principalmente por causa do crescente número de pessoas que vivem longe da sua terra natal e estão fadadas a não retornarem. Elas vivem em outras culturas, porém mantém fortes laços com sua origem e são obrigadas a negociarem com essa nova cultura, a fim de não serem assimiladas por elas e ao mesmo tempo sem perder por completo sua identidade.

Nesse jogo de forças, não há uma unificação, mas a produção de novas identidades e culturas híbridas (conjunto de tradição e tradução), pois é resultado de diversos encontros culturais, histórias, idiomas, etc. Esses indivíduos estão sujeitos a pertencerem à cultura de sua nação de origem e também as várias outras culturas as quais participa e vivencia. Nas palavras de Hall (2001): “Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia” (HALL, 2001, p. 89).

O fenômeno da globalização produz cidades cada vez mais multiculturais e essa grande diversidade de culturas influencia os processos de subjetivação, de cognição e de

linguagem do indivíduo (ANDRADE; MOTA; MENDONÇA; FIGUEIREDO, 2021). Segundo Grosjean (2010), estima-se que mais da metade da população mundial seja bilíngue, ou seja, domina duas ou mais línguas.

Assim, é preciso olhar de forma ampla para a questão da aprendizagem do idioma local, principalmente quando se trata de crianças refugiadas em estágio de alfabetização. A escola, como um ambiente de socialização, também aparece como um espaço de construção da identidade das crianças. Com o crescente número de refugiados chegando ao país, a integração de crianças ao sistema de educação brasileiro se torna essencial e urgente. Promover espaços onde há a troca de experiências, valorização cultural e a quebra de barreiras é fundamental para uma melhor aquisição do idioma e também desmistificar e diminuir preconceitos que possam existir.

Conforme os relatos dos solicitantes de refúgio ao chegarem ao PARES Cáritas RJ, a barreira linguística se configura como a primeira dificuldade enfrentada por esses indivíduos ao chegarem no Brasil, sendo fundamental para a sua socialização, orientação e apoio psicológico no programa e para sua inserção no mercado de trabalho (AYRES *et al*, 2018). Por mais que o português e o espanhol sejam línguas próximas e com muitas semelhanças, ainda sim existem dificuldades na compreensão, pois o português possui todos os fonemas espanhóis, mas o idioma espanhol não possui todos os fonemas do português.

Estar vivendo em um local onde é falado um idioma diferente do seu gera um esforço diário para as pessoas que não dominam a língua portuguesa. Assim, como qualquer aprendiz de um novo idioma, o refugiado precisa pensar e formar frases antes de falar, gerando desconforto e até provocando uma falta de vontade de falar e se comunicar com os brasileiros.

Dessa maneira, promover a inclusão social desses refugiados, passa pela aprendizagem do português, e deve ser posta como prioridade pelos Estados, em um esforço conjunto com a sociedade e com instituições de todos os âmbitos. A exemplo do Curso de Português gratuito, oferecido pelo PARES em parceria com a UERJ, aos refugiados. Aprender o idioma local é fundamental para a inclusão social, a imersão na cultura em um país, o exercício da cidadania, como indica Habermas, e abre diversas portas para novas oportunidades, como no mercado de trabalho.

### **2.3 O trabalho como produtor da identidade e facilitador dos processos de socialização e inclusão social**

Ao serem obrigados a fugir de seu país natal, os refugiados precisam recomeçar suas vidas em um país diferente, com uma cultura diferente, idioma diferente, isto representa uma quebra de pertencimento, gerando angústias e desespero. De acordo com Sayad (1988), há um “desenraizamento” do sujeito que é privado do seu pertencimento social, seu trabalho, seu projeto de vida e, principalmente, sua cidadania.

A única forma de existir e ser reconhecido em uma comunidade é a de “existir nacionalmente (sob uma forma estatal e politicamente, i.e, nacionalmente garantida)” (SAYAD, 2008, p. 101). O refugiado se torna um “não-nacional” quando é forçado a se deslocar para outro país e esta circunstância priva este sujeito aos direitos fundamentais de ser nacional, ou seja, o direito de ter direitos, de ter relações políticas, econômicas e sociais. Ou seja, é privado do “direito de poder ter uma história, um passado e um futuro e a possibilidade de se apropriar desse passado e desse futuro, a possibilidade de dominar essa história” (SAYAD, 2008, p. 105).

Abdelmalek Sayad (1933-1998) é um sociólogo de origem argelina e que residiu grande parte da sua vida na França. Sayad dedicou seus estudos à sua própria condição: de migrante. Ele modificou o prisma vigente, superando os conceitos de macro e micro, olhando integralmente para esse fenômeno, ou seja, como um “fato social total” (SAYAD, 1998, p. 16). Ele salienta que o emigrante, que sai da sua terra, e o imigrante, que chega a um novo país, são a mesma pessoa, por isso a necessidade de uma leitura total. O autor declara que os estudos migratórios precisam levar em consideração em suas análises a temporalidade e as estruturas de funcionamento das sociedades acolhedoras e de origem. Seu trabalho acerca da migração dos argelinos para França rompeu com a conduta etnocêntrica científica e com a visão meramente econômica, dando voz ao sujeito migrante e atentando para a presença da subjetividade em cada caso.

Ao analisar o emprego dos migrantes argelinos na sociedade francesa pós-colonial, Sayad faz uma crítica à exploração sofrida por essa população, classificando esses empregadores de “usadores da migração” (SAYAD, 1998, p. 63). Existe assim um paradoxo, pois, ao mesmo tempo que a sociedade precisa dos imigrantes para suprir suas necessidades temporárias e de empregos indesejados pelos franceses, o fluxo de imigrantes precisa ser controlado, devido o tecido social e a economia precisarem ser salvaguardados. Dessa forma,

existe uma relação de utilidade e não de assistência, integração social e política (SAYAD, 1998).

Existe no imaginário da sociedade e, do próprio migrante também, que tal situação vivenciada em outro país é temporária, o que Sayad (1998) vai chamar de provisoriedade. Este paradoxo existencial consiste em uma sensação de temporalidade, o que faz com que o migrante não desenvolva um sentimento de pertencimento e vínculos com o país anfitrião e não mantenha relações fortes com o país de origem, culminando em uma condição de dupla ausência. Nas palavras de Sayad (1998, p. 45):

Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se trata de um estado duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade.

Esses sujeitos não participam politicamente do corpo social e são vistos apenas como trabalhadores e residentes temporários. Há uma objetificação do migrante, onde seu valor está apenas na sua força de trabalho. Dessa forma, são enxergados a partir de uma lógica econômica, obedecendo aos parâmetros de “custos e vantagens” (SAYAD, 1998). Ou seja, o migrante só é aceito no país quando a balança tende para o positivo e a necessidade da mão de obra é suprida, a partir do momento que esta balança tende para o negativo e causa custos ao Estado (social e cultural), o imigrante não é mais bem visto, e discursos e atitudes xenofóbicas são disseminadas (SAYAD, 1998).

Sendo assim, a partir de seus estudos do Estado francês, Sayad (1998) conclui que o migrante é sempre compreendido como uma força de trabalho provisória e em trânsito, ou seja, sua permanência no país destino é condicionada a sua serventia laboral.

Se por um lado é verdade que a razão essencial da emigração reside na busca de trabalho e que é também o trabalho que pode, sozinho, justificar a presença do imigrante, por outro este se encontra, sob todos os pontos de vista e em todos os setores de sua existência, numa situação excepcionalmente diferente daquela do trabalhador nativo (ou nacional). (SAYAD, 1980).

Em suas análises, Sayad (1998) traça uma relação de causa e efeito (unilateral) entre a colonização da Argélia pela França e a migração em massa para a metrópole francesa após a descolonização. Assim como seu princípio de temporalidade, ao analisarmos a questão do refúgio nos dias atuais, precisamos observar as características sociais deste século. Dessa forma, os estudos de Sayad seriam insuficientes para analisar os grandes fluxos de refugiados

contemporâneos e a multiculturalidade provocada pela globalização. O sujeito refugiado não é mais visto como “um sem lar”, mas como pertencente a vários lugares e detentor de diversas identidades (HALL, 2001).

A construção identitária e os processos de socialização do sujeito são atravessados pela sua entrada no mundo do trabalho. Dentre as muitas dimensões da identidade de uma pessoa, a identidade profissional tem um destaque significativo. Depois da escola e da família, o ambiente de trabalho se configura como uma instituição de socialização secundária, onde as atitudes e os comportamentos são moldados, produzindo uma identidade profissional e social (SAINSANLIEU, 1995).

O trabalho é um determinante social e seus sentidos foram sendo produzidos e transformados ao longo do tempo para atender a determinados interesses. Podemos ilustrar como exemplo a mudança de sentido do trabalho exposta por Max Weber (2005), em que ele explica que o trabalho era visto como castigo, porém com a Reforma Protestante e a ascensão do capitalismo, tornou-se algo digno e necessário a todo ser humano.

Com o progresso do capitalismo, o trabalho, enquanto atividade, toma uma nova dimensão na constituição do sujeito, assumindo uma centralidade social e psíquica. O trabalho é visto como “operador fundamental da própria construção do sujeito” (DEJOURS, 2008, p. 32). No espaço do trabalho se promove a construção da identidade individual e social a partir das trocas cotidianas, pois acabamos passando ali grande parte do nosso dia.

Cada indivíduo pode interpretar o trabalho de um modo particular, dependendo de seu contexto social. Ainda que o trabalho tenha atribuições distintas, todo trabalho humano relaciona-se com o contexto social e sofre influências da cultura, configurando-se, assim, como uma ação fundamental que constitui uma relação entre o homem, a natureza e a sociedade (BORGES E YAMAMOTO, 2014).

Os relatos dos solicitantes de refúgio ao chegarem ao PARES Cáritas RJ identificam o trabalho como um dos principais obstáculos para a sua inclusão local: “relatam sintomas como insônia e dores de cabeça desencadeados por pensarem repetitivamente em como se sustentarem financeiramente; sentem vergonha pela necessidade de pedir ajuda” (AYRES *et al*, 2018, p. 7).

Como citado no capítulo 1, os refugiados, em sua maioria, fogem de seu país em condições extremamente precárias e chegam a outra nação também em uma situação de vulnerabilidade, encontrando como grandes obstáculos, primeiramente, o idioma, sendo acompanhado pelo desemprego. Em seus relatos, muitos deles possuíam uma carreira e uma vida estável antes de fugirem de seu país natal.

Ao chegarem no Brasil, encontram diversas dificuldades para conseguir um emprego, como por exemplo: a pouca oferta no mercado de trabalho por efeito da crise econômica no país, a dificuldade de se contratar um estrangeiro, seja por desconhecimento por parte dos empregadores dos direitos trabalhistas de um solicitante de refúgio ou por eles não conseguirem comprovar sua formação e experiência, preconceito racial e xenofobia, entre outros (PROFILO, 2019).

Além de todas as dificuldades enfrentadas por essa população refugiada na tentativa de ingressar no mercado de trabalho, existe também um fator discriminatório que inviabiliza ainda mais esse processo, ou os subjuga a empregos precários. Refugiados negros enfrentam obstáculos ainda maiores para conseguirem um emprego, pois no nosso país ainda existe uma estrutura de preconceito racial enraizada. À vista disso, acrescentamos outro questionamento: temos uma legislação que acolhe qualquer pessoa que solicite refúgio no país, porém, será que nossa sociedade formou a imagem do refugiado desejável e do refugiado indesejável, assim como fala Sayad?

A falta de trabalho afeta toda a vida de um refugiado, pois afeta diretamente sua subsistência. Pode acarretar a falta de moradia, que pode levar essas pessoas a uma situação de rua, afeta sua segurança alimentar, podendo ocasionar doenças físicas e também afeta sua saúde mental, devido ao sofrimento psíquico diante do desamparo e do desespero de estar sem dinheiro para prover a si e a sua família.

Ao analisarmos a pesquisa piloto realizada em 2018 pelo Projeto de Extensão “Socialização e Inclusão Social – movimento dos grupos sociais”, observamos nas falas dos refugiados essas dificuldades encontradas no seu dia a dia e na busca por um emprego: “Ter que começar do zero”; “Solidão”; “Não falar o idioma”; “Poucas políticas para estrangeiros no país”; “Tem pessoas xenofóbicas que temem o estrangeiro”; “Xenofobia. Não acreditam nos estudos e não dão oportunidades”; “Demorado para conseguir emprego”; “Às vezes os empregadores querem contratar, mas não sabem o processo com imigrantes”; “Trabalho escravo”; “Caminhar quilômetros por não ter dinheiro para passagem”; “Que me digam que saia de seu país” (PROFILO, 2019).

A situação a qual se encontram geram mudanças nas identidades desses sujeitos, pois repercutem no modo como eles veem a si próprios, como sujeitos pertencentes a uma nação, uma cultura, uma profissão, gerando uma instabilidade na ideia de si mesmo (HALL, 2001) e, também, do outro.

A privação de trabalho é um sofrimento íntimo, um golpe na auto-estima tanto quanto uma perda de relação com os outros: uma ferida identitária geradora de desorganização social. Inversamente, o fato de ser reconhecido em seu trabalho, de travar relações - mesmo conflituosas - com os outros e de poder se empenhar pessoalmente em sua atividade é, ao mesmo tempo, construtor de identidade pessoal e de criatividade social (DUBAR, 1997, p. 22).

Estes estudos corroboram nosso pressuposto, a construção da identidade se dá através dos processos de socialização, então estar fora do mercado de trabalho ou não exercer uma atividade, prejudica a identificação e sensação de pertença desses refugiados no país acolhedor, atrapalhando a construção de uma nova vida, de novas relações sociais, conseqüentemente, dificultando a sua inclusão social. O trabalho se manifesta como uma forma de viver e de se sentir vivo, o sujeito não trabalha apenas para produzir e sobreviver, mas para construir uma vida em coletividade (DEJOURS, 2012).

Assim, estar trabalhando configura um recurso de sobrevivência financeira, e que pode proporcionar uma estabilidade e um futuro no Brasil. O teor inclusivo do trabalho atribui um *status* social e um reconhecimento de cidadão ao refugiado que está empregado, sendo assim possível sobreviver e ter um lugar na sociedade (AYRES; SANTIAGO; PROFILO, 2020).

Dessa forma, o ato de trabalhar aparece nessa conjuntura como um dispositivo facilitador do processo de socialização, em uma tentativa de se estabilizar novamente e viver bem no país acolhedor. Três agências internacionais destacam a importância do Trabalho Decente como uma política prioritária e fomentadora da inclusão social: a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a ONU e a Comissão das Comunidades Europeias (CCE) .

Em 1999, a OIT definiu Trabalho Decente como o “compromisso de garantir a todas as pessoas oportunidades de trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade” (OIT, s.d., p. 1). A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável reitera a importância de “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos” (ONU, 2021, p. 1).

A CCE (2003) atribui ao trabalho uma importante função como agente na erradicação da pobreza e da exclusão social. A inclusão social é a possibilidade que pessoas “em risco de pobreza e exclusão social acedam às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas econômica, social e cultural e beneficiem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem” (CCE, 2003).

Por isso, quando tratamos da inclusão social de um refugiado, é fundamental pensar no seu processo de socialização que é marcado por grandes dificuldades, dada a sua condição de

vulnerabilidade, sendo preciso criar condições e dar subsídios para que eles possam ser incluídos na comunidade de forma ampla, absoluta e possam ter igualdade de oportunidades. Estar incluído socialmente expressa pertencimento. É importante diferenciar que a socialização é um processo individual atribuído ao sujeito e a inclusão social está voltada para as ações externas que facilitam esse processo.

Ayres *et al* (2018, p. 266) afirmam que há:

desconhecimento por parte da sociedade brasileira dos direitos das pessoas em situação de refúgio, o que indica favorecer a constituição de valores, crenças e comportamentos preconceituosos e discriminatórios em relação aos migrantes/refugiados. Frente a isso, um dos maiores desafios a ser enfrentado pelos refugiados é o trabalho.

Desse modo, trazer um novo olhar sobre esses sujeitos é importante para quebrar preconceitos e melhor inseri-los no Mercado de Trabalho. O imigrante leva diversidade para um país, diferentes percepções, experiências pessoais de outras culturas, novas formas de se fazer, sendo possível estimular a inovação e, conseqüentemente, o seu crescimento (PROFILO, 2019).

### 3 ESTUDO

Eu vim pra te mostrar  
 A força que eu tenho guardado  
 O peito tá escancarado  
 E não tem medo, não, não tem medo  
 Eu canto pra viver  
 Eu vivo o que tenho cantado  
 A minha voz é meu império  
 A minha proteção  
*Amarelo, azul e branco – ANAVITÓRIA*

#### 3.1 Objetivo do estudo e questões de investigação

O objetivo do presente estudo foi investigar se o trabalho (ato de trabalhar) opera como um dispositivo facilitador para o processo de socialização e para a inclusão social de refugiados de origem venezuelana na cidade do Rio de Janeiro.

Mais especificamente, pretendeu-se:

- (1) Realizar uma revisão bibliográfica acerca das temáticas tratadas e explorar a relação entre elas: refúgio, processo de socialização, inclusão social, identidade social e trabalho;
  - (2) Analisar os dados sociodemográficos coletados na pesquisa piloto em 2018 realizada pelo Projeto de Extensão “Socialização e Inclusão Social - movimento dos grupos sociais”
  - (3) Fazer a aplicação do questionário reformulado em sujeitos venezuelanos que estejam em situação de refúgio
  - (4) Fazer o levantamento do perfil sociodemográfico desta amostra e compará-la com os dados da pesquisa piloto de 2018;
  - (5) Analisar os dados relacionados ao mercado de trabalho, à identidade social e cultural, e à sensação de pertença desses refugiados e, conseqüentemente, sua inclusão social
- Dessa forma, as questões de investigação propostas são:
- (1) Quem são esses refugiados venezuelanos? Qual o perfil sociodemográfico da amostra da pesquisa em 2018 e em 2022?

(2) Existem diferenças sociodemográficas entre a amostra pesquisada em 2018 e a amostra da pesquisa atual (2022)?

(3) Trabalhar é pertencer?

### 3.2 Metodologia

O estudo propõe uma abordagem qualitativa-quantitativa. Seu caráter misto será não-experimental, pois não haverá a manipulação de variáveis; transversal, pois a recolha dos dados será feita em um momento determinado, exploratório, pois este tema carece de estudos no Brasil, e correlacional, pois avalia a relação de duas/dois ou mais variáveis/conceitos. (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Como método de pesquisa será utilizado a Pesquisa de Campo, que segundo Gil (2008), é definido por um estudo que se propõe a aprofundar as questões propostas, estudando um único grupo levando em consideração sua estrutura social.

#### 3.2.1 Unidades de análise

##### 3.2.1.1 Definição da população e seleção da amostra

A população deste estudo foi definida a partir do alto índice de refugiados venezuelanos que vem se deslocando para a cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos e da importância e necessidade de se realizarem pesquisas que demonstrem a realidade experienciada por esses sujeitos e que ajudem no seu processo de inclusão social. A seleção da amostra decorreu da necessidade de se delimitar um período prévio de estabelecimento do refugiado venezuelano no Brasil para que as respostas dadas refletissem uma análise mais assertiva. Dessa forma, para participar da pesquisa, era preciso estar em situação de refúgio, ser venezuelano e estar há, pelo menos, seis meses no país.

##### 3.2.1.2 Caracterização

Foram aplicados 208 questionários no total a esta população, porém 10 deles foram descartados, por não terem sido respondidos completamente, assim a amostra foi composta por 196 venezuelanos em situação de refúgio.

### 3.3 Técnica de coleta de dados

Os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário (Apêndice A), de forma presencial e online (via plataforma google forms) junto a população definida.

#### 3.3.1 Questionário

O questionário foi formulado a partir da experiência da equipe do Projeto de Extensão “Socialização e Inclusão Social – movimento dos grupos sociais - campo da Psicologia Social do Trabalho e das Organizações” junto a refugiados e solicitantes de refúgio através de oficinas voltadas para “trabalho”, chamadas: Trabalho, Profissão e Mercado de Trabalho – uma trajetória de experiências e da revisão bibliográfica acerca do tema refúgio, processo de socialização e trabalho. As oficinas foram realizadas no ano de 2018 a partir de uma parceria entre o Projeto de Extensão e PARES Cáritas RJ e possibilitaram a construção de relatórios de observação e relatórios técnicos que serviram como base para a estruturação deste questionário.

A primeira fase da aplicação dos questionários foi feita em um formato de pesquisa piloto, envolvendo 105 refugiados de diversas nacionalidades, sendo realizada na sede do PARES Cáritas RJ, em 2018. A amostra de venezuelanos conteve 63 participantes (66%). O questionário foi pautado em evocações livres, dados sociodemográficos e uma escala de concordância, tipo Likert, de 7 pontos (Escala de Socialização), que abordou 5 temáticas sobre a questão do refúgio (Trajetória e Processo de Migração; Diferenças Culturais - Valores e Crenças; Identidade Social; Trajetória no Trabalho - Vida Profissional; e Processo de Socialização).

A partir dos dados coletados nesta fase, a equipe do Projeto de Extensão realizou uma reformulação deste instrumento com o objetivo de realizar a validação da Escala de Socialização contida neste questionário. Esta Escala de concordância, tipo Likert, foi reduzida para 5 pontos e está em processo de construção e validação no âmbito do doutoramento da pesquisadora Gabriella de Oliveira Santiago pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ em conjunto com a equipe do Projeto de Extensão.

Em relação aos procedimentos éticos, o questionário possuía teor anônimo e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), autorizando sua participação na pesquisa. Os questionários foram aplicados em dois idiomas

diferentes, português e espanhol, deixando a cargo do participante escolher em qual língua se sentiria mais seguro para responder.

### 3.3.1.1 Estruturação do Questionário

O questionário final e aplicado neste estudo foi dividido da seguinte forma:

- **Primeira parte:** Escala de Socialização (escala de concordância, tipo Likert, de 5 pontos [5 = Concordo totalmente; 4 = Concordo em parte; 3 = Nem concordo, nem discordo; 2 = Discordo em parte; 1 = Discordo totalmente])

- **Objetivo da escala:** avaliar a percepção do processo de socialização de pessoas em situação de refúgio, a partir das dimensões fundamentais para o processo de socialização em um país de acolhida e verificar se a dimensão correspondente ao “trabalho” opera como preponderante para a socialização desta população no Brasil.

- **Dimensões fundamentais para o processo de socialização:**

(1) Identidade Cultural: a cultura é um dispositivo que favorece o processo de socialização na medida em que o solicitante de refúgio e/ou refugiado se identifica com o Brasil, a partir do processo de escolha para viver, experimentar e conhecer a cultura local, percebendo similaridades entre os países de origem e o de escolha, e apresentando uma predisposição em adquirir hábitos e vivências no Brasil.

1. Quando posso, escolho ouvir músicas brasileiras.

4. Eu percebo que somos um povo parecido com o brasileiro.

6. Uma das razões que escolhi o Brasil para viver são as semelhanças com o meu país.

10. Eu gosto de comer a comida do Brasil.

16. Quando posso, escolho frequentar eventos brasileiros (ex.: eventos religiosos locais, futebol, baile funk, sertanejo, Carnaval, festa junina).

(2) Identidade Social: o estabelecimento de raízes, como a família e a construção de novos vínculos no Brasil, familiares diretos ou indiretos (amigos), ou seja, de relações

sociais facilitadas pelo domínio do idioma pela percepção de ser bem recebido e fazer parte dessa sociedade.

- 3. Conhecer o idioma é importante para fazer amizades no Brasil.
- 8. Eu fui bem recebido pelos brasileiros.
- 12. Eu tenho amigos brasileiros.
- 13. Eu percebo o povo brasileiro como acolhedor.

(3) Inserção no mercado de trabalho – facilidades e dificuldades: corresponde às facilidades e dificuldades de inserção no mercado de trabalho, a partir do conhecimento e do acesso às políticas públicas e das configurações do mercado de trabalho brasileiro que podem determinar o sentimento de inclusão social.

- 2. Ter a comprovação profissional (diploma) é importante para ter um trabalho no Brasil.
- 5. É necessário ter um trabalho para ter segurança econômica e continuar vivendo no Brasil.
- 7. Fazer um curso profissionalizante no Brasil é facilitador para meu ingresso no mercado de trabalho.
- 9. Ter acesso à informação acerca dos direitos dos refugiados no Brasil facilita o ingresso no mercado de trabalho.
- 11. Possuir a documentação de identificação fornecida pelo governo brasileiro facilita meu ingresso no mercado de trabalho brasileiro.
- 14. Ter apoio financeiro do governo ou de uma instituição é facilitador para conseguir um emprego no Brasil.
- 15. Falar ou compreender o português é fundamental para conseguir um trabalho no Brasil.

**- Segunda parte:** dados sociodemográficos e características da amostra

- (1) Dados profissionais
- (2) Dados educacionais
- (3) Dados sobre origem e trajetória de refúgio
- (4) Dados pessoais
- (5) Dados adicionais

### 3.4 Procedimento

O PVPM e o Projeto de Extensão Socialização e Inclusão Social possuem parceria com o PARES Cáritas RJ, dessa forma, esta instituição foi nosso principal contexto de aplicação. Foi feito um contato prévio com algumas outras ONGs que realizam trabalhos com refugiados, a saber: Abraço Cultura, Cruz Vermelha, Venezuela Global, Ação Social Paulo VI (ASPAS) – Duque de Caxias, porém não recebemos retorno de algumas e outras não possuíam refugiados venezuelanos em seus grupos.

Infelizmente, o advento da pandemia de Covid-19 atrasou o início da nossa coleta de dados, pois o PARES Cáritas RJ interrompeu seus atendimentos presenciais, então só foi possível começar em novembro de 2021. Neste momento da pesquisa contamos com a ajuda voluntária de seis estudantes do Projeto Socialização e Inclusão Social e uma estudante de psicologia da Universidade Veiga de Almeida (UVA). Foi realizada uma capacitação pelas pesquisadoras sobre aplicação de questionário com essas estudantes antes de entrarem em campo.

Também foi feito contato com a Casa do Menor São Miguel Arcanjo, localizada na cidade de Nova Iguaçu, onde foi realizada a coleta com cinco mulheres venezuelanas que estavam morando em uma casa cedida por esta instituição. O Centro de Atendimento aos Refugiados da Associação São Vicente de Paulo (ASVP) também nos abriu as portas durante a ação "Cidadãs do Mundo" para que pudéssemos realizar a aplicação do questionário.

Contactamos também o supermercado Carrefour da Barra da Tijuca e a empresa Porto do Sabor, que emprega diversos venezuelanos, e a ONG Aldeias Infantis SOS do Itanhangá (RJ), onde prontamente fomos atendidas e liberadas para aplicação. Além de grandes redes de hotéis e alguns restaurantes, porém não foram encontrados refugiados venezuelanos empregados nesses locais. Fizemos também uma busca ativa em quiosques localizados ao longo da praia da Barra da Tijuca, onde foram encontrados dois sujeitos empregados.

Os diversos outros questionários foram respondidos através do método bola de neve (snowball sampling), que consiste em solicitar aos participantes da pesquisa que convidem outros participantes da sua rede; e através da divulgação feita em grupos do facebook sobre refugiados venezuelanos e perfis do Instagram. Dessa forma, procuramos fazer a coleta de dados em diversas instituições e em diversas localidades no Rio de Janeiro com o objetivo de formar uma amostra heterogênea e o mais fidedigna possível. Na Tabela 5, pode-se observar que, de fato, a amostra apresentou diversidade, pois o desvio padrão de cada dimensão fundamental foi bem alto.

### 3.5 Técnica de análise de dados

A análise dos dados deste estudo foi feita a partir da estatística descritiva. Para analisar a significância estatística, foi feito o teste de hipótese nula para verificar se  $p < 0,01$ . Para a análise da percepção do processo de socialização dos refugiados, primeiramente foram medidos os escores da Escala de Socialização, mediante as dimensões fundamentais propostas (Identidade Social, Identidade Cultural e Trabalho). A seguir foi feita a análise descritiva (média e desvio padrão) entre os escores da Escala e as questões balizadoras propostas para cada dimensão fundamental.

Após este processo foi feito o teste de hipótese nula para verificar se  $p < 0,01$  e a significância estatística. Em relação à dimensão “Trabalho”, foi feita apenas a análise descritiva para verificar a diferença de posicionamento na condição emprego/desemprego.

O tratamento dos dados foi realizado a partir dos softwares estatísticos Excel e SPSS (versão 23) e pela ferramenta digital Wordclouds.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

E quando eu canto cor  
 E quando eu grito cor  
 E quando eu espalho cor  
 Eu conto a minha história

*Amarelo, azul e branco – ANAVITÓRIA*

Após o tratamento dos dados coletados, a última parte desta investigação constitui a interpretação desse material. Dessa forma, a fim de responder às perguntas propostas neste estudo, a discussão dos resultados está estruturada da seguinte forma: (1) Mapeamento sociodemográfico e de trajetória de refúgio; (2) Análise dos dados a partir da perspectiva do trabalho, inserção no mercado de trabalho e inclusão social.

### 4.1 Mapeamento sociodemográfico e de trajetória de refúgio

#### 4.1.1 Perfis sociodemográficos das pesquisas (2018/2022)

Ao definirmos os dados sociodemográficos da amostra de 2022, tínhamos por objetivo traçar um perfil desses venezuelanos que estão vivendo no Rio de Janeiro e mapearmos em quais localidades eles residem. Para assim, obtermos uma visão mais profunda desse público-alvo e analisarmos se tais características interferem na sua inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, fazer uma comparação de perfil com a amostra da pesquisa de 2018, a fim de confirmar a hipótese de que o perfil dos refugiados venezuelanos vêm mudando de 2018 para 2022.

##### 4.1.1.1 Perfil socioeconômico da amostra (2018)

A nível de dados biográficos, o predomínio de respondentes foi de mulheres (60,3%) e de jovens adultos com idade média de 36,6 (DP 12,1) anos (variação de 19 até 71 anos). Em relação à escolaridade, 41,3% dos participantes declararam possuir ensino superior completo e 71% declararam ter realizado algum curso profissionalizante no Brasil

Relativo aos dados profissionais, mais da metade dos participantes (63,5%) relataram que possuíam algum tipo de trabalho aqui no Brasil, sendo que 17,5% deles possuíam um

emprego formal e 82,5% informal. No que se refere a ajuda financeira, 28,6% dos participantes afirmaram receber algum auxílio do governo brasileiro e 34,9% afirmaram receber algum tipo de auxílio não governamental na época da coleta de dados (Tabela 2).

Tabela 2 - Perfil socioeconômico da amostra (2018)

		(n = 63)
<b>Sexo</b>	Masculino	34,9% (22)
	Feminino	60,3% (38)
	Outro	4,8% (3)
<b>Idade média em anos (DP)</b>		36,6 (12,1)
<b>Escolaridade</b>	Ensino superior completo	41,3% (26)
	Ensino médio completo	41,3% (26)
	Ensino fundamental completo	11,1% (7)
	Ensino fundamental incompleto	4,8% (3)
<b>Realizou curso profissionalizante no Brasil</b>		71% (45)
<b>Está trabalhando atualmente no Brasil</b>	Sim	63,5% (40)
	Não	36,5% (23)
<b>Tipo de trabalho</b>	Formal	17,5% (7)
	Informal	82,5% (33)
<b>Recebem Auxílio financeiro do governo brasileiro</b>	Sim	28,6% (18)
	Não	68,3% (43)
<b>Recebem Auxílio financeiro de outra instituição</b>	Sim	34,9% (22)
	Não	60,3% (38)

Valores ausentes: Idade (1,8%); Escolaridade (1,6%); Curso profissionalizante (2%); Auxílio governamental (3,2%) e não-governamental (4,8%)

#### 4.1.1.2 Perfil socioeconômico da amostra (2022)

A nível de dados biográficos, o predomínio de respondentes foi de mulheres (66,3%) e jovens adultos com idade média de 34,6 (DP 11,2) anos (variação de 18 até 68 anos). A maior parte dos participantes declarou-se solteiro (58,7%). Em relação a escolaridade, pouco mais de um terço dos participantes declararam possuir ensino superior completo (36,2%) e 32,1% declararam ter realizado algum curso profissionalizante no Brasil.

Relativo aos dados profissionais, menos da metade dos participantes (47,9%) estavam empregados no momento da coleta de dados, sendo que 43,6 % deles possuíam um emprego formal e 56,4% trabalhavam de forma informal, e apenas 13,2% atuavam em sua área de formação. No que se refere a ajuda financeira, 25,8% dos participantes afirmaram receber algum auxílio do governo brasileiro e 32,0% afirmaram receber algum tipo de auxílio não governamental (Tabela 3).

Tabela 3 - Perfil socioeconômico da amostra (2022)

		<b>(n = 196)</b>
<b>Sexo</b>	Masculino	30,1% (59)
	Feminino	66,3% (130)
	Outro	3,6% (7)
<b>Idade média em anos (DP)</b>		34,6 (11,2)
<b>Estado civil</b>	Casado(a)	15,8% (31)
	Divorciado(a)	2,6% (5)
	União estável	21,9% (43)
	Solteiro(a)	58,7% (115)
	Viúvo(a)	1,0% (2)
<b>Escolaridade</b>	Ensino superior completo	36,2% (71)
	Ensino médio completo	27,3% (53)
	Ensino fundamental completo	32,1% (63)
	Ensino fundamental incompleto	3,6% (7)
<b>Realizou curso profissionalizante no Brasil</b>		32,1% (62)
<b>Está trabalhando atualmente no Brasil</b>	Sim	47,9% (94)
	Não	52,1% (102)
<b>Trabalha dentro da área de formação no Brasil</b>		13,2% (14)
<b>Tipo de trabalho</b>	Formal	42,5% (40)
	Informal	57,5% (54)
<b>Recebem Auxílio financeiro do governo brasileiro</b>		25,8% (50)

---

**Recebem Auxílio financeiro  
de outra instituição**

32,0% (62)

---

Valores ausentes: Idade (4%); Escolaridade, Curso profissional no Brasil, Auxílio governamental e não-governamental (1%)

#### 4.1.1.3 Comparação entre os perfis socioeconômicos das amostras (2018/2022)

Ao compararmos os dois perfis socioeconômicos dos refugiados venezuelanos, constatamos que o primeiro coletivo de venezuelanos que chegou ao Brasil em 2018 foi de indivíduos menos vulneráveis e, conseqüentemente, mais qualificados, representando mais de 80% da amostra (com ensino superior e ensino médio completo). Já a amostra de 2022 apresenta pouco mais de 60% dos indivíduos com ensino superior e médio completos, caindo pela metade ao compararmos a faixa de ensino médio completo, representando pouco mais de um quarto da amostra.

Na amostra de 2018, mais de 70% dos refugiados haviam realizado algum curso profissionalizante no Brasil, índice bem superior a amostra de 2022 (32,1%). Em relação a empregabilidade, a amostra de 2018 também apresentou uma taxa maior, com 63,5% dos participantes trabalhando e 17,5% empregados no mercado formal no momento da coleta, em contraste com 2022, que, apesar de apresentar uma taxa de empregabilidade menor (47,4%), 43,6% desses participantes estavam trabalhando formalmente.

Essa diferença expressiva na porcentagem de pessoas empregadas no mercado formal em 2022 pode ter sido influenciada por alguns fatores: (1) O supermercado Carrefour da Barra da Tijuca fez uma parceria com a ONG Aldeias e empregou diversos venezuelanos que ali residiam, e foi um dos locais onde foram aplicados os questionários na pesquisa de 2022, representando uma parte expressiva da amostra empregada no mercado formal (40%).

(2) À época que a primeira pesquisa em 2018, o “boom” de venezuelanos vindos para o Brasil estava iniciando, e as instituições, o governo e a população ainda não estavam familiarizados com uma entrada massiva de refugiados no país e sem estruturas para lidar com esta realidade imposta. O que vem mudando gradualmente de lá para cá, ainda que insuficiente. Como, por exemplo, hoje o PARES Cáritas RJ conta com a Plataforma Trampolim, uma ferramenta que tem por objetivo a inserção no mercado de pessoas em situação de refúgio que residem no Rio de Janeiro, a partir da conexão entre empresas e os refugiados e também através da capacitação dessas pessoas, a fim de impulsionar sua autonomia.

(3) Os refugiados que responderam aos questionários em 2018 apresentaram um nível de escolaridade superior a 2022, e 20,6% desta amostra relatou a dificuldade de conseguir um emprego formal e denunciavam a precariedade de muitos empregos, aparecendo na resposta de quatro desses refugiados a expressão: “trabalho escravo”; além da dificuldade com documentação e revalidação de diploma (9,5%), necessitando de uma indicação ou comprovação de experiência. Essas condições podem explicar o porquê da dificuldade desses sujeitos se inserirem no mercado formal ou, por escolha própria, não se submeterem a trabalhos que considerassem impróprios, preferindo assim trabalhar por conta própria.

(4) Baixos Salários. Apesar de quase metade da amostra de 2022 estar empregada formalmente, 47,5% desses sujeitos recebem até 1 salário mínimo e 45% recebem de 1 a 2 salários mínimos.

(5) Outra justificativa pode ser o fato de 45,3% da amostra possuir residência temporária ou definitiva no Brasil (Tabela 3). O documento que os refugiados recebem ao solicitarem refúgio no Brasil, o Protocolo de Permanência Provisório, é muito frágil, é apenas um pedaço de papel, enquanto a Carteira de Registro Nacional Migratório, documento de um residente, demonstra mais confiabilidade, pois é um cartão de polímero que contém todos os dados do sujeito. Simbolicamente, ser residente também pode demonstrar maior credibilidade do que ser um refugiado aos olhos de um empregador.

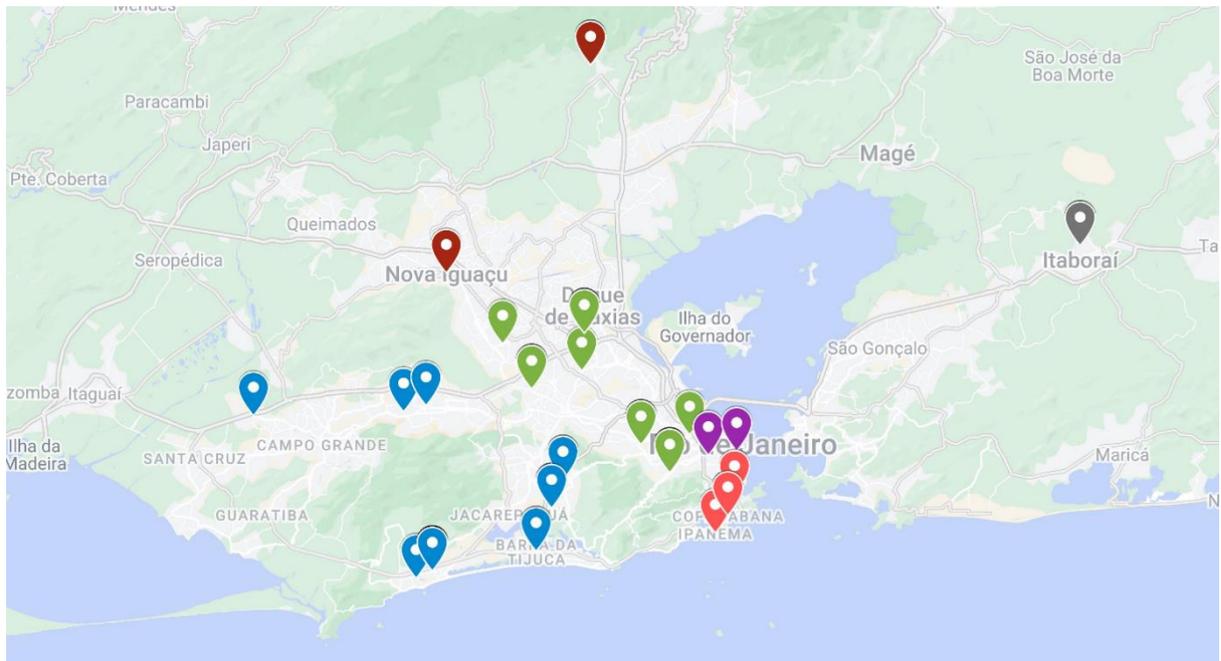
Dessa forma, podemos observar que ao longo dos anos, entre 2018 e 2022, o perfil dos refugiados venezuelanos que chegaram ao Brasil vem mudando. Esses primeiros grupos se diferenciam pelo maior nível de escolaridade e absorção do mercado de trabalho brasileiro e tiveram mais oportunidade para se qualificar no seu país de origem, a Venezuela.

#### 4.1.2 Dados demográficos

Na pesquisa de 2018, um aspecto nos chamou atenção, a questão da moradia. A mobilidade e as grandes distâncias percorridas dentro da cidade e na região metropolitana aparecem como um ponto negativo sobre a inserção no mercado de trabalho brasileiro, correspondendo a 2,52% (4). Os participantes relataram que: “Se gasta muito dinheiro buscando emprego”; “Tenho que me esforçar muito diariamente, tenho que ir às favelas caminhando”; “Caminhar quilômetros por não ter dinheiro para passagem”; “É muito longe onde eu vivo do meu trabalho”. Por isso, mapear os locais de moradia desses indivíduos é importante para compreender o porquê dessa população está marginalizada ao mercado de trabalho formal e apresentam grandes dificuldades para conseguirem um trabalho.

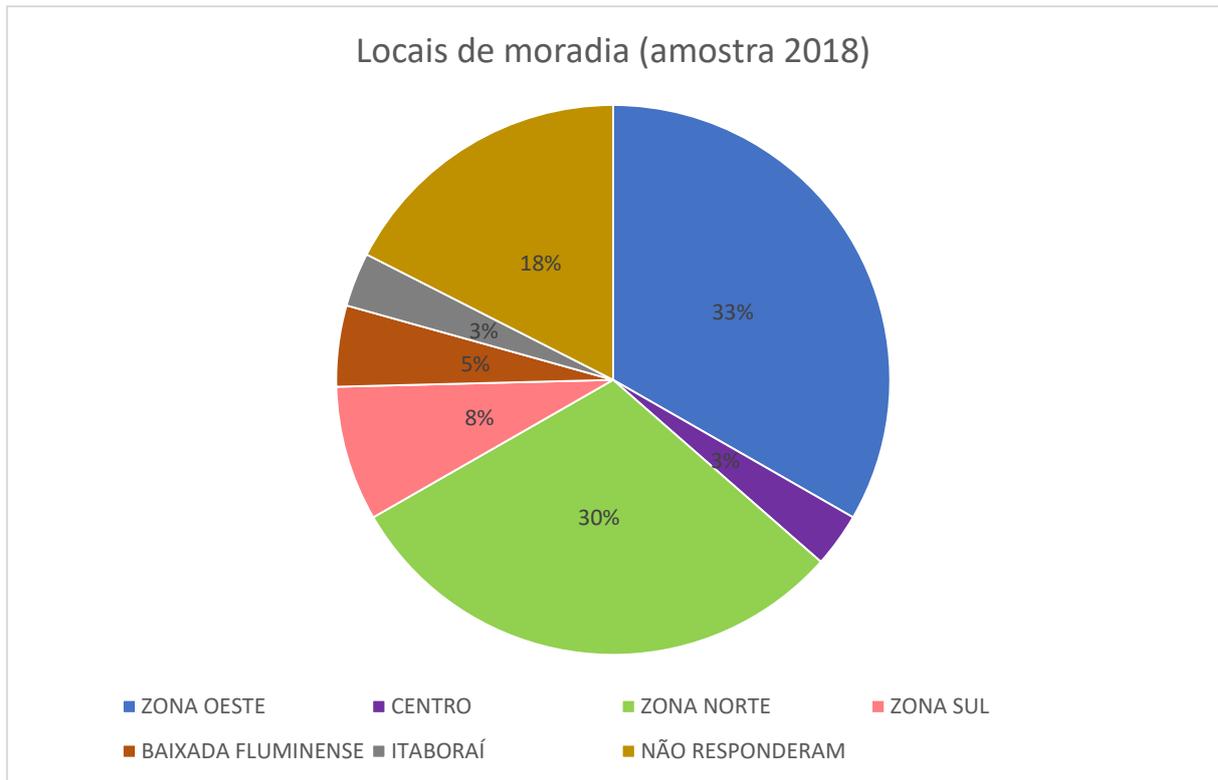
Na Figura 2 e no Gráfico 1 é possível observar que esses venezuelanos residiam em bairros mais distantes do centro da cidade e da Barra da Tijuca, que abarcam o polo empregatício da cidade, ou em cidades que compõem a região metropolitana do Rio. Dos 96 participantes, um terço, ou seja, 33% (21) moravam em bairros afastados na Zona Oeste, 3% (2) no Centro, 30% (19) na Zona Norte, 8% (5) na Zona Sul, 5% (3) Baixada Fluminense, 3% (2) em Itaboraí, e 18% (11) não responderam.

Figura 2 - Mapa de distribuição populacional (amostra 2018)



Fonte: Map data © 2022 Google

Gráfico 1 - Locais de moradia (amostra 2018)



Valores ausentes: 18% (11)

Ao esquematizarmos os locais de moradia da amostra desta pesquisa de 2022 (Figura 3 e Gráfico 2), constatamos que esses refugiados continuam morando em bairros mais distantes do centro da cidade e da Barra da Tijuca, a saber: Zona Oeste - 30% (59), Aldeias - 20% (40), Morro Do Banco - 4% (8), Itanhangá - 7% (14), Centro - 4% (7), Zona Norte - 14% (28), Zona Sul - 4% (7), Baixada Fluminense - 7% (14), São Gonçalo - 2% (4), Não Responderam - 8% (15).

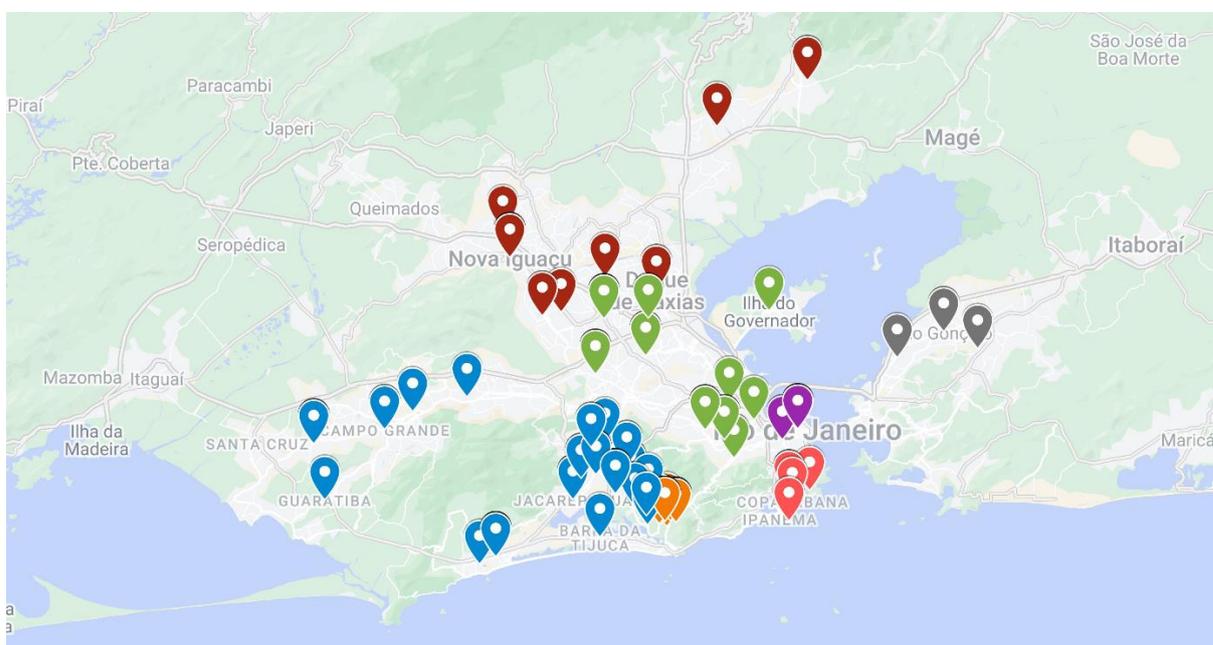
Morar em regiões centrais da cidade do Rio de Janeiro é muito caro, o que faz com que essas pessoas busquem locais mais baratos e, conseqüentemente, mais distantes. Ainda que eles morem em regiões mais próximas às áreas de maior empregabilidade, a mobilidade dentro da cidade ainda se apresenta como um problema, pois as passagens dos transportes públicos têm um alto valor. Por exemplo, o Rio de Janeiro tem a passagem de metrô mais cara das capitais brasileiras (CORREIA; SOARES, 2022).

Porém, ao compararmos as duas pesquisas, uma região na Zona Oeste da cidade se destacou na amostra de 2022, concentrando o maior contingente de participantes [31% (62)]: o Morro do Banco e a ONG Aldeias, sendo que esses dois pontos se localizam na região do bairro Itanhangá. Esta região acumula, hoje, a maior população de refugiados venezuelanos

no Rio de Janeiro, pois ali funciona a ONG Aldeias Infantis SOS, que desde 2018, em uma parceria com o ACNUR e a Operação Acolhida, recebe venezuelanos que acabaram de chegar na cidade.

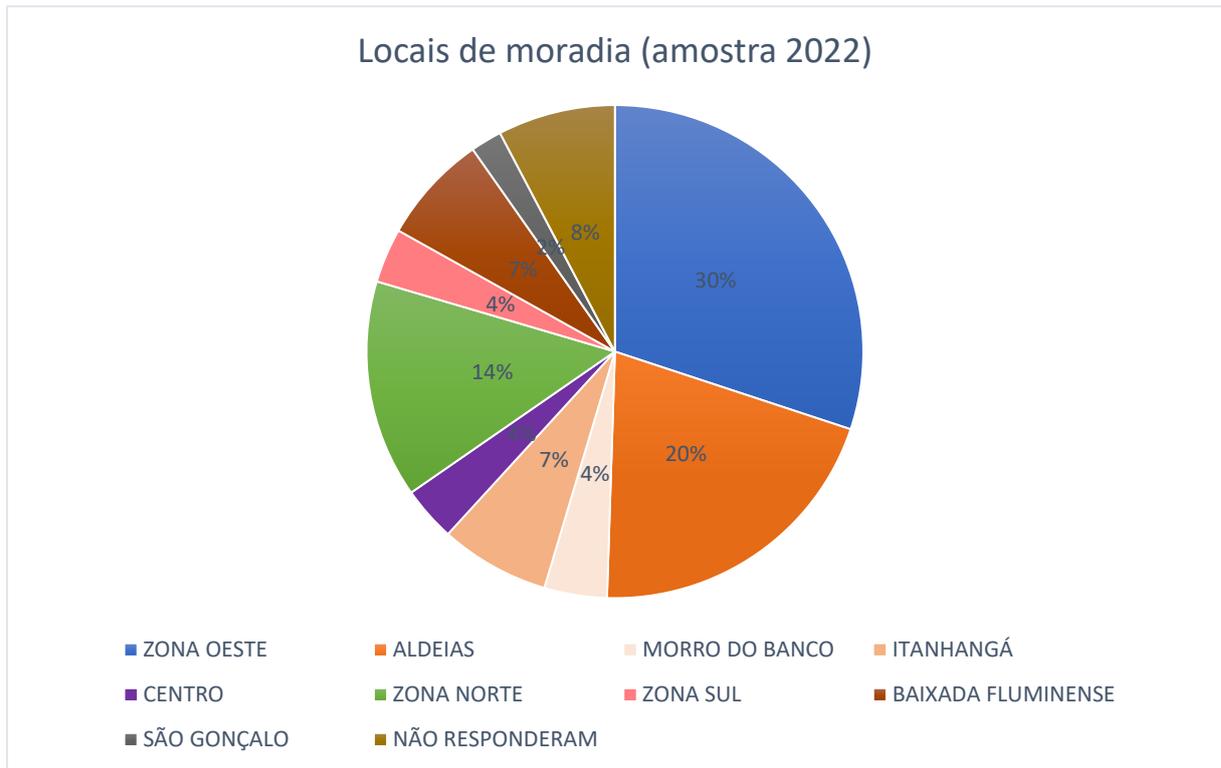
Segundo a coordenadora da ONG, eles conseguem vagas de emprego na própria região da Barra da Tijuca e quando termina o prazo de três meses de residência, acabam se mudando para o Morro do Banco, que fica próximo a ONG, pois é um local mais barato para conseguir alugar uma casa. Por isso, a região apresenta um alto índice de venezuelanos residindo ali, culminando na formação de uma comunidade de refugiados venezuelanos.

Figura 3 – Mapa de distribuição populacional (amostra 2022)



Fonte: Map data © 2022 Google

Gráfico 2 - Locais de moradia (amostra 2022)



Valores ausentes: 8% (15)

#### 4.1.3 Características da trajetória de refúgio da amostra (2022)

Na Tabela 4, podemos observar que o tempo médio de refúgio no Brasil no momento do estudo foi de 2.9 anos (DP 2.9) e a maioria dos participantes declarou ter passado por outros países/estados brasileiros antes de chegar ao Rio de Janeiro (72.4%). Sobre a escolha do país para solicitar refúgio, 90,6% dos participantes declararam ter escolhido o Brasil para viver, a maioria deles (97,4%) deixaram familiares no país de origem e 68,9% possuem familiares no Brasil.

Referente ao status migratório, uma parcela significativa dos participantes preferiu solicitar residência temporária no Brasil (41,3%), em detrimento do refúgio (54,6%). Este dado curioso pode ser explicado pela flexibilização, em 2021, das regras para autorização de residência para pessoas que deixaram a Venezuela por causa da crise humanitária no país. O governo brasileiro resolveu utilizar este recurso para reduzir a sobrecarga do CONARE com a grande quantidade de pedidos de refúgios (BRASIL, 2021).

Em relação ao idioma, 60,2% dos participantes não realizaram nenhum curso de português, porém 68,4% declararam possuir domínio do idioma e 86,5% afirmaram que o conhecimento do português é importante e contribui para conseguir um trabalho. Aprender o

idioma oficial do país e, no caso de um país tão diverso e de proporções continentais como o Brasil, aprender a linguagem local, é uma parte importantíssima para o processo de socialização desses sujeitos, pois, além de demonstrar uma abertura desses refugiados para com a cultura local, também possibilita a comunicação, a possibilidade de criar vínculos afetivos com as pessoas próximas, estudar, ingressar no mercado de trabalho e diversos hábitos do cotidiano (AYRES et al, 2018).

Tabela 4 - Características da trajetória de refúgio da amostra (2022)

		<b>(n = 196)</b>
<b>Tempo no Brasil (anos)</b>		2,9 (2,9)
<b>Passou por outros países antes de chegar ao Brasil</b>		72,4% (142)
<b>Escolheu o país para residir</b>		90,6% (174)
<b>Deixou familiares no país de origem</b>		97,4% (190)
<b>Possui familiares no Brasil</b>		68,9% (135)
<b>Status jurídico no Brasil</b>	Refugiado	38,3% (75)
	Residente permanente	4% (8)
	Residente temporário	41,3 (82)
	Solicitante de refúgio	16,3% (32)
<b>Possui domínio do português</b>		68,4% (132)
<b>Fez curso de português ao chegar no Brasil</b>		39,8% (78)
<b>Conhecimento do português contribui para conseguir trabalho</b>		86,5% (167)

Valores ausentes: Tempo no Brasil, Escolha do Brasil para residir (2%); Familiares no país de origem, Domínio e Conhecimento português (1%)

#### **4.2 Análise dos dados a partir da perspectiva do trabalho, inserção no mercado de trabalho e inclusão social**

Em relação a distribuição de respostas para cada item da Escala de Socialização, a maior parte dos itens obteve ampla maioria de respostas na direção positiva, ou seja, esse

resultado indica que a maior parte desses refugiados se sente em processo de socialização à sociedade brasileira. Os itens 6, 16 são os que mais apresentaram respostas negativas. Esses itens são representantes da dimensão “Identidade Cultural” e sugerem que os laços culturais com seu país natal ainda estão muito fortes, o que pode dificultar sua aproximação com a cultura brasileira.

Os escores bruto e transformado obtidos pelo instrumento foram, em média, de 70.7 (DP 6,5) pontos e 85.5 (DP 1,2) pontos, respectivamente. A pontuação (escore) segundo os domínios do instrumento estão apresentadas na Tabela 4.

Tabela 5 - Escores brutos e transformados da Escala de Socialização

Escore	Bruto		Transformado	
	Média (DP)	min-max	Média (DP)	(min-max)
<b>Total</b>	70,7 (6,5)	38-80	85,5 (10,2)	34,4-100
<b>Identidade Social</b>	18,6 (1,9)	6-20	91,4 (11,9)	12,5-100
<b>Identidade Cultural</b>	20,2 (3,5)	6-25	76,2 (17,5)	5-100
<b>Trabalho</b>	31,9 (3,5)	13-35	88,8 (12,5)	21,4-100

Para verificar como as pessoas se comportaram frente a Escala de Socialização, foi realizada uma correlação, a partir da análise descritiva, entre os escores da Escala e as questões balizadoras propostas para cada dimensão fundamental. As tabelas a seguir (6, 7, 8) apresentam os escores médios dos diferentes domínios segundo as questões balizadoras.

Tabela 6 - Correlação entre o escore Identidade Social e as questões balizadoras a partir da estatística descritiva

		Escore Identidade Social		
		n	Média (DP)	p-valor
<b>3.4.3</b>	Não	186	91,4 (12)	0,53
	Sim	10	90 (10,3)	
<b>3.4.5</b>	Não	133	91,3 (13)	0,45
	Sim	63	91,5 (9,3)	
<b>3.7</b>	Não	61	92,2 (10,4)	0,62

<b>5.4</b>	Sim	135	91,0 (12,6)	0,225
	Não	26	89,4 (10,9)	
	Sim	167	91,7 (12,2)	

Tabela 7 - Correlação entre o escore Identidade Cultural e as questões balizadoras a partir da estatística descritiva

		<b>Escore Identidade Cultural</b>		
		<b>n</b>	<b>Média (DP)</b>	<b>p-valor</b>
<b>3.4.2</b>	Não	167	75,4 (18,1)	0.16
	Sim	29	80,9 (13,4)	
<b>3.4.6</b>	Não	109	75,9 (18,3)	0.96
	Sim	87	76,6 (16,6)	

As questões escolhidas como balizadoras para a análise descritiva foram selecionadas do questionário aplicado e estão de acordo com os aspectos que a literatura aponta como facilitadores para o processo de socialização: Identidade Social, Identidade Cultural e Trabalho, a saber:

(1) Identidade Social:

3.4.3 Você escolheu o Brasil para residir por causa do idioma?

3.4.5 Você escolheu o Brasil para residir pois tinha familiares no país?

3.7 Você possui família no Brasil?

5.4 Para você o conhecimento do português contribuiu ou contribuirá para seu ingresso no mercado de trabalho?

(2) Identidade Cultura:

3.4.2 Você escolheu o Brasil para residir por causa da cultura e semelhanças com o meu país de origem?

3.4.6 Você escolheu o Brasil para residir por causa da maior aceitação com a entrada de imigrantes?

A Tabela 8 refere-se à correlação entre as respostas dos sujeitos que estão empregados e desempregados ao escore de Mercado de trabalho/trabalho. Os resultados mostraram que não houve diferença significativa entre os escores daqueles que estão na condição de empregado com aqueles que estão na condição de desempregados.

Tabela 8 - Correlação entre as categorias de trabalho e a avaliação do fator trabalho a partir da estatística descritiva

	n	Média	DP
Formal	41	90,8	10,3
Informal	23	85,1	14,5
Autônomo	9	89,7	10,0
Temporário	14	89,0	11,3
Voluntario	6	85,1	12,6
Desempregado	103	88,9	13,2

A análise dos dados das Tabelas 6, 7 e 8 sugerem que, por mais que as respostas da Escala estejam em sua ampla maioria na direção positiva e indiquem que esta amostra se sinta em processo de socialização, ao compararmos com as questões balizadoras não existe significância, ou seja, a correlação foi fraca e não satisfatória.

Os sujeitos da amostra reconheceram a importância do trabalho para o seu processo de socialização, mas estar trabalhando não foi um fator significativo. Os dados mostram que 47,9% da amostra estava empregada e que 42,5% desses sujeitos trabalhavam formalmente. Assim, a questão que surge é: que tipo de trabalho é este? Podemos observar que 47,5% desses sujeitos recebem até 1 salário mínimo e 45% recebem de 1 a 2 salários mínimos. Ou seja, a maior parte desses refugiados, por mais que estejam alocados no mercado formal, ainda assim recebem baixos salários.

Para completar, ao final do questionário sociodemográfico, pedimos para cada participante responder em uma palavra ou uma expressão como se sentia vivendo no Brasil. A nuvem de palavras (Gráfico 3) mostra o resultado desta pergunta.

Gráfico 3 - Nuvem de palavras sobre o sentimento da vivência no Brasil



Podemos perceber que mesmo vivenciando uma situação desfavorável no Brasil, enfrentando o desemprego, empregos precários e dificuldades para se inserirem socialmente, a maioria desses sujeitos declararam estar “bem” vivendo no Brasil. Ao olharmos para os dados sociodemográficos desta amostra e ao compararmos com a amostra de 2018 percebemos que esses sujeitos já eram bastante vulneráveis na Venezuela e a crise humanitária tornou tão insustentável a permanência no país, que o pouco que encontram no Brasil, se tornou suficiente para que eles pudessem, ao menos, sobreviver. E esta realidade aparece nas suas expressões: “Um pouco melhor que no meu país”; “Tenho qualidade de vida”; “Nem bem nem mal”; “Feliz e agradecida a este país”; “Bem, pois posso dar educação aos meus filhos”; “Regular, porque não é suficiente para me manter estável”; “Lutando pela minha família”.

### **4.3 Limitações do estudo**

Trata-se de um estudo exploratório, com pouca literatura sobre o fenômeno do refúgio no Brasil e que ainda carece de mais pesquisas sobre os temas propostos. A escala utilizada para medir os aspectos facilitadores do processo de socialização dos refugiados venezuelanos ainda se encontra em processo de validação. Sugere-se a realização de um estudo longitudinal, com uma nova aplicação junto a esta mesma amostra ou a uma população que esteja há mais de 3 anos no Brasil para verificação da variável: tempo de permanência no país e sua influência no processo de socialização desses refugiados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a produção desta dissertação foi possível identificar a existência de diversos estudos sobre o tema do refúgio e suas implicações na história mundial, porém os trabalhos, em sua maioria, são baseados em pesquisas históricas e jurídicas, havendo uma defasagem sobre suas características sociais e psicológicas. Por isso, é importante que futuras pesquisas sobre o tema tenham um olhar integral para a situação desses refugiados, como bem destaca Sayad (1998).

O objetivo deve ser, além de incluir dados e produzir um trabalho escrito, refletir, discutir e buscar caminhos sobre as condições em que esses refugiados vivem e se relacionam. O psicólogo social tem um papel de agente político, que pode promover a transformação da realidade e a emancipação dos sujeitos (LANE, 1984). Neste sentido, a proposta desta dissertação é buscar trazer luz aos refugiados, a partir de suas demandas psicossociais.

Primeiramente, a análise dos dados sociodemográficos do questionário indica que o fluxo migratório vem se modificando desde 2018 com a mudança do perfil desses refugiados venezuelanos. Os primeiros grupos que chegaram ao Brasil apresentaram maior nível de escolaridade e menor vulnerabilidade em relação aos sujeitos que chegaram anos depois.

Ao analisarmos a amostra de 2022, os dados sugerem que esses sujeitos se percebem em processo de socialização e reconhecem relevância do trabalho para este movimento, porém ao compararmos com as questões balizadoras que a literatura indica que são importantes e facilitadoras para o processo de socialização, a correlação foi fraca. Assim, nos leva a pensar em algumas possibilidades de leitura, como, por exemplo: que tipo de trabalho é este? A maior parte desses sujeitos, por mais que estejam alocados no mercado formal, ainda assim recebem baixos salários e são expostos a trabalhos precários, “ficando à mercê de condições de trabalho miseráveis e de exploração humana” (AYRES; SANTIAGO; PROFILO, 2021).

Dessa forma, reiteramos a complexidade que compreende o processo de socialização e que ele é “compreendido como um movimento do indivíduo para ingressar em um grupo, organização ou sociedade, considerando que os indivíduos são sujeitos/protagonistas do processo. Envolve processos de interação, o sentimento de pertencimento e a percepção de ser o agente de seu processo no estabelecimento de vínculos sociais, afetivos e institucionais” (SANTIAGO, 2021).

Portanto, o instrumento utilizado neste estudo, a Escala de Socialização, traz um construto que diz respeito a processos psicossociais, processos esses que são contínuos na

história humana e consistem na construção de relações (Martín-Baró, 1982). Apesar de ser uma escala Likert de opiniões e atitudes que objetiva medir fenômenos, por se tratar de um cenário tão complexo e envolvendo diversas variáveis, não seria possível encontrar dados objetivos para questões tão subjetivas. O pertencimento é subjetivo ao sujeito. Ao empregar esta escala, optamos por lê-la como um instrumento de mapeamento dos aspectos facilitadores do processo de socialização.

À vista disso, ao fazermos a pergunta norteadora desta dissertação: “trabalhar é pertencer?” tínhamos por objetivo verificar se esses refugiados se sentiam pertencentes à sociedade brasileira e se estar empregado facilitava esse processo de socialização. Desse modo, podemos pressupor que, apesar desses sujeitos estarem há quase três anos no Brasil, ainda se encontram em uma fase relacionada à subsistência. A literatura nos mostra que de fato, sim, o trabalho é um facilitador para o processo de socialização, mas a complexidade que o fenômeno do refúgio apresenta, juntamente aos resultados apresentados, é possível supor que esses refugiados ainda percebem o trabalho como apenas um dispositivo de sobrevivência.

Para o desenvolvimento deste pertencimento é preciso levar em consideração o ritmo de cada sujeito, sua interdependência com o ambiente que o cerca e seu convívio social, a partir da história individual de todos. Como bem definido, é um processo, uma construção, e as respostas dadas por esses sujeitos à pergunta: “Em uma palavra, como você se sente morando no Brasil?”, demonstrada no Gráfico 3, indicam uma grande possibilidade, uma abertura para este processo de socialização, para fazer parte.

O processo de socialização é um mecanismo que produz a identificação do sujeito. Assim como afirma Dubar (1996), através desse processo de socialização e de uma conscientização de semelhança, o sujeito se identifica com um grupo, com uma cultura.

A quebra de pertencimento que esses sujeitos sofreram ao terem que fugir da Venezuela e viver em um país diferente, com uma cultura diferente, um idioma diferente, não foi complementada (HALL, 2001) pela sensação de pertencimento ao Brasil. E para Sayad (2008), a única forma de existir é ser reconhecido em uma comunidade, é existir nacionalmente, ou seja, ter relações políticas, econômicas e sociais. Relações, estas, que estão em construção, como, por exemplo, a aprendizagem do idioma, a conquista de um emprego digno, a integração a um grupo social.

Ainda que o trabalho se apresente como uma questão de sobrevivência, estar trabalhando em um espaço de trabalho fora do seu ambiente doméstico possibilita a criação de relações com brasileiros. O trabalho informal, como por exemplo, uma família que trabalha

em casa produzindo comida para vender, perde a possibilidade deste espaço para criar outras relações. Estar trabalhando e ter uma remuneração proporciona também reconhecimento. As formações identitárias adquiriram um importante lugar no campo do trabalho e na promoção de um *status* social (DUBAR, 1997). Além de ser considerado, pela Comissão das Comunidades Europeias (2003), um agente para a erradicação da pobreza e da exclusão social.

Apesar dos refugiados terem facilidades para ingressarem no Brasil e terem pleno acesso às políticas públicas brasileiras, será que existe uma coexistência em igualdade de direitos e acessos? Pois a sua grande maioria acaba ocupando empregos precários e espaços periféricos das cidades, em bairros que vão se formando a partir desses refugiados, como o Morro do Banco.

Nesta análise, não podemos deixar de levar em consideração a temporalidade e as estruturas de funcionamento das sociedades acolhedoras, como diz Sayad (1998). É preciso olhar para o Brasil que esses refugiados encontraram quando chegaram. O país vem enfrentando desde 2014 uma crise político-econômica, com estagnação do crescimento econômico, aumento do desemprego e da inflação. Segundo o IBGE (2019), o país fechou o ano de 2018 com uma média de 12,8% de pessoas desempregadas, e até o quarto trimestre de 2021, o país apresentou uma taxa de desocupação de 11,1% (IBGE, 2022).

Nos anos de 2015 e 2016, houve a elevação do desemprego e a queda do salário dos trabalhadores menos qualificados (IBGE, 2022). Como resposta, no ano seguinte, o governo federal promoveu uma reforma trabalhista que suscitou uma mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Prometendo combater o desemprego, a reforma trabalhista de 2017 precarizou ainda mais o trabalho no país. Em 2020, quando a humanidade foi acometida pela pandemia de Covid-19, o Brasil, que atravessava uma fase de estagnação econômica, viu a situação sanitária agravar ainda mais os indicadores sociais de emprego e renda (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS [FGV], 2021).

Entre 2019 e 2021, a renda média individual do brasileiro recuou 9,4%. Neste período, enquanto a redução de renda dos 10% mais ricos foi de 7,16%, a perda de renda da metade mais pobre da população atingiu 21,5%, dos quais 11,5% em consequência do aumento do desemprego e 8,2% em virtude do efeito-desalento, isto é, a falta de perspectiva de encontrar ou exercer trabalho durante a pandemia. Este panorama agravou ainda mais a desigualdade de

renda no país. Com o efeito, o coeficiente de Gini<sup>10</sup>, que após uma fase de queda entre 2003 e 2014, iniciou uma trajetória de elevação a partir de 2015, atingindo, no primeiro trimestre de 2021, durante a pandemia, o seu maior patamar histórico: 0,640 (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS [FGV], 2021).

Portanto, apesar da taxa de desemprego ter sido maior em 2018, a inflação comprometia menos o poder de compra dos salários, uma vez que em 2018 fechou em 3,75% e em 2022 atingiu 11,30% no acumulado dos últimos 12 meses até março (IBGE, 2022b). A taxa de desemprego dos refugiados venezuelanos evoluiu em sinal contrário à taxa de desemprego geral no Brasil. Na comparação entre 2018 e 2022, o desemprego caiu ligeiramente no Brasil, mas aumentou para a amostra de venezuelanos da pesquisa de 2022.

A crise econômica afetou mais os trabalhadores com menos qualificação. Uma vez que a amostra de 2022 apresenta menor grau de qualificação em relação à amostra de 2018 (em termos de escolaridade e nível de profissionalização no país), o aumento da taxa de desemprego dessa população é uma provável consequência.

A baixa escolaridade também é um fator que influencia na ampliação do número de pessoas que atuam em empregos informais. Essas pessoas acabam ficando sem muitas perspectivas para conseguir um trabalho formal, pois não possuem qualificação adequada ou acabam tendo de escolher entre continuar estudando ou trabalhar para sua subsistência.

Assim, estar incluído socialmente expressa pertencimento e passa pelo processo individual (socialização) e pelas ações externas e as políticas públicas voltadas para esses fins, que proporcionam uma participação ativa e tornam esses sujeitos membros da sociedade e da sua cultura (BERGER; LUCKMANN, 2002). Os refugiados são protegidos pela legislação internacional e nacional e seus direitos são os direitos que qualquer ser humano deve receber e estão determinados na Declaração Universal de Direitos Humanos. Pessoas não são ilegais, podem não ter documentos, mas ilegais não. São seres humanos, são iguais. Como disse Elie Wiesel (Nobel da Paz): nenhum humano é ilegal (tradução livre).

Esses sujeitos encontraram no Brasil uma alternativa para sobreviver. O país vem proporcionando a eles o mínimo de dignidade e subsistência para reconstruírem suas vidas e vem avançando em ações para inclusão social dessa população. Na direção da capacitação, algumas universidades brasileiras estão implementando à política de cotas uma reserva de vagas para refugiados e solicitantes de refúgio. Na UERJ, o LaTIS, vem pensando em

---

<sup>10</sup> O coeficiente de Gini (indicador de desigualdade de renda) mede de 0 a 1 a desigualdade econômica de uma sociedade em relação ao rendimento domiciliar per capita obtido pelo trabalho. Quanto mais perto de 1 o resultado, maior é a concentração de renda.

disciplinas voltadas para a graduação de Psicologia, a fim de divulgar e multiplicar conhecimentos sobre o tema do refúgio, além de ter como proposta a capacitação dos profissionais das ONGs parceiras do projeto.

Porém, ainda é preciso fomentar mais estudos sobre o processo de socialização e inclusão social dessa população e pensar em estratégias que se adaptem às suas necessidades, para, além de suprir suas demandas urgentes, melhor inseri-los no mercado de trabalho, como, por exemplo, através da capacitação e de políticas públicas para a contratação de refugiados. Para que, assim, sua inclusão social seja ampla e absoluta.

Por conseguinte, o que se propõe é a continuação deste estudo no âmbito do doutorado acadêmico, com o objetivo de estudar possibilidades de inserção desses sujeitos na sociedade brasileira, em uma perspectiva do mercado de trabalho e das organizações, a partir da inclusão de diversidade nas organizações. Ao falarmos de diversidade nas organizações, estamos tratando da inclusão de gênero, raça, nacionalidade, classe social, região cultural, idade, entre outras, ou seja, a inclusão de pessoas diferentes ao quadro de funcionários de uma empresa.

Quando uma empresa contrata pessoas refugiadas para integrarem sua equipe, ela aposta não apenas na diversidade, construindo times multiculturais, mas também investe em profissionais qualificados, com experiência sólida em seus países de origem. São pessoas cheias de potência, que muitas vezes falam vários idiomas, trazem novas ideias, além da riqueza de suas culturas (PLATAFORMA TRAMPOLIM, s.d.).

O refugiado leva para um país e para uma empresa o estímulo para o crescimento desses espaços.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. Al di là dei diritti dell'uomo. In: AGAMBEN, G. (Org.) **Mezzi senza fine: notte sulla politica**. Tradução de Murilo Duarte Costa Corrêa. Torino: Bolatti Boringhieri, p. 20-29, 1998. Disponível em: <[https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art\\_2010\\_Mais\\_alem\\_direitos\\_homem.pdf](https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art_2010_Mais_alem_direitos_homem.pdf)>. Acesso em: 03 jan. 2021.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Ukraine Refugees Situation**. 2022. Disponível em: <[https://data2.unhcr.org/en/situations/ukraine#\\_ga=2.239071939.279402099.1650763739-1756809888.1607809005](https://data2.unhcr.org/en/situations/ukraine#_ga=2.239071939.279402099.1650763739-1756809888.1607809005)>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Venezuela**. 2022b. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>>. Acesso em: 10 maio 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Mid-Year Trends 2021**. 2021. Disponível em: <[https://www.unhcr.org/statistics/unherstats/618ae4694/mid-year-trends-2021.html#\\_ga=2.259996105.279402099.1650763739-1756809888.1607809005&\\_gac=1.216730340.1650904914.CjwKCAjwjZmTBhB4EiwAynRmD2rCRkK9l\\_WBJ14SWbBqVJ5qvaHFTyPHeSkFSbx\\_nPffYGMqHkj6whoCgfIQAvD\\_BwE](https://www.unhcr.org/statistics/unherstats/618ae4694/mid-year-trends-2021.html#_ga=2.259996105.279402099.1650763739-1756809888.1607809005&_gac=1.216730340.1650904914.CjwKCAjwjZmTBhB4EiwAynRmD2rCRkK9l_WBJ14SWbBqVJ5qvaHFTyPHeSkFSbx_nPffYGMqHkj6whoCgfIQAvD_BwE)>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Global Trends Forced Displacement In 2019**. 2020. Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/5ee200e37.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2021.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/02/CARTILHA-ACNUR2019.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2021.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição De Refugiado**. 2018. Disponível em: <[https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual\\_de\\_procedimentos\\_e\\_crit%C3%A9rios\\_para\\_a\\_determina%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_condi%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_refugiado.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ANDRADE, J. **A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas: sua Gênese no Período Pós-Guerra (1946 -1952)**. 2006. Tese (Doutorado) - Instituto de Relações Internacionais. Doutorado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ANDRADE, J. **Direito internacional dos refugiados: evolução histórica 1921-1952**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

ANDRADE, R.; MOTA, M.; MENDONÇA, V.; FIGUEIREDO, A. Bilinguismo e Procedimentos da Compreensão de Textos em português de Crianças filhas de Refugiadas Matriculadas na Rede Municipal de Educação Pública do Rio de Janeiro. In: **Book of Abstracts accepted for presentation at the IV ISA Forum of Sociology**, 2021, p. 35.

ANGÉLICO, G. G.; POKER, J. G. Direitos humanos, políticas públicas e o problema da inclusão de populações deslocadas. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, vol. 5, no. 1, p. 57-76, 2017.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Hunger for justice: crimes against humanity in Venezuela**. 2019. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR5302222019ENGLISH.PDF>>. Acesso em: 02 fev. 2021

ARENDRT, H. **Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2020.

AYRES, H. **Conselhos de Gestão de Parques: grupos sociais em movimento?** 2012. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

AYRES, H.; HOEFEL, M.; ANDRADE, R.; OLIVEIRA, A.; SANTOS, C.; NUNES, D.; GAMA, L.; OLIVEIRA, N. Work, Refuge and Social Inclusion. In: BAUMANE-VITOLINA, I. (Ed). **Organization 4.1: the role of values in the organizations of the 21st century**. ISSWOV 2018 -International Society for the Study of Work & Organizational Values, 2018, p. 261-271. ISBN 978-0-9817997-5-9.

AYRES, H. H. F.; SANTIAGO, G. O. PROFILO, T. L. S. Migrações forçadas - Venezuela/BR-Rio de Janeiro: o processo de socialização e a representação social do trabalho. **Revista de Cultura de Paz**, vol. 4, 339-361, 2020.

BANDEIRA, F.; CARDOSO, J. C.; JÓLLUSKIN, G.; RAMOS, C.; SILVA, I. (Orgs.). **Leituras em Ação Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento**. V. 2. Porto, Portugal: Publicações Fundação Fernando Pessoa, 2020.

BARRETO, L. P. T. F. A Lei Brasileira de Refúgio – Sua história. In: BARRETO, L. P. T. F. (Org.). **Refúgio no Brasil: A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. 1. Ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 12-21.

BAZILLI, C.; RENTERÍA, E.; DUARTE, J.C.; FRANCISCATTI, K. V. S.; ANDRADE, L. F.; RALA, L. A. **Interacionismo Simbólico e Teoria dos Papéis: uma aproximação para a Psicologia Social**. São Paulo: EDUC, 1998.

BELELLI, A. C.; BORGES, J. Direito Internacional dos refugiados e sua proteção no Brasil. **Novos Direitos - Revista Acadêmica do Instituto de Ciências Jurídicas**, v. 3, n. 1, pp. 17-31, jun. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/thpro/Downloads/321-1032-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 21ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BEZERRA, A. V. S. O refúgio: instrumento concretizador do direito a um lugar seguro. In: VEDOVATO, L. R.; TUCUNDUVA SOBRINHO, R. C. M.; CUNHA, L. R. (Coord.) **Direito Internacional dos Direitos Humanos II**. Florianópolis: FUNJAB, 2013. p. 357-377.

BORGES, L.; YAMAMOTO, O. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J.; BORGES-ANDRADE, E.; BASTOS, A. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 25-72.

BRASIL. Portaria interministerial MJSP/MRE nº 19, de 23 de março de 2021. Dispõe sobre a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e Países Associados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 jul. 1997.

BRASIL. **Operação Acolhida**: histórico. s.d. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>>. Acesso em: 28 maio 2022.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CARVALHO, V. D.; BORGES, L. O.; REGO, D. P. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 30, no. 1, pp. 146-161, 2010. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000100011&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 mar. 2021.

CASTRO, K.; SILVA, A.; VALLIM, A.; NAKAMURA, L. **Construindo juntos o nosso futuro comum**: Guia de estudos. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.sinus.org.br/preparacao/GuiaACNURInternet.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2021

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Relatório conjunto sobre a inclusão social, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões dos Planos de Ação Nacionais para a Inclusão Social (2003-2005)**. 2003. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0773:FIN:PT:PDF>> Acesso em: 01 mai. 2021.

CORREIA, B.; SOARES, L. Rio de Janeiro tem a passagem de metrô mais cara do país. **Portal de Notícias G1**, Rio de Janeiro, 08 abr. 2022. Rio de Janeiro. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/04/08/rio-de-janeiro-tem-a-passagem-de-metro-mais-cara-do-pais.ghtml>>. Acesso em: 23 maio 2022.

**DECLARAÇÃO de Cartagena.** 1984. Disponível em: <[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf)>. Acesso em: 04 fev. 2021

DEJOURS, C. **Trabalho vivo:** trabalho e emancipação. Vol. 1. Brasília: Paralelo 15, 2012.

DEJOURS, C. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S. e SZNELMAN, L. (Org). **Christophe Dejours:** Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

DOMINGUES, J. M. **Teorias Sociológicas no Século XX.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DUBAR, C. **A Socialização:** construção das Identidades Sociais e Profissionais. Porto: Porto Editora, 1997.

ESTADO DE MINAS. Mais de 10 mil migrantes acampam sob ponte na fronteira sul dos EUA. **Jornal Estado De Minas**, Houston, 17 set. 2021. Internacional. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/09/17/interna\\_internacional,1306558/mais-de-10-mil-migrantes-acampam-sob-ponte-na-fronteira-sul-dos-eua.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/09/17/interna_internacional,1306558/mais-de-10-mil-migrantes-acampam-sob-ponte-na-fronteira-sul-dos-eua.shtml)>. Acesso em: 19 set. 2021.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia.** 2021. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>>. Acesso em: 10 maio 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1985.

GROSJEAN, F. **Bilingual:** Life and reality. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro.** São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, J. **A constelação pós-nacional.** São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 5. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2021.** 2022. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2021\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_4tri.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Inflação**. 2022b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em: 10 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. 2022. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2018**. 2019. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2018\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2018_4tri.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2022.

JAEGER, G. On the history of the international protection of refugees. **Revue internationale de la Croix-Rouge**, vol. 83 no. 843, pp. 727-737, 2001. Disponível em: <[https://www.icrc.org/ar/doc/assets/files/other/727\\_738\\_jaeger.pdf](https://www.icrc.org/ar/doc/assets/files/other/727_738_jaeger.pdf)>. Acesso em: 03 jan. 2021.

LACLAU, E. **New Reflections on the Resolution of our Time**. Londres: Vérso, 1990.

LANE, S. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S.; CODO, W. (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 10-19.

LEAGUE OF NATIONS. Convention concerning the Status of Refugees Coming From Germany. 10 February 1938. **League of Nations Treaty Series**. v. CXCII, n. 4461. Disponível em: <<https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain?page=search&docid=3dd8d12a4&skip=0&query=The%20Convention%20concerning%20the%20Status%20of%20Refugees%20coming%20from%20German>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LEAGUE OF NATIONS. Provisional Arrangement concerning the Status of Refugees Coming from Germany. 4 July 1936. **League of Nations Treaty Series**. v. CLXXI, n. 3952. Disponível em: <<https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain?page=search&docid=3dd8d0ae4&skip=0&query=Provisonal%20Arrangement%20concerning%20the%20Status%20of%20Refugees%20Coming%20from%20Germ>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LEAGUE OF NATIONS. Convention Relating to the International Status of Refugees. 28 October 1933. **League of Nations, Treaty Series**. v. CLIX, n. 3663. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/3dd8cf374.html>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LEAGUE OF NATIONS. Arrangement Relating to the Legal Status of Russian and Armenian Refugees. 30 June 1928. **League of Nations Treaty Series**. v. LXXXIX, n. 2005. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/3dd8cde56.html>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

LEAGUE OF NATIONS. Arrangement Relating to the Issue of Identify Certificates to Russian and Armenian Refugees. 12 May 1926. **League of Nations, Treaty Series**, v. LXXXIX, n. 2004. Disponível em: <<https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain?page=search&docid=3dd8b5802&skip=0&query=Arrangement%20With%20Regard%20to%20the%20Issue%20of%20Certificates%201926>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

LEAGUE OF NATIONS. Arrangement With Regard to the Issue of Certificates to Russian Refugees, 5 July 1922. **League of Nations, Treaty Series**, v. 13, n. 355. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/3dd8b4864.html>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LINCOLN, Y.; GUBA, E. **The Constructivist Credo**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2013.

LOESCHER, G. **Beyond Charity: International Cooperation and the Global Refugee Crisis**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

MARTÍN-BARÓ, I. **Accion e Ideologia: Psicologia Social desde Centroamérica**. San Salvador: UCA, 1982.

MEAD, G. **Mind, Self and Society: From the Standpoint of a Social Behaviourist**. Chicago: Chicago University Press, 1934.

MILESI, R.; ANDRADE, W. C. Atores e Ações por uma Lei de Refugiados no Brasil. In: BARRETO, L. P. T. F. (Org.). **Refúgio no Brasil: A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. 1. Ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, pp. 24-47.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Relativa Ao Estatuto dos Refugiados (1951)**. 1951. Disponível em: <[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <[https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **What We Do**. s.d. Disponível em: <<https://www.un.org/en/sections/what-we-do/index.html>>. Acesso em: 16 jan. 2021

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente**. s.d. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

PARES CÁRITAS RJ. **Apresenta quem é o PARES Cáritas RJ**. s.d. Disponível em: <<http://www.caritas-rj.org.br/quem-somos.html>>. Acesso em: 27 Out. 2019.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PLATAFORMA REGIONAL DE COORDENAÇÃO INTERAGENCIAL [R4V]. **Painel de informações sociais de refugiados e migrantes venezuelanos**. 2022. Disponível em: <<https://www.r4v.info/pt/brazil>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

PLATAFORMA TRAMPOLIM. **Quero oferecer emprego**. s.d. Disponível em: <<https://trapolimcaritasrj.org/sou-empregador/>>. Acesso em: 28 maio 2022.

POLÍCIA FEDERAL. **Imigração Venezuelana/Brasil**. 2019. Disponível em: <[http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/Apresentacao\\_agosto\\_2019.pdf](http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/Apresentacao_agosto_2019.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2021

PROFILO, T. **Refúgio, trabalho e processo de socialização: um olhar para a inclusão social de refugiados e solicitantes de refúgio de origem venezuelana**. 2019. Monografia (Curso de Psicologia) - Instituto de Psicologia, Graduação em Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

RAMOS, A. C. 2011. Asilo e Refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: RAMOS, A.C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (Orgs). **60 anos de ACNUR - Perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, pp. 15-44. Disponível em: <[https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/60-anos-de-ACNUR\\_Perspectivas-de-futuro\\_ACNUR-USP-UNISANTOS-2011.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/60-anos-de-ACNUR_Perspectivas-de-futuro_ACNUR-USP-UNISANTOS-2011.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2021.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. **MigraRio**: Protocolo de Atendimento no Âmbito do SUAS aos Refugiados, Solicitantes de Refúgio e Migrantes no Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 44.924, 22 de agosto de 2014. Aprova o plano estadual de políticas de atenção aos refugiados do rio de janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 22 ago. 2014.

ROBINS, K. Tradition and translation: national culture in its global context. In: CORNER J,

HARVEY S. (Org.). **Enterprise and heritage**: crosscurrents of national culture. Londres: Routledge, 1991.

SAINSANLIEU, R. L'identité au travail: une expérience partagée. In: FRANCFORT, J. et al. **Les mondes sociaux de l'entreprise**. Paris: Sociologie Économique, 1995.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, P. **Metodologia de Pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2006.

SANCHES, L. T. As origens históricas do direito de asilo. **Revista Jus Navigandi**, vol. 18, n. 3745, 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25448>> . Acesso em: 12 jan. 2021.

SANTIAGO, G., 2021. **Migração e trabalho no Rio de Janeiro – Brasil**: o desafio do refúgio venezuelano diante da inclusão – o processo de validação da Escala de Socialização. 2022. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Doutorado em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SARMIENTO, E. Migrações forçadas do século XXI: reflexões sobre os corpos descartáveis na América Latina. In: SARMIENTO, E.; ARAUJO, R. (Org.). **América Latina em debate**: questões do tempo presente. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2021, pp. 18-44.

SAYAD, A. Estado, nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración. **Apuntes de Investigación del CECYP**, n. 13, pp. 101-116, 2008.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SAYAD, A. Le foyer des sans-famille. **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 32-33, pp. 89-103, avril-juin 1980.

SILVA, G. J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; COSTA, L. F. L.; MACEDO, M. **Refúgio em Números, 6ª Edição**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SIMPSON, J. The Refugee Problem. **International Affairs (Royal Institute of International Affairs (1931-1939))**, vol. 17, no. 5, pp. 607-628, 1938. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/3020054](http://www.jstor.org/stable/3020054)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SOUZA, R. N. Família de congolês assassinado diz estar abalada após vídeo que mostra agressões: 'Aqui a gente tinha esperança'. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 01 fev. 2022. Casos de Polícia. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/familia-de-congoles-assassinado-diz-estar-abalada-apos-video-que-mostra-agressoes-aqui-gente-tinha-esperanca-25376531.html>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

STRAUSS, C. L. **Espelhos e Máscaras: A busca da identidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1301934/mod\\_resource/content/1/STRAUSS%20%20Anselm%20L.%20-%20Espelhos%20e%20m%C3%A1scaras.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1301934/mod_resource/content/1/STRAUSS%20%20Anselm%20L.%20-%20Espelhos%20e%20m%C3%A1scaras.pdf)> Acesso em: 20 mar. 2021

THE NOBEL PRIZE. **Fridtjof Nansen: Facts**. 2021. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/peace/1922/nansen/facts/>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

WALDELY, A. B.; DAS VIRGENS, B. G.; ALMEIDA, C. M. J. Refúgio e realidade: desafios da definição ampliada de refúgio à luz das solicitações no Brasil. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXII, n. 43, pp. 117-131, jul./dez. 2014.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ZANATTA, M. Nas teias da identidade: contribuições para a discussão do conceito de identidade na teoria sociológica. **Perspectiva**, v.35, n.132, p.41-54, 2011. Disponível em: <[https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132\\_232.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132_232.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ZOLBERG, A. The Formation of New States as a Refugee-Generating Process. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, vol. 467, 1983, pp. 24-38. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1044926>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

## APÊNDICE A - Questionário em português



Universidade de Brasília  
PPG em Saúde Coletiva -  
UnB



### Projeto Vidas Paralelas - Migrantes: Perspectivas Brasil-França Projeto de Socialização e Inclusão Social: movimento dos grupos sociais

Nesta primeira etapa da pesquisa, encontram-se afirmativas acerca da sua história, da sua trajetória migratória e dos da sua percepção e experiência acerca da vivência no país atual.

**Marque com um X, como no exemplo abaixo, a resposta que mais se aproxima da sua opinião. Lembre-se que não há resposta certa e nem errada.**

Afirmativas	Concordo totalmente	Concordo em parte	Nem concordo, nem discordo	Discordo em parte	Discordo totalmente
1. Quando posso, escolho ouvir músicas brasileiras					
2. Ter a comprovação profissional (diploma) é importante para ter um trabalho no Brasil.					
3. Conhecer o idioma é importante para fazer amizades no Brasil.					
4. Eu percebo que somos um povo parecido com o brasileiro.					
5. É necessário ter um trabalho para ter segurança econômica e continuar vivendo no Brasil. .					
6. Uma das razões que escolhi o Brasil para viver são as semelhanças com o meu país.					
7. Fazer um curso profissionalizante no Brasil é facilitador para meu ingresso no mercado de trabalho.					
8. Eu fui bem recebido pelos brasileiros.					
9. Ter acesso à informação acerca dos direitos dos refugiados no Brasil facilita o ingresso no mercado de trabalho					
10. Eu gosto de comer a comida do Brasil					
11. Possuir a documentação de identificação fornecida pelo governo brasileiro facilita meu ingresso no mercado de trabalho brasileiro					
12. Eu tenho amigos brasileiros					

13. Eu percebo o povo brasileiro como acolhedor					
14. Ter apoio financeiro do governo ou de uma instituição é facilitador para conseguir um emprego no Brasil.					
15. Falar ou compreender o português é fundamental para conseguir um trabalho no Brasil					
16. Quando posso, escolho frequentar eventos brasileiros (ex.: eventos religiosos locais, futebol, baile funk, sertanejo, carnaval, festa junina).					

Neste último bloco de perguntas, queremos conhecer você e sua trajetória até chegar ao Brasil. **Marque com um (X) a alternativa que se aproxima com a sua realidade e especifique sua resposta quando for necessário.**

<b>1. Dados Profissionais</b>	
<p><b>1.1 Você trabalha atualmente no Brasil?</b> SIM ( ) NÃO ( )</p> <p><i>*As perguntas 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 devem ser respondidas apenas se você estiver trabalhando atualmente.</i></p> <p><b>1.2 Se sim, você trabalha dentro da sua área de formação?</b> SIM ( ) NÃO ( )</p> <p><b>1.3 Você se sente satisfeito neste trabalho que exerce atualmente?</b> SIM ( ) NÃO ( )</p> <p><b>1.4 Qual é o tipo de trabalho?</b>  <input type="checkbox"/> Formal (CLT - com carteira assinada)  <input type="checkbox"/> Temporário (Contrato de Trabalho)  <input type="checkbox"/> Informal (sem CLT - carteira assinada)  <input type="checkbox"/> Voluntário (sem remuneração/salário)  <input type="checkbox"/> Autônomo (possui contribuição previdenciária)  <input type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____</p> <p><b>1.5 Qual é o seu salário? (Considerar a moeda brasileira)</b>  <input type="checkbox"/> Até 1 salário mínimo (R\$ 1.100)  <input type="checkbox"/> De 1 a 2 salários mínimos  <input type="checkbox"/> De 2 a 4 salários mínimos  <input type="checkbox"/> Acima de 4 salários mínimos  <input type="checkbox"/> Não possui salário  <input type="checkbox"/> Outro valor. Se possível, especifique: _____</p> <p><b>1.6 Você recebe algum auxílio monetário ou de outra natureza do governo brasileiro?</b> SIM ( ) NÃO ( )</p> <p><b>Qual o auxílio?</b> _____  <b>Qual o valor?</b> _____</p>	<p><b>1.7 Você recebe algum outro auxílio monetário ou de outra natureza de alguma instituição no Brasil? Ex.: Cáritas, ONG's.</b> SIM ( ) NÃO ( )</p> <p><b>Qual instituição?</b> _____  <b>Qual o valor?</b> _____</p> <p><b>1.8 Quantas pessoas vivem da sua renda?</b>  <input type="checkbox"/> Somente você  <input type="checkbox"/> Duas pessoas  <input type="checkbox"/> Três pessoas  <input type="checkbox"/> Quatro pessoas  <input type="checkbox"/> Cinco ou mais pessoas</p> <p><b>1.9 Quais dificuldades você encontra para conseguir um emprego? (pode marcar mais de uma resposta)</b>  <input type="checkbox"/> Não contratam estrangeiro  <input type="checkbox"/> Mobilidade/distâncias  <input type="checkbox"/> Experiência/recomendação  <input type="checkbox"/> Dificuldade com o idioma  <input type="checkbox"/> Documentação para contratação  <input type="checkbox"/> Revalidação do diploma  <input type="checkbox"/> Discriminação  <input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____</p>
<b>2. Dados Educacionais</b>	

<p><b>2.1 Qual sua escolaridade?</b>          Ensino Fundamental: Incompleto ( ) ou Completo ( )          Ensino Médio completo ( )          Superior completo ( )          Pós-graduação completo ( )          Mestrado completo ( )          Doutorado completo ( )</p>	<p><b>2.2 Indique sua formação profissional:</b>          _____</p> <p><b>2.3 Você realizou algum curso profissionalizante no Brasil? SIM ( ) NÃO ( )</b></p> <p><b>Qual(is)?</b> _____</p>
<b>3. Dados sobre origem e trajetória de refúgio</b>	
<p><b>3.1 Qual o seu país de origem?</b> _____</p> <p><b>3.2 Você passou por outros países ou estados do Brasil antes de chegar ao Rio de Janeiro?</b>          SIM ( ) NÃO ( )</p> <p><b>3.3 Se sim, indique os países/locais que esteve e o tempo de permanência (registrar em dias, meses ou anos):</b>          1. País: _____          Tempo de permanência: _____</p> <p>2. País: _____          Tempo de permanência: _____</p> <p>3. País: _____          Tempo de permanência: _____</p> <p><b>3.4 Você escolheu o País atual para residir?</b>          SIM ( ) NÃO ( )</p> <p><b>3.5 Indique os motivos que o fizeram estar no País atual. (pode marcar mais de uma resposta)</b>  <input type="checkbox"/> Não tive outra opção  <input type="checkbox"/> Melhor opção diante das possibilidades  <input type="checkbox"/> Pela cultura e semelhanças com o meu país de origem  <input type="checkbox"/> Pelo idioma local  <input type="checkbox"/> Opção mais próxima do meu país de origem  <input type="checkbox"/> Já tinha familiares no país atual  <input type="checkbox"/> Maior aceitação com a entrada de imigrantes  <input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____</p>	<p><b>3.6 Qual(is) o(s) motivo(s) para sua saída de seu País de origem? (pode marcar mais de uma resposta)</b>  <input type="checkbox"/> Perseguição política  <input type="checkbox"/> Intolerância religiosa  <input type="checkbox"/> Guerra  <input type="checkbox"/> Melhores condições de vida  <input type="checkbox"/> Busca de trabalho  <input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____</p> <p><b>3.7 Você deixou familiares em seu país de origem?</b>          SIM ( ) NÃO ( )</p> <p><b>3.8 Você possui família no país atual?</b>          SIM ( ) NÃO ( )</p> <p><b>3.9 Qual o seu status jurídico atualmente no Brasil?</b>  <input type="checkbox"/> Solicitante de refúgio  <input type="checkbox"/> Refugiado  <input type="checkbox"/> Asilado  <input type="checkbox"/> Residente temporário  <input type="checkbox"/> Apátrida  <input type="checkbox"/> Outro. Especifique: _____</p> <p><b>3.9 Há quanto tempo está no País atual?</b>  <input type="checkbox"/> Até 6 meses  <input type="checkbox"/> Até 1 ano  <input type="checkbox"/> Até 2 anos  <input type="checkbox"/> Até 5 anos</p>
<b>4. Dados Pessoais</b>	
<p><b>4.1 Idade:</b> _____</p> <p><b>4.2 Sexo:</b> ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro</p> <p><b>4.3 Nacionalidade (país):</b> _____</p> <p><b>4.4 Naturalidade (cidade):</b> _____</p>	<p><b>4.5 Local de moradia no Brasil (bairro e cidade):</b>          _____</p> <p><b>4.6 Estado civil:</b>  <input type="checkbox"/> Solteiro(a)  <input type="checkbox"/> Casado(a)  <input type="checkbox"/> Divorciado(a)  <input type="checkbox"/> União estável  <input type="checkbox"/> Viúvo(a)</p>
<b>5. Dados Complementares</b>	
<p><b>5.1 Qual o seu idioma de origem?</b> _____</p>	<p><b>5.4 Ao chegar no Brasil, você fez/faz algum curso de</b></p>

<p><b>5.2 Quais os idiomas que você fala?</b> <input type="checkbox"/> Espanhol <input type="checkbox"/> Francês <input type="checkbox"/> Inglês <input type="checkbox"/> Português <input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____</p> <p><b>5.3 Você possui domínio do idioma do país atual?</b> SIM ( ) NÃO ( )</p>	<p>português? SIM ( ) NÃO ( )</p> <p><b>5.5 Para você o conhecimento do idioma do País atual contribuiu ou contribuirá para seu ingresso no mercado de trabalho?</b> SIM ( ) NÃO ( )</p> <p><b>5.4 Em uma palavra, como você se sente morando no Brasil?</b> _____</p>
--	--

**Obrigada por responder a esta pesquisa!**

## APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Universidade de Brasília



Universidade de Brasília  
PPG em Saúde Coletiva -  
UnB



### **Projeto Vidas Paralelas - Migrantes: Perspectivas Brasil-França Projeto de Socialização e Inclusão Social: movimento dos grupos sociais**

Prezado(a) participante,

Gostaríamos de convidá-los para participar deste estudo científico desenvolvido pela Doutoranda Gabriella de O. Santiago Wolfram e pela Mestranda Thamara Profilo, através do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Abaixo você encontrará uma pesquisa com várias afirmativas e perguntas acerca do seu processo de socialização e inclusão social no Brasil/Rio de Janeiro. O objetivo da pesquisa é aprofundar o conhecimento sobre a realidade da inclusão social de refugiados venezuelanos no Brasil e suas dificuldades sociais, contribuindo para a formulação de políticas públicas e estudos na área.

**O questionário é anônimo**, sem nenhuma identificação do respondente.

As informações registradas serão usadas exclusivamente para fins de pesquisa acadêmica.

**Pedimos que você responda individualmente.**

O tempo previsto para o completo preenchimento é de **10 minutos**.

**Sua participação é voluntária.** Se optar por não participar, você pode se retirar do estudo a qualquer momento. Para isso, basta não concluir o preenchimento do questionário e, neste caso, nenhuma de suas respostas será utilizada.

Você terá uma via deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome e e-mail apenas para que a equipe do estudo possa lhe contactar em caso de necessidade.

Caso seja necessário, contacte as pesquisadoras através dos e-mails:

[gabriellasoliveira@hotmail.com](mailto:gabriellasoliveira@hotmail.com)

[thprofilo@hotmail.com](mailto:thprofilo@hotmail.com)

Eu concordo em participar deste estudo.

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Você é muito importante para nós. Agradecemos sinceramente pela colaboração!**